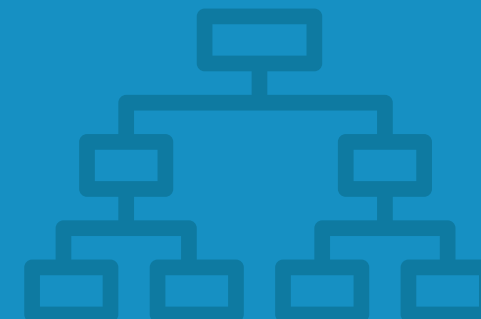




**Departamento Nacional de
Obras Contra as Secas**

Relatório de Gestão 2018



Relatório de Gestão 2018



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

VICE-PRESIDENTE

Antônio Hamilton Martins Mourão

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ministro

Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Diretor-Geral

Angelo José de Negreiros Guerra

Diretoria Administrativa

Gustavo Henrique de Medeiros Paiva

Diretoria de Infraestrutura Hídrica

Roberto Otto Penna Massler

Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção

Felipe Holanda Belchior

Procuradoria-Geral-PGE

Francisco Arlem de Queiroz Sousa

Auditoria Interna - AUDI

Nadedja Fernandes Cavalcante

Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE

Nilo Alberto Lopes Barsi

Coordenadoria Estadual em Alagoas - CEST/AL

Paulo Maia de Souza Valente

Coordenadoria Estadual na Bahia - CEST/BA

Lucas Maciel Lobão Vieira

Coordenadoria Estadual no Ceará - CEST/CE

Francisco Hermenegildo Sousa Neto

Coordenadoria Estadual em Minas Gerais - CEST/MG

Aleksander Oliveira de Souza

Coordenadoria Estadual na Paraíba - CEST/PB

Alberto Gomes Batista

Coordenadoria Estadual em Pernambuco - CEST/PE

Marcos Antônio Rueda Moraes

Coordenadoria Estadual no Piauí - CEST/PI

Antonio Djalma Bezerra Policarpo

Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte - CEST/RN

José Eduardo Alves Wanderley

Coordenadoria Estadual em Sergipe - CEST/SE

Helisson Wesley Freitas de Souza

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADAGRI - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará

ANA - Agência Nacional de Águas

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

AUDI - Auditoria Interna

CDRU - Contratos de Concessão de Direito Real de Uso.

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CEST - Coordenadoria Estadual do DNOCS

CPGE - Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica

CGU - Controladoria Geral da União

DA - Diretoria Administrativa

DA/DGP - Divisão de Gestão de Pessoas/Diretoria Administrativa

DP - Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção

DI - Diretoria de Infraestrutura Hídrica

DOU - Diário Oficial da União

DN - Decisão Normativa

GDACE - Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

IN - Instrução Normativa

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional

MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

NUC - Núcleo de Correição

OGU – Orçamento Geral da União

PAC - Programas de Aceleração do Crescimento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PEI - Planejamento Estratégico Institucional

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco

PPA – Plano Plurianual

RAE – Reunião de Avaliação Estratégica

RIP - Registro Imobiliário Patrimonial

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse SIG

SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SISOUVIDOR - Sistema Gerenciado pela Ouvidoria do Ministério da Integração Nacional

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

TED - Termos de Execução Descentralizada

TCU – Tribunal de Contas da União

Sumário

Mensagem do Diretor Geral 07

1 Governança e Planejamento Estratégico

Visão Geral	10
Planejamento Estratégico e Governança	11
Principais Instâncias de Governança	13
Diretrizes Estratégicas	14
Mapa Estratégico do DNOCS	16
Gestão De Riscos e Controles Internos	17

2 Resultados da Gestão

Planejamento Estratégico de 2018	20
Infraestrutura Hídrica	22
Piscicultura	25
Agricultura Irrigada	28

Sumário

3 Resultados da Gestão

Declaração do Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica	31
Declaração do Diretor Administrativo	32
Gestão Orçamentária e Financeira	33
Gestão de Pessoas	38
Gestão de Licitação e Contratos	41
Gestão Patrimonial, Infraestrutura e Sustentabilidade	42
Gestão da Tecnologia da Informação	44

4 Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador	47
Demonstrações Contábeis	49
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis	54
Outras Informações Relevantes:	62



Mensagem do Diretor Geral do DNOCS

Ângelo José de Negreiros Guerra

Este Relatório de Gestão representa os esforços de uma instituição no ano de 2018, buscando cumprir sua missão de promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestruturas, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população do semiárido. No contexto nacional, o país ainda se encontra em recessão e suas nefastas consequências, sem recursos para aplicar investimentos em obras, que possibilitem melhorar a condição de bem-estar das populações do semiárido.

A área de atuação do DNOCS corresponde à região abrangida pelos Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, à zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado Polígono das Secas e às bacias hidrográficas dos Rios Parnaíba e Jequitinhonha, nos Estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente. Em cada um desses Estados, com exceção do Maranhão, a Autarquia dispõe de unidades denominadas Coordenadorias Estaduais.

A seca atual já perdura por sete anos (2012 - 2018), apresentando um quadro de baixas reservas hídricas nos vários Estados da região semiárida brasileira, sendo preocupante o risco de colapso hídrico em diversas sub-regiões, em razão da ocorrência de chuvas escassas e mal distribuídas espacialmente, sem garantir sua acumulação nos reservatórios.

O fenômeno plurianual vem impactando a produção agrícola, em especial a agricultura irrigada e a piscicultura. A produção de alevinos oscilou de 11.210 milhões/ano, em 2017, para 14.610 milhões/ano, neste ano de 2018, no entanto ainda muito aquém de sua capacidade instalada, que é de 120 milhões de alevinos/ano e houve uma redução drástica nas áreas irrigadas, nos 37 perímetros de irrigação sob nossa responsabilidade, com a suspensão do fornecimento de água, insumo essencial à produção. Neste final de 2018, as nossas reservas hídricas, que tem potencial de acumulação de 27,2 bilhões de m³, armazenados em 327 reservatórios, estão com disponibilidade hídrica de 4,7 bilhões de m³ (17%), com uso prioritário de abastecimento humano e animal.

É ainda intenso o interesse pela área aquícola e o DNOCS, por meio de seu Centro de Pesquisas em Aquicultura, capacitou 1.227 pessoas, entre estudantes, produtores, profissionais e afins. Nesta área, sempre a meta inicial é superada, (neste ano era de 450 pessoas capacitadas,) em decorrência do crescente interesse e de parcerias com instituições públicas e privadas, que apoiam seus alunos e profissionais. Os servidores do DNOCS ministram as aulas teóricas e práticas, com instituições parceiras, como o SEBRAE e a ADAGRI. Registramos importante iniciativa da piscicultura, que neste ano iniciou pesquisa na área de reúso de água para produção de peixes.

Mas, é preciso lembrar que os períodos de estiagem são propícios à manutenção e recuperação de infraestruturas hídricas, obrigação legal da Lei de Segurança de Barragens. Neste segmento, foram implantados, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, os serviços de recuperação e modernização dos açudes públicos, a seguir listados, de forma adequá-los ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Norte Setentrional – PISF: Açude Castanhão, no Estado do Ceará; Açude Armando Ribeiro Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Norte; Açude Engenheiro Avidos, Açude São Gonçalo, Açude Epitácio Pessoa, Açude Camalaú e Açudes Curema/Mãe D'Água, no Estado da Paraíba; e Açude Barra de Juá, no Estado do Pernambuco.



Mesmo diante de uma gama de dificuldades, importantes conquistas foram realizadas e podemos destacar a:

- Continuidade da implantação da Segunda Etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba/PI.
- Início da implantação dos serviços de construção da Barragem Fronteiras /CE.
- Conclusão da Barragem Ingazeira/PE.
- Continuação da parceria com o Governo de Estado do Rio Grande do Norte na construção da Barragem Oitica/RN.
- Seguimento dos serviços de implantação do Sistema Adutor do Pajeú, no estado de Pernambuco.

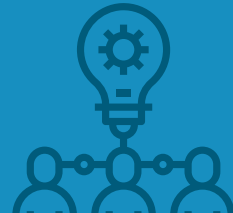
Neste ano de 2018, foram concluídos 105,9 km de sistemas adutores emergenciais, perfurados e instalados 395 poços profundos, beneficiando 6.895 famílias, em ações voltadas à população difusa. As perfuratrizes adquiridas pelo DNOCS aumentaram nossa capacidade de atender à demanda por poços profundos, importante equipamento comunitário que traz segurança hídrica.

Como fator adverso à gestão do DNOCS, pode ser citado o acelerado esvaziamento de seu quadro funcional, por conta da aposentadoria por tempo de serviço, de grande parcela de servidores, sem o desejável e necessário preenchimento das vagas abertas.

Por proporcionar a melhoria da gestão e do controle institucional do Órgão, merece destaque o fato de haver sido implantado, completamente, o Sistema Eletrônico de Informação – SEI, o que, sem sombra de dúvida, vem gerando economia com a redução dos usos de recursos humanos, da área de documentação, e de insumos, como papel e impressora.

Os principais desafios ficam por conta da garantia permanente de recursos para a manutenção e recuperação dos reservatórios, com foco na implementação de ações do PROSB – Programa de Segurança de Barragens (inspeção, manutenção, elaboração de planos de segurança), na recuperação e modernização do conjunto de estruturas de reservação que estão sob nossa responsabilidade e compõem o Projeto São Francisco (PISF), e a necessária organização de parcela de cobrança pelo uso das águas oriundas dos reservatórios; a retomada da produção agrícola, com o aumento da produção de alevinos e incremento da área irrigada; a necessidade urgente de aumento do número de servidores, principalmente nas áreas finalísticas; a conclusão de obras de infraestrutura para irrigação; a implantação efetiva de instrumentos que possibilitem melhor tomada de decisão, como a implementação de um plano de integridade e uma política de gestão de riscos e governança.

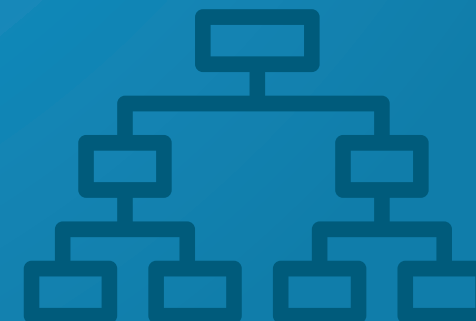
Todos os esforços possíveis foram envidados na superação dos desafios e obstáculos, na busca do aperfeiçoamento da gestão e no aprimoramento do desempenho organizacional, tudo tendo como foco a satisfação da população do semiárido brasileiro e o desenvolvimento regional.





Capítulo 01

Governança e Planejamento Estratégico





Visão Geral

A instituição tem como Missão “Promover a adequada convivência com a seca, por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população do semiárido”. (Planejamento Estratégico 2017-2020).

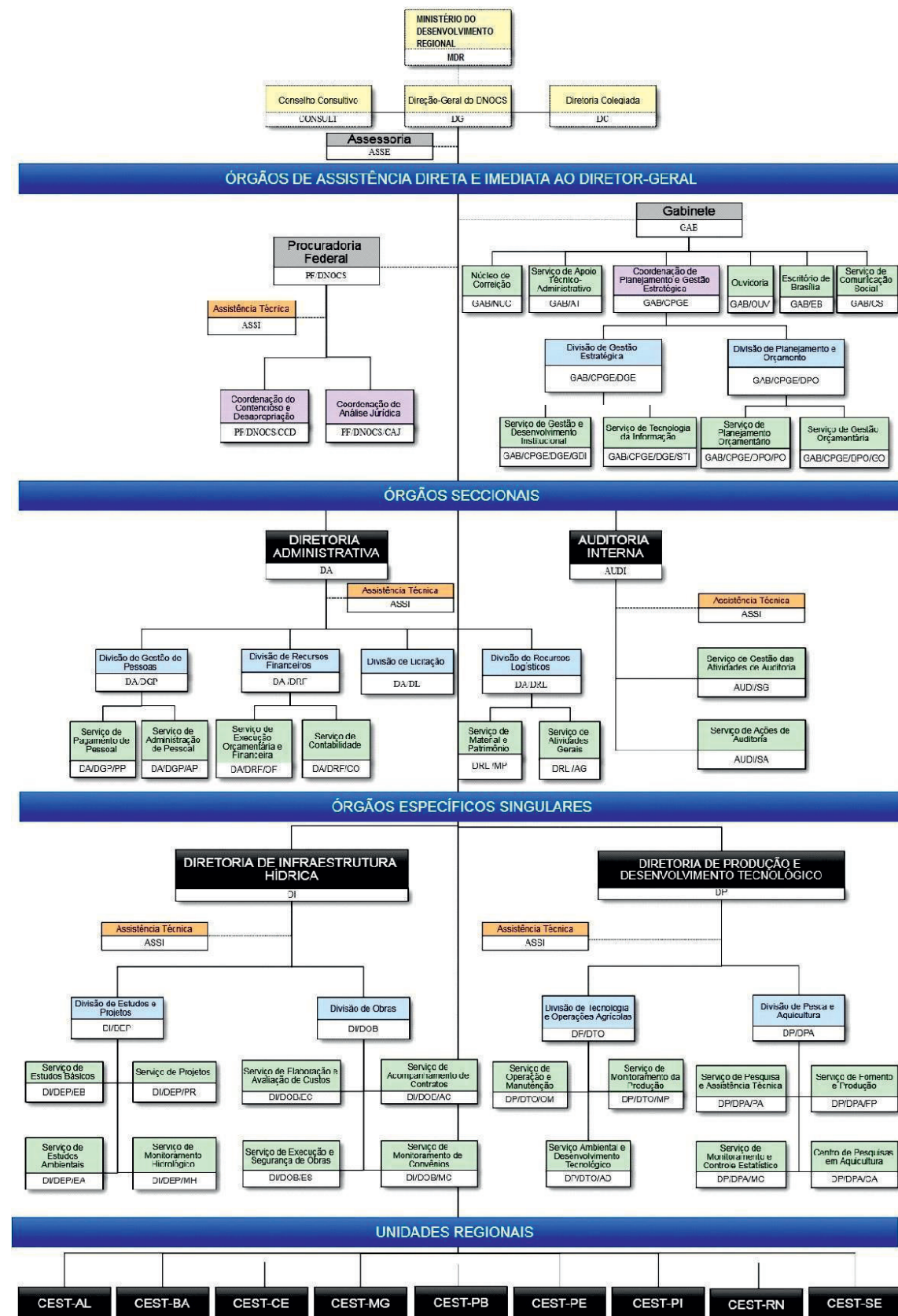
O DNOCS, de acordo com sua legislação básica, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional e com sede em Fortaleza - CE. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.486, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4.229, de 01/06/1963. Atualmente é ainda regido pela Lei 10.204/2001.

Sua área de atuação é composta de 9 Estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, região semiárida de Minas Gerais e as porções da bacia hidrográfica do Parnaíba, dentro do Estado do Maranhão e da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais.

De acordo com a Lei 10.204/2001, a autarquia tem por objetivo contribuir para a implementação dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, elaborar projetos de engenharia e executar obras públicas de captação, acumulação, condução, distribuição, proteção e utilização de recursos hídricos, contribuir para a implementação e operação, sob sua responsabilidade ou conjuntamente com outros órgãos, com vistas à melhor distribuição das disponibilidades hídricas regionais, implantar e apoiar a execução dos planos e projetos de irrigação e, em geral, de valorização de áreas, inclusive de áreas agricultáveis não-irrigáveis, que tenham por finalidade contribuir para a sustentabilidade do semiárido, colaborar na realização de estudos de avaliação permanente da oferta hídrica e da estocagem nos seus reservatórios, visando procedimentos operacionais e emergenciais de controle de cheias e preservação da qualidade da água, colaborar na concepção, instalação, manutenção e operação da rede de estações hidrológicas e na promoção do estudo sistemático das bacias hidrográficas, de modo a integrar o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias destinados ao desenvolvimento sustentável da aquicultura e atividades afins e cooperar com outros organismos públicos no planejamento e na execução de programas permanentes e temporários, com vistas a prevenir e atenuar os efeitos das adversidades climáticas.

O DNOCS, para cumprir com os seus objetivos, conta com: Administração Central, sede da Direção-Geral e de três Diretorias, nove Coordenadorias Estaduais (PI, CE, RN, PB, PE, BA, SE, AL, MG), 12 Estações Piscicultura, 1 Centro de Pesquisas em aquicultura, 22 Unidades de Campo organizadas por Bacias Hidrográficas, um escritório de representação em Brasília, e um corpo funcional de 1.274 servidores.

A estrutura organizacional está definida no Decreto nº 8895/2016, conforme quadro a seguir.





Planejamento Estratégico e Governança

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Ouvidoria

A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, possibilitou ao cidadão o acesso aos dados e informações de natureza pública, e assim, foi estabelecido o marco para a criação das ouvidorias públicas federais, que no âmbito do DNOCS foi criada em 2012, por meio da Portaria nº 159/DG/PGE, de 23/05/2012. O Art. 11 do Regimento Interno do DNOCS define as atribuições, vinculando a Ouvidoria/SIC ao Gabinete do Diretor Geral.

Os canais de comunicação estão acessíveis de várias formas e meios, tais como a presença do cidadão nos endereços do DNOCS em Fortaleza e nos Estados, por meio de telefone, bem como pela internet, nos canais indicados no site: www.dnocs.gov.br. Outros canais estão disponíveis nas redes sociais, sob a coordenação da área de Comunicação Social da instituição, como youtube, twitter, instagram e facebook.



/dnocs.gov.br



/dnocsoficial



/DNOCSoficial



/dnocsbrasil



/dnocs.oficial



comunicacao@dnocs.gov.br

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

A estrutura de Governança do DNOCS é composta pelo conjunto de gestores do Ministério da Integração Nacional e da autarquia, no âmbito estratégico, em nível tático estão identificados as Coordenadorias Estaduais e os Coordenadores de áreas finalísticas e meio, e em nível operacional, as unidades de campo e serviços.

A sociedade está presente e atuante em suas diversas faces: usuários, vazanteiros, irrigantes, piscicultores, pesquisadores e cientistas, os desapropriados e reassentados. Também importante é a atuação dos comitês de bacia, comissões gestoras de reservatórios, Associações e Distritos de Irrigação, empresas agroindustriais, dentre outros.

O Poder público, representado principalmente pelos Ministérios e Instituições afins, pelos órgãos de recursos hídricos dos Estados e Federal, pelas Prefeituras, Assembleias Legislativas, Ministério Público Federal e Estadual, Justiça Federal, Órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU). O Gráfico a seguir, busca estabelecer o ambiente de Governança do DNOCS, com atuação na área de recursos hídricos.

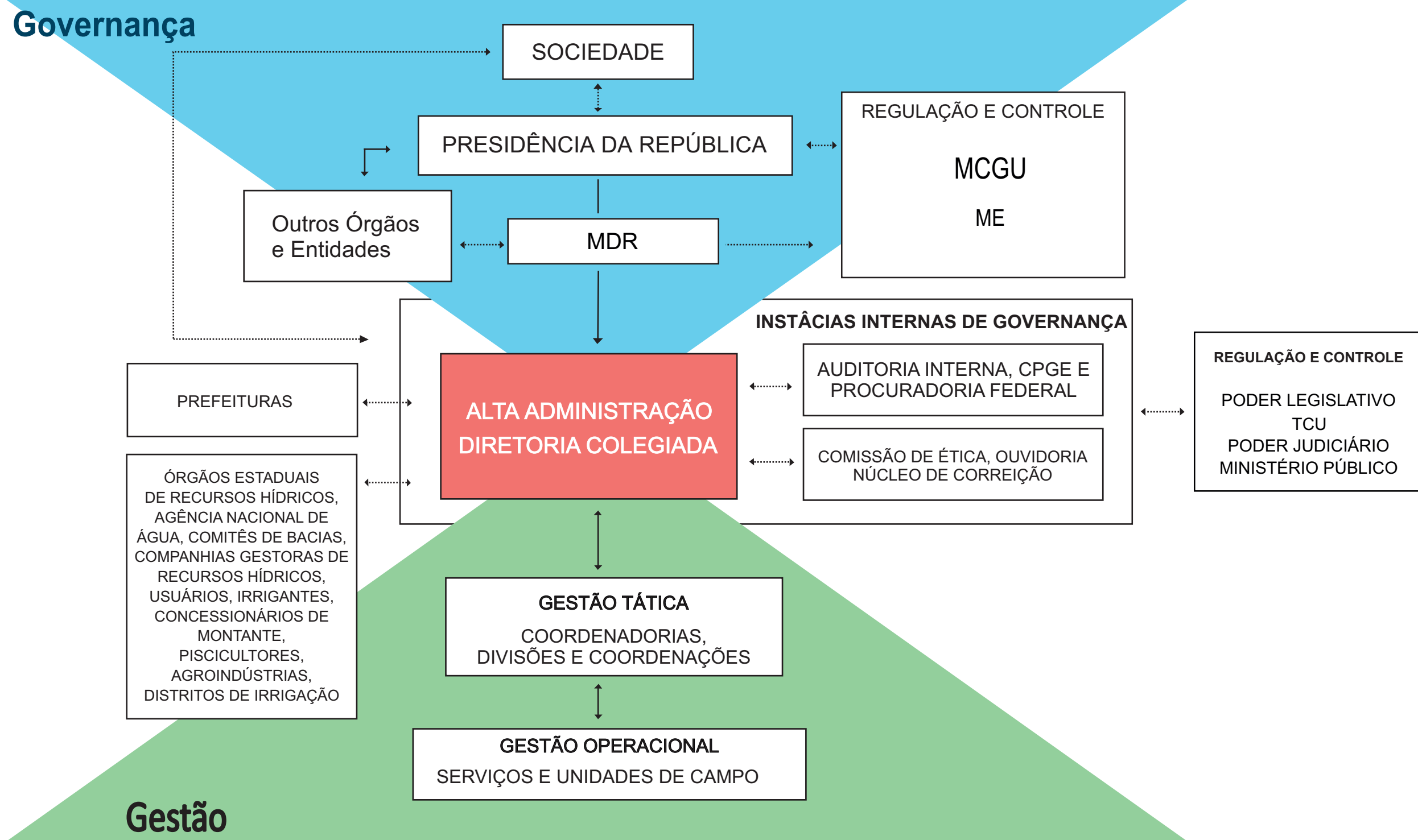


Carta de serviço ao Cidadão

https://www2.dnocs.gov.br/phocadownload/userupload/carta_servicos/cartadeservicos-red.pdf

Modelo de Governança Corporativo do DNOCS

A Figura apresenta de maneira esquemática o modelo de governança corporativo do ministério, com representação das principais instâncias internas e externas de governança:




Principais Instâncias de Governança

Capítulo
01

Governança e Planejamento Estratégico

Pg.
13



**Angelo José de
Negreiros Guerra**
Diretor Geral



**Roberto Otto
Penna Massler**
Diretor de
Infraestrutura
Hídrica



**Gustavo Henrique
De Medeiros Paiva**
Diretor Administrativo



**Felipe Holanda
Belchior**
Diretor de Desenvolvimento
Tecnológico e Produção



**Paulo Maia De
Souza Valente**
Coordenador
Estadual em
Alagoas -
CEST/AL



**Lucas Maciel
Lobão Vieira**
Coordenador
Estadual na Bahia -
CEST/BA



**Francisco Hermenegildo
Sousa Neto**
Coordenador
Estadual no Ceará -
CEST/CE



**Aleksander
Oliveira De Souza**
Coordenador
Estadual em
Minas Gerais -
CEST/MG



**Alberto Gomes
Batista**
Coordenador
Estadual na
Paraíba -
CEST/PB



**Marcos Antônio
Rueda Moraes**
Coordenador
Estadual em
Pernambuco -
CEST/PE



**Antonio Djalma
Bezerra Policarpo**
Coordenador
Estadual no Piauí -
CEST/PI



**José Eduardo
Alves Wanderley**
Coordenador
Estadual no Rio
Grande do Norte -
CEST/RN



**Helisson Wesley Freitas
De Souza**
Coordenador
Estadual em
Sergipe - CEST/SE

As Diretrizes Estratégicas constituíram documento balizador para o Planejamento Estratégico 2017-2020, compreendendo os **Programas Temáticos e Ações Estratégicas** que nortearam a pactuação das metas anuais da autarquia. A escolha pelos Programas Temáticos e Ações da PPA 2016-2019 foi para possibilitar a otimização de esforços para sua execução e posterior avaliação ao final do período.

Quadro 1 - Perspectiva **Sociedade** Objetivo Estratégico 1

PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Fortalecimento das cadeias produtivas	Apoiar Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado nas Coordenações Estaduais (*)
Programa de Manutenção e Desenvolvimento de Pesca e Aquicultura	Apoiar a produção aquícola sustentável quanto ao funcionamento de unidade de produção (*)
Programa de Incremento da Disponibilização Hídrica	Construir e Implantar obras de infraestruturas hídricas (*)
Programa de Manutenção e Recuperação da Infraestrutura Hídrica	Manter e Recuperar Infraestruturas Hídricas (*)
Programa de Regularização Ambiental e Fundiária	Efetivar a Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação (*)
Programa de Gestão dos Projetos Públicos de Irrigação	Administrar e Reabilitar Projetos Públicos de Irrigação (*)
	Transferir a gestão de Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações (*)

Quadro 2 - Perspectiva **Sociedade** Objetivo Estratégico 2

PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Promover articulações sociopolíticas para uma efetiva atuação institucional	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Articulação Municipal, Regional e Nacional	Promover articulação político-administrativa que contribua com a efetividade da atuação do DNOCS

Quadro 3 - Perspectiva **Sociedade** Objetivo Estratégico 3

PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Implementar mecanismos de participação e de controle social	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Controle Social	Construir canais de comunicação acessível entre a sociedade civil e o DNOCS, visando à transparência das ações realizadas pela autarquia

Quadro 4 - Perspectiva **Sociedade** Objetivo Estratégico 4

PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: Assegurar o reconhecimento institucional do DNOCS	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Divulgação Institucional	Implementar parcerias com centros de ensino e pesquisa e com setores da sociedade organizada
	Divulgar as ações e os resultados do DNOCS, preservando sua história

Quadro 5 - Perspectiva **Aprendizado e Pessoas** / Objetivo Estratégico 1

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E PESSOAS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Estruturar Sistema de Desenvolvimento de Pessoas	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Políticas de Gestão de Pessoas	Incrementar, Valorizar, Manter e Avaliar o Quadro de Pessoal

Quadro 6 - Perspectiva **Aprendizado e Pessoas**

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E PESSOAS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Desenvolver Competências técnicas e gerenciais	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Desenvolvimento Profissional	Promover treinamento e desenvolvimento dos servidores de acordo com as necessidades levantadas (*)

Quadro 7 - Perspectiva **Processos Internos** / Objetivo Estratégico 1

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Estudos, Pesquisas e Difusão de Tecnologias	Desenvolver estudos, pesquisas e difusão tecnológica na Agricultura Irrigada e Infraestrutura Hídrica (*)
	Ampliar atividades de cooperação científica e tecnológica (*)
	Apoiar a produção aquícola sustentável quanto à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação (*)

Quadro 8 - Perspectiva **Processos Internos** / Objetivo Estratégico 2

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Assegurar a descentralização das ações para as Coordenadorias Estaduais	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Descentralização Administrativa	Estruturar as Coordenadorias com condições necessárias ao desempenho de suas atividades, através de apoio técnico-administrativo

Quadro 9 - Perspectiva **Processos Internos** / Objetivo Estratégico 3

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Implementar um modelo de excelência de gestão	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Aprimoramento Institucional	Implementar a gestão estratégica de forma sistêmica, bem como sua execução
	Desenvolver mecanismos de controle interno visando à melhoria da gestão
	Melhorar a gestão dos recursos logísticos da autarquia
	Adequar as iniciativas do PDTI à estratégia da autarquia

Quadro 10 - Perspectiva **Financeira/Orçamentária** - Objetivo Estratégico 1

PERSPECTIVA: FINANCEIRA / ORÇAMENTÁRIA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Implementar mecanismos de arrecadação	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Gestão da Arrecadação	Controlar financeiramente as receitas do DNOCS, mantendo intercâmbio de informações com os setores responsáveis pela arrecadação

Quadro 11 - Perspectiva **Financeira/Orçamentária** - Objetivo Estratégico 2

PERSPECTIVA: FINANCEIRA / ORÇAMENTÁRIA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Aprimorar a alocação e a disponibilização dos recursos	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Otimização da utilização dos recursos	Implantar a cultura de redução de custos

Quadro 12 - Perspectiva **Financeira/Orçamentária** - Objetivo Estratégico 3

PERSPECTIVA: FINANCEIRA / ORÇAMENTÁRIA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira	
PROGRAMA TEMÁTICO	AÇÃO ESTRATÉGICA
Programa de Monitoramento da Execução Orçamentária e Financeira	Implementar efetivamente o monitoramento da execução orçamentária e financeira



Mapa Estratégico do DNOCS

MAPA ESTRATÉGICO DO DNOCS - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2017-2020

VISÃO

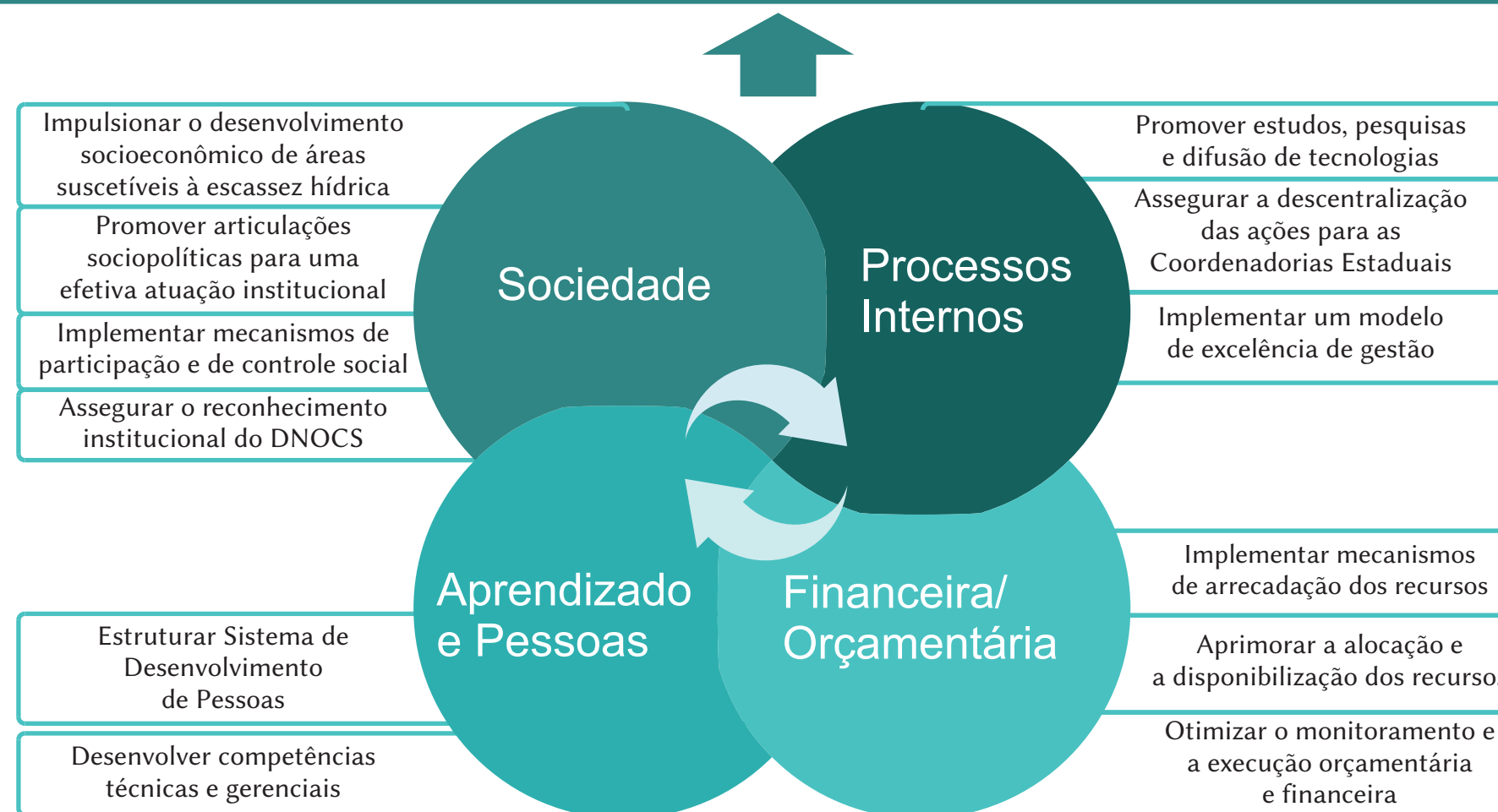
Promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população do semiárido.

VALORES

Valorização do Ser Humano, Ética e Transparência
Sustentabilidade, Gestão Meritocrática, Soluções Inovadoras, Excelência Técnica.

MISSÃO

Impulsionar o reconhecimento, até 2020, como instituição de referência nacional em ações para a harmoniosa convivência com os efeitos da seca.





Gestão De Riscos e Controles Internos

“Gerenciar riscos de modo eficaz contribui para o aumento da confiança dos cidadãos nas organizações públicas ao subsidiar informações para a tomada de decisão, contribuir para um melhor desempenho na realização dos objetivos de políticas, organizações e serviços públicos e auxiliar na prevenção de perdas e no gerenciamento de incidentes”. (Roteiro de Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos. TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2018).

Em 2016, a CGU e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) publicaram a IN Conjunta MP/CGU nº 01 - que dispõe sobre a sistematização de práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos no âmbito de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Quanto à gestão de riscos, o normativo estabelecia que os órgãos deviam observar cinco princípios:

- gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;
- garantia de níveis de exposição a riscos adequados;
- garantia de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;
- utilização do mapeamento de riscos, objetivando o apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;
- utilização da gestão de riscos visando à melhoria contínua dos processos organizacionais.

No ano de 2015, vale registrar que o DNOCS iniciou o mapeamento de processos, como parte de um projeto de Gestão Eletrônica de Documentos (GED). No site do DNOCS consta os principais processos mapeados, mas levando em consideração a estrutura organizacional anterior, já alterada em seu regimento interno, em 2016.

Em consonância com o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e, considerando o previsto no art. 23 da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 1, de 10 de maio de 2016, o Diretor Geral instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, composto pela Diretoria Colegiada, com a Auditoria Interna prestando apoio técnico e a secretaria executiva exercida pelo Gabinete da Direção Geral.

Ao Comitê de Governança, Riscos e Controles compete promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos; promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações, aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público, liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade; aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão; emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos e monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Entre os dias 21 a 24 de agosto de 2018, o DNOCS promoveu o curso **Governança, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos: O Novo Paradigma da Administração Pública**, com o objetivo de formação, aperfeiçoamento e contextualização sobre o tema. Foi ministrado pela área de capacitação (DA/DGP), tendo como público alvo os gestores, sendo que dois dias foram reservados aos auditores internos (AUDI).



ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS

O DNOCS, como autarquia federal, tem uma Procuradoria Federal da AGU, nas áreas de análise jurídica e contencioso. O contencioso, em especial, trata das questões afetas às desapropriações de terras e benfeitorias, necessária à implantação das obras de infraestrutura hídrica e de aproveitamento dos recursos hídricos. A Procuradoria-Geral Federal da AGU centralizou o contencioso de todas as autarquias nas procuradorias federais nos Estados, de modo que a PF/DNOCS não faz o controle das demandas judiciais, primeiro porque são inúmeras em toda a área de atuação do DNOCS e não seria possível acompanhar somente com a estrutura da autarquia, além de bastante oneroso e; segundo porque, conforme dito, essa competência foi definida para as Procuradorias Federais nos Estados.

Na oportunidade, citamos algumas ações judiciais relevantes que são acompanhadas administrativamente pela PF/DNOCS: ação civil pública para restauração e conservação no Complexo Histórico da barragem do Açude Cedro; ações indenizatórias de valor expressivo; ação de reintegração de posse em Limoeiro do Norte/CE), mas esse acompanhamento é pontual e com o intuito de auxiliar as Procuradorias Federais em demandas mais sensíveis para a Autarquia, pois, conforme dito, a competência para atuar judicialmente, bem como a gestão e o controle de todas as demandas é das Procuradorias Federais nos Estados.



Gestão De Riscos e Controles Internos

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL – CORREIÇÃO/2018

O Regimento Interno do DNOCS, atualmente em vigor, aprovado pela Portaria N° 43, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 23, de 1° de fevereiro de 2017, em consonância com o estabelecido no Artigo 6º, do Decreto nº 8.895, de 03 de novembro de 2016, no CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, normatizada no art. 2º, previu o Núcleo de Correição – NUC, ainda vinculado ao Gabinete do Diretor-Geral. Sendo assim, estão concentradas na autoridade máxima da Autarquia as competências para instauração e julgamento de procedimentos administrativos disciplinares (sindicâncias e PADs), salvo os casos que se reputam da competência do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Dando continuidade ao esforço que vem sendo desenvolvido, com ênfase nos exercícios de 2017-2018, com a intervenção direta da Controladoria Geral da União – CGU, por meio da NACOR (Núcleo de Acompanhamento Correicional instalado no 6º andar deste Edifício – Sede), está sendo diligenciado um conjunto de providências aptas a dar andamento aos procedimentos disciplinares que tramitam nesta Autarquia. Quanto aos controles internos das demandas disciplinares, foi implantado, sob a supervisão de Analista de Controle oriundo da CGU, um sistema interno de acompanhamento e controle dos processos disciplinares, que serve como fonte de informações acerca do andamento, dos prazos prescricionais e da situação atual daqueles procedimentos. Dos procedimentos disciplinares que tramitam no NUC/DNOCS, tem-se a seguinte relação dos resultados desta atividade, no ano de 2018:

Procedimentos	Quantitativo
Processos Administrativo Disciplinares – PADs instaurados em 2018, no âmbito do DNOCS	16
Sindicâncias instauradas em 2018, no âmbito do DNOCS	07
Procedimentos Disciplinares encaminhados para julgamento em 2018*	21
Processos Administrativos Disciplinares – PAD - Julgados em 2018, pelo Diretor-Geral	08
Sindicâncias julgadas em 2018	00
Relatório - Julgamento - Advertências aplicadas a estatutários em 2018	00
Relatório - Julgamento - Não Indiciado	11
Suspensões aplicadas a estatutários em 2018	00
Relatório - Julgamento - Submetido a outro processo	01
Demissões em 2018, no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	01
Processos Disciplinares a instaurar -Aguardando análise da autoridade instauradora	04
Juízo de Admissibilidade (ausência de materialidade e autoria)	00
Na fase a instaurar - instauração de processo administrativo disciplinar	06

Demanda correicional tratada	Quantitativo
Acúmulo de cargos ou proventos no serviço público	03
Extravio de processos administrativos	02
Pagamento de despesas sem a devida cobertura contratual	01
Possíveis falhas na fiscalização de obras	01
Relatório de Auditoria. CGU. Descumprimento de sentença judicial	01

AUDITORIA INTERNA

Segundo o Regimento Interno do DNOCS, compete à Auditoria Interna, em linhas gerais: verificar a obediência às normas vigentes; acompanhar a aplicação dos recursos públicos; examinar e emitir parecer sobre prestação de contas anual; e recomendar melhorias no sistema de controle interno, visando garantir a eficiência, eficácia, economicidade e efetividade das ações sob responsabilidade do DNOCS.

Além disso, a unidade de Auditoria Interna publicou, em 10 de julho de 2014, a Portaria nº 237 DG/CRH, na qual estabelece normas para a realização dos trabalhos de auditoria interna junto às unidades administrativas desta Autarquia. Registra-se ainda a elaboração de um estatuto da Auditoria Interna do DNOCS, de forma a melhor estabelecer e esclarecer suas atribuições, princípios, metodologias, procedimentos, dentre outros quesitos inerentes às atividades desempenhadas.

Com relação às ações de auditoria, a alta administração, composta pelo Diretor-Geral e os Diretores Administrativo, de Desenvolvimento Tecnológico e Produção e de Infraestrutura Hídrica, bem como os Coordenadores das Unidades Regionais é cientificada dos Relatórios de Auditoria por meio de processos administrativos eletrônicos. Para o Diretor-Geral sempre é expedido o Relatório para a sua ciência e, no que couber, a adoção de providências, e para os demais somente quando o assunto é de sua alçada.

Desde o final do exercício de 2016, iniciou-se a elaboração do Relatório Gerencial, por meio do qual a Direção-Geral é informada mensalmente acerca da situação de cada recomendação exarada pela Unidade. Dessa maneira, o gestor dispõe de informação sucinta acerca da evolução do atendimento às demandas exaradas por meio das recomendações, tomando conhecimento das pendências existentes e dos riscos existentes, caso não haja implementação.

Já no que diz respeito à comunicação com a alta gerência ocorre, basicamente, por meio do envio mensal dos relatórios gerenciais e na ocasião da informação acerca da realização de trabalhos de auditoria. Quando não há adoção de providências, ou quando as providências adotadas não são suficientes para a solução necessária ao atendimento das recomendações da Auditoria Interna, esta produz Nota Técnica indicando a manifestação da unidade e o não acolhimento fundamentado, a qual segue a rotina de comunicação descrita anteriormente. Havendo riscos considerados elevados, são eles destacados já no Relatório de Auditoria e reiterados em Nota Técnica.

Por fim, destaca-se que, regularmente o chefe da auditoria participa das reuniões da Diretoria Colegiada, ocasião em que há a comunicação direta e a interação com as Diretorias da entidade, o que reforça, dentre outros aspectos, o *status* organizacional da Auditoria Interna.



Capítulo
02

Resultados da Gestão





PERSPECTIVA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Nº	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS %
FO 1	Implementar mecanismos de arrecadação	100
FO 2	Aprimorar a alocação e a disponibilização dos recursos	100
FO 3	Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira	100

Metas Estratégicas

- Realizar uma divulgação da Portaria N° 141, junto aos perímetros públicos de irrigação;
- Propor um Termo de parceria com a CODEVASF para melhorar a cobrança da tarifa K1.

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PERÍODO DE 2017-2020

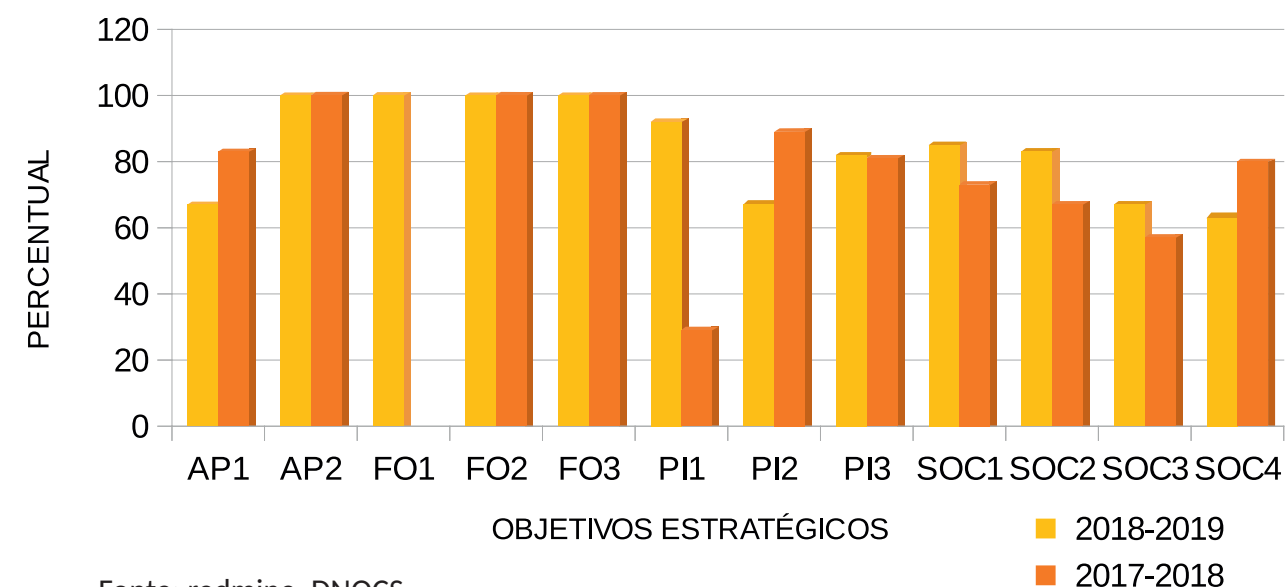
O Decreto nº 7.133/2010 disciplinou a avaliação de desempenho institucional no âmbito da administração pública federal, anterior aos normativos internos da autarquia que definiu a matéria, por meio de Portarias nºs 314/2010 e 442/2010 (DNOCS), que fixou as datas de início e fim de cada ciclo avaliativo da autarquia, com duração de 12 meses. Desde a instituição do normativo interno para a Avaliação de Desempenho Institucional (ADI), foi definido que o ciclo iniciaria em 22/02 de cada ano e findaria em 21/02 do ano seguinte. Por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2017-2020, foi estabelecida a coincidência de períodos, para melhor acompanhamento e monitoramento dos dois processos conjuntamente, pois as metas de avaliação de desempenho institucional estão contidas no planejamento anual da autarquia.

Dentre as recomendações constantes do Relatório do Gestor, ano 2017 (CGU) constava a que orienta a revisão do Ciclo de Planejamento Estratégico Institucional e Avaliação de Desempenho Institucional, de modo a coincidir com o exercício financeiro-orçamentário e assim torná-lo aderente aos princípios da anualidade orçamentária e da prestação de contas. O Ministério do Planejamento, em resposta à consulta formulada, indeferiu, em virtude da impossibilidade de alteração de data da ADI, com o estabelecimento de um ciclo menor que 12 meses, para ajuste inicial, em desacordo com o Decreto nº 7.133/2010.

Portanto, os resultados apresentados contemplam o ciclo 2018-2019 tal como foi organizado originalmente. Para comparação, apresentamos o quadro abaixo, contemplando os resultados dos dois ciclos, por objetivos estratégicos. A construção de indicadores que melhor representem os resultados da gestão (indicadores de performance), está entre os desafios dessa segunda metade do PEI 2017-2020.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

EVOLUÇÃO 2017-2019



Fonte: redmine, DNOCS.

Legenda:

- AP1 - Estruturar Sistema de Desenvolvimento de pessoas
- AP2- Desenvolver competências técnicas e gerenciais
- FO1- Implementar mecanismos de arrecadação
- FO2 - Aprimorar a alocação e disponibilização de recursos
- FO3 - Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira
- PI1 - Promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias
- PI2-Assegurar a descentralização das ações para as Coordenadorias Estaduais
- PI3-Implementar um modelo de excelência de gestão
- SO1- Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica
- SO2- Promover articulações sociopolíticas para uma efetiva atuação institucional
- SO3- Implementar mecanismos de participação e de controle social.
- SO4 - Assegurar o reconhecimento institucional do DNOCS.



PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

Nº	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS %
SOC1	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	85
SOC2	Promover articulações sociopolíticas para uma efetiva	83
SOC3	Implementar mecanismos de participação e de controle social	67
SOC4	Assegurar o reconhecimento institucional do DNOCS	63

Metas Estratégicas

- Instruir 1 processo visando realizar a licitação para implantação de Barragem;
- Realizar 10% (dez por cento) de execução física das obras de acumulação de água em andamento;
- Implantar 70 km de adutoras;
- Ampliar 2 (dois) PPI's quanto à área irrigada através da distribuição de kits *on farm*;
- Renovar 2 (dois) licenciamentos ambientais de PPI;
- Elaborar 3 (três) Termos de Referência para georreferenciamento de PPI;
- Arrecadar R\$ 70.000,00 com a comercialização de alevinos;
- Habilitar 4 (quatro) Distritos ou Associações de irrigantes para receber contrapartida; financeira do Governo Federal;
- Titularizar 110 (cento e dez) lotes de irrigantes;
- Distribuir 10 (dez) milhões de alevinos.

As metas pactuadas na perspectiva da sociedade, referentes aos objetivos estratégicos indicados, na maioria foram cumpridas, com destaque positivo para a implantação de adutoras, que superou a meta, com a execução de 105,9 km e como exceção, a arrecadação de apenas R\$ 45.000,00 com a comercialização de alevinos. Ressaltamos que foram distribuídos 14,7 milhões de alevinos/ano, no entanto, representa somente 12% da capacidade instalada, tendo como justificativa a insuficiência de água e a burocracia para aquisição dos principais insumos.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS

Nº	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS %
PI 1	Promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias	92
PI 2	Assegurar a descentralização das ações para as Coordenadorias Estaduais	67
PI 3	Implementar um modelo de excelência de gestão	82

Metas Estratégicas

- Reavaliar 15% (quinze por cento) dos registros imobiliários patrimoniais – RIPS;
- Elaborar 01 Relatório anual das atividades da biblioteca;
- Elaborar 01 Norma de funcionamento das bibliotecas do DNOCS;
- Alimentar 75 títulos de periódicos no Sistema Multiacervo;
- Conferir 2.387 livros do acervo Patrimonial;
- Organizar 150 Plantas de engenharia;
- Organizar 1.000 documentos referentes aos projetos de irrigação;
- Promover 4 (quatro) reuniões técnicas nas CEST's para parametrização de regularização fundiária, ambiental e Piscicultura;
- Realizar 3 (três) workshop visando difusão tecnológica.

PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E PESSOAS

Nº	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS %
AP 1	Estruturar Sistema de Desenvolvimento de Pessoas	67
AP 2	Desenvolver Competências técnicas e gerenciais	100

Metas Estratégicas

- Realizar 30% dos cursos apontados como de maior relevância no Plano Bial de capacitação – 2017/2018;
- Encaminhar 01 (uma) Proposta de autorização de Concurso Público anual ao Ministério da Integração Nacional;

A proposta de autorização foi encaminhada ao Ministério da Integração Nacional, em maio de 2018, com a solicitação autorização de concurso público, justificada pelo acelerado processo de esvaziamento da instituição, por aposentadorias voluntárias, sem a renovação de seu corpo de servidores, em especial na área finalística.

A área de capacitação vem divulgando cursos ofertados pelas escolas de administração pública, pela modalidade EAD, importante iniciativa que supre a necessidade de capacitação em diversas áreas, otimizando os recursos orçamentários/financeiros. Neste ano, o DNOCS promoveu capacitação, principalmente, nas áreas de gestão de riscos e governança e licitações.



Informações da Diretoria de Infraestrutura Hídrica para Relatório de Gestão 2018

Durante o exercício 2018 a Diretoria de Infraestrutura Hídrica deu continuidade aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos para a ampliação da reserva hídrica no Nordeste, bem como às recuperações dos reservatórios sob a jurisdição do DNOCS.

Dentre as atividades de implantação de infraestruturas as ações realizadas podem ser subdivididas em implantação de infraestruturas e em recuperação/modernização de estruturas já existentes.

Implantação de Infraestruturas Hídricas

No tocante à implantação, o DNOCS realizou obras de implantação:

Adutora do Pajeú/PE-PB - 2ª Etapa (1ª Fase) - é um empreendimento voltado para o abastecimento humano, envolvendo a construção de sistema adutor, composto por captações no Eixo Leste do PISF e no lago de Itaparica, estações de bombeamento, reservatórios e tubulações, atingindo 196 km de adução entre os Estados de Pernambuco e Paraíba.

Barragens Fronteiras/CE - A Barragem estará situada na microrregião do Sertão de Crateús, na região oeste do estado do Ceará. A finalidade principal será o suprimento das demandas hídricas dos distritos e povoados da zona rural, e reforço do sistema de abastecimento do principal aglomerado urbano da região - Crateús, bem como de outras cidades integrantes dos Sertões de Crateús.

Ingazeira/PE - A Barragem de Ingazeira barrará o rio Pajeú que nasce na Serra da Balança, no Município de Brejinho, próximo à divisa entre os Estados da Paraíba e Pernambuco, sendo afluente do Rio São Francisco. O eixo da barragem está localizado nos limites municipais de Ingazeira, Tabira e São José do Egito, no Estado de Pernambuco.

Oiticica/RN - O sítio barrável está localizado sobre o rio Piranhas-Açu, na Fazenda Oiticica, aproximadamente, 17 km a sudoeste da sede do município de Jucurutu, no estado do Rio Grande do Norte. A construção da Barragem de Oiticica é de extrema importância para a região do Seridó com a finalidade de amenizar o efeito de cheias, visando proporcionar o controle das vazões do Rio Piranhas, reduzindo o risco de inundações no Vale do Açu a jusante da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Além disso, visa suprir o déficit hídrico da sub-bacia do rio Seridó a qual responde por 90% do déficit hídrico da bacia do Piranhas/Açu.

Essas obras beneficiarão mais de 700 mil pessoas no semiárido nordestino.

Obra	Situação Atual (dezembro/2018)	Municípios a serem beneficiados	População beneficiada prevista	Volume previsto
Adutora do Pajeú – 2ª Etapa	Em andamento (95%)	32 localidades em Pernambuco e 8 na Paraíba	439.000 (PE) 61.145 (PB)	
Barragem Fronteiras	Em andamento (7,59%)	Crateús	80.000	488.180.000 m³
Barragem Ingazeira	Em fase de conclusão	Ingazeira, Tabira e São José do Egito	74.000	49.000.000 m³
Barragem Oiticica	Em andamento (67%)	Jucurutu	330.000	556.258.050 m³

No ano de 2018, o DNOCS realizou, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, a implantação de 4 Sistemas Adutores Emergenciais no Estado do Ceará. Esses sistemas ampliaram em 134,08 Km a rede de adutoras no Estado do Ceará, beneficiando mais de 150 mil pessoas no Estado.

Adutora	Extensão	Município Beneficiado	População beneficiada (Censo IBGE 2010)	Situação atual
Catarina	48,58	Catarina	18.745	Em fase de conclusão
Limoeiro e Tabuleiro do Norte	40	Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte	85.468	Em fase de conclusão
Boa Viagem	45,5	Boa Viagem	52.498	Em fase de conclusão

Recuperação de Barragens do DNOCS

No que se refere à recuperação dos seus reservatórios, o DNOCS vem realizando esforços para a desempenhar essa atividade de grande importância para o DNOCS.

Desde 2016, o DNOCS vem atuando por meio de parceria com o Ministério da Integração Nacional para a recuperação dos reservatórios desta Autarquia que estão incluídas no PISF. No exercício de 2018, o DNOCS realizou obras em 9 reservatórios. Em dezembro/2018 concluiu a licitação para a realização das obras de recuperação da Barragem Engenheiro Ávidos/PB. Além disso, a Barragem Poço da Cruz/PE estava em processo de licitação, com previsão de abertura das propostas em janeiro/2019.

Também foi dada continuidade às ações de recuperações de barragens previstas no Programa de Segurança de Barragem (PROSB), bem como realizou recuperações em parceria com a ANA. Dentre essas barragens, o DNOCS concluiu obras em 4 reservatórios, bem como deu início à obras em 21 reservatórios. Para o ano de 2019 estão previstos iniciar mais 16 reservatórios, pois foram concluídas a licitação da recuperação de 4 reservatórios no fim de 2018, bem como se encontravam 12 em licitação.



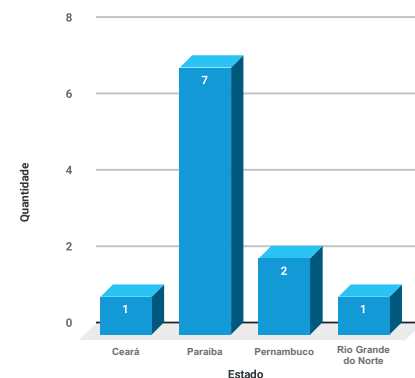
A tabela a seguir apresenta resumo da situação descrita.

Barragens Estratégicas do PISF

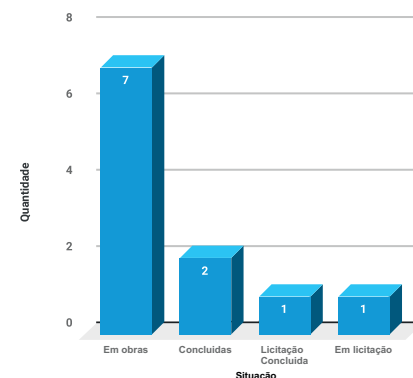
Barragem	Situação	População atendida	Volume do Reservatório (m³)
Poções/PB	Obras em andamento	30.852	29.862.000
São Gonçalo/PB	Obras em andamento	65.803	44.600.000
Curema/PB	Obras em andamento	15.149	720.000.000
Mãe D'água/PB	Obras em andamento	15.149	638.000.000
Camalaú/PB	Obras em andamento	5.749	48.107.240
Engenheiro Ávidos/PB	Licitação concluída em dez/2018	58.446	255.000.000
Castanhão/CE	Obras concluídas	4.000.000	6.700.000.000
Epitácio Pessoa/PB	Obras Concluídas	385.213	535.680.000
Armando Ribeiro Gonçalves/RN	Obras em andamento	53.227	2.400.000.000
Barra do Juá/PE	Obras em andamento	29.285	71.474.000
Poço da Cruz/PE	Em licitação	26.954	504.000.000

Barragens Estratégicas do PISF

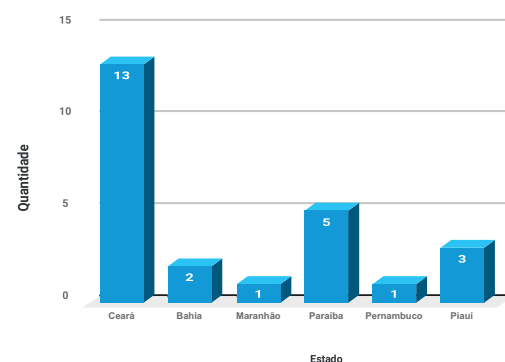
Barragens estratégicas do PISF Quantidade x Estado



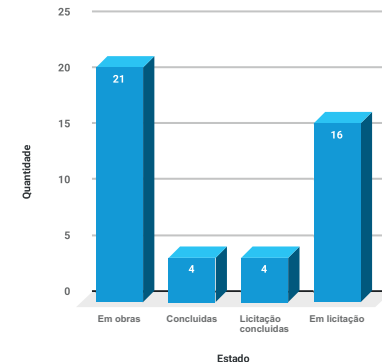
Barragens estratégicas do PISF Situação x Quantidade



Barragens do DNOCS Estado x Quantidade



Barragens do DNOCS Situação x Quantidade



Segurança de Barragens

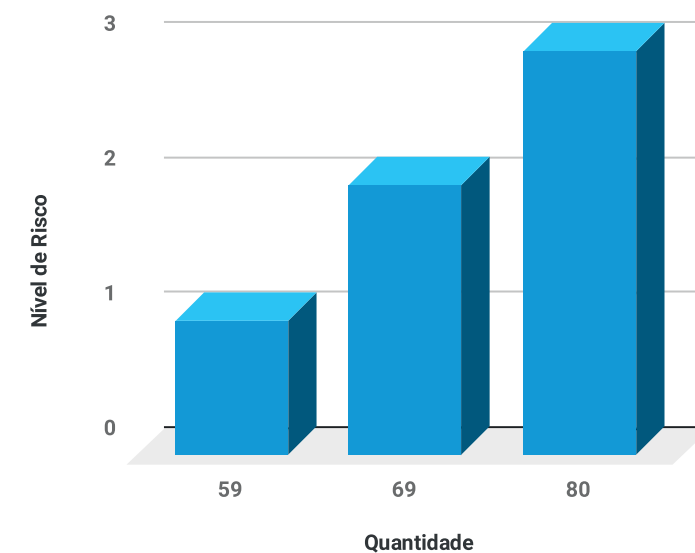
O DNOCS é o empreendedor de 327 Barragens no Nordeste, que possuem uma capacidade total de reservação de 36.103.752.852 m³, beneficiando uma população de 24.898.320 pessoas.

No ano de 2018, embora o DNOCS tenha uma equipe cada vez menor de servidores, realizou inspeções em 124 Barragens.

No quadro a seguir, seguem informações acerca das barragens do DNOCS.

ESTADO	Nº BARRAGEM POR ESTADO	VOLUME TOTAL (m³)	POPULAÇÃO BENEFICIADA ESTIMADA	Nº DE BARRAGENS CLASSIFICADAS SEGUNDO RISCO	Nº BARRAGENS INSPECIONADAS 2018
AL	26	60.448.000	719.257	14	8
BA	34	1.082.184.781	1.435.109	33	34
CE	85	24.376.397.000	11.225.852	47	66
MA	2	1.077.000.000	93.599	1	0
MG	10	15.387.700	497.691	4	4
PB	43	2.572.966.000	2.812.914	27	7
PE	38	1.969.960.002	4.068.299	34	1
PI	25	1.723.576.369	486.698	19	3
RN	53	3.206.323.000	3.335.039	24	1
SE	11	19.510.000	223.862	6	0
TOTAL	327	36.103.752.852	24.898.320	208	124

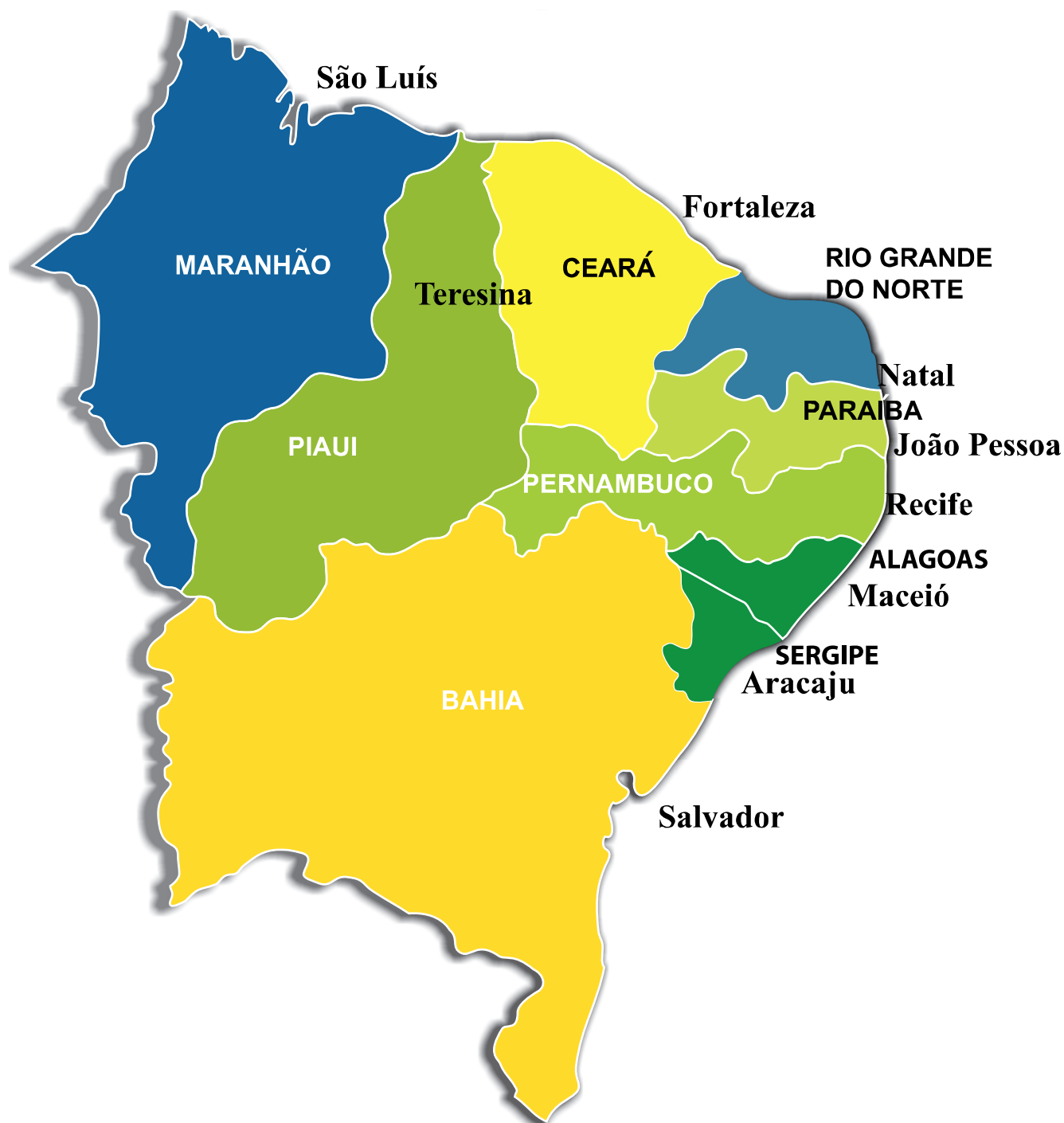
Barragens classificadas segundo risco





Infraestrutura Hídrica

Barragens



Barragens no Estado do Ceará	Situação
Barragem Realejo – CE	Obras em andamento
Barragem Forquilha – CE	Obras em andamento
Barragem São Pedro da Timbauba – CE	Obras em andamento
Barragem Varzea da Volta - CE	Obras em andamento
Farias de Sousa – CE	Obras em andamento
Barragem Serrota (Edson Queiroz) – CE	Obras em andamento
São Vicente – CE	Obras em andamento
Barragem Tucunduba – CE	Obras em andamento
Barragem Santo Antônio de Aracatiacu – CE	Obras em andamento
Barragem Patos – CE	Obras em andamento
Barragem Ayres de Sousa – CE	Obras em andamento
Barragem Cachoeira – CE	Obras em andamento
Barragem Araras (Paulo Sarasate) – CE	Obras em andamento
Amanari – CE	Em Licitação
General Sampaio – CE	Em Licitação
Tejuçuoca – CE	Em Licitação
São Mateus – CE	Em Licitação
Pompeu Sobrinho – CE	Em Licitação
Fogareiro – CE	Em Licitação
Patu – CE	Em Licitação
Riacho do Sangue – CE	Em Licitação
Forquilha II -CE	Em Licitação
Trici – CE	Em Licitação
Várzea do Boi – CE	Em Licitação
Favelas – CE	Em Licitação
Serafim Dias – CE	Em Licitação
Trussu – CE	Em Licitação
Thomás Osterne – CE	Em Licitação
Gomes – CE	Em Licitação

Barragens Estado do Rio Grande do Norte	Situação
Marechal Dutra – RN	Concluída
Barragem Caldeirão – RN	Concluída
Barragem Sta Cruz do Trairí – RN	Concluída

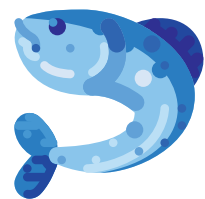
Barragens no Estado da Paraíba	Situação
Barragem Curimataú – PB	Obras em andamento
Barragem Escondido – PB	Obras em andamento
Barragem Santa Inês – PB	Obras em andamento
Barragem Santa Luzia – PB	Obras em andamento
Barragem São Mamede – PB	Obras em andamento

Barragens no Estado de Pernambuco	Situação
Barragem Jacuzinho – PE	Obras em andamento

Barragens no Estado de Piauí	Situação
Barragem Ingazeira – PI	Licitação finalizada em dez/2018
Barragem Cajazeira -PI	Licitação finalizada em dez/2018
Barragem Barreira – PI	Licitação finalizada em dez/2018
Bocaína – PI	Licitação finalizada em dez/2018

Barragens no Estado do Maranhão	Situação
Flores – MA	Concluída

Barragens no Estado da Bahia	Situação
Cocorobó – BA	Obras em andamento
Truvisco – BA	Obras em andamento

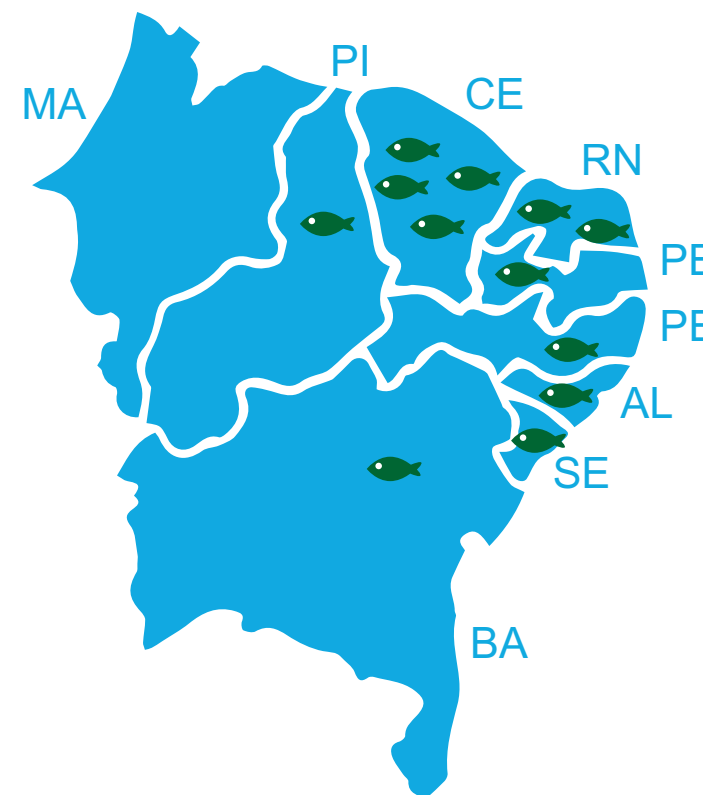


RELATÓRIO RESUMIDO DAS AÇÕES DA DPA REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE FEVEREIRO 2018 A 21 DE FEVEREIRO DE 2019

A Divisão de Pesca e Aquicultura desempenhou no ano de 2018 papel de grande importância no desenvolvimento econômico e social, Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Departamento nas áreas da pesca e piscicultura continentais, na forma de produção de alevinos, capacitação de produtores, povoamento e repovoamento de coleções d'águas públicas e privadas já tornou a região do Nordeste Brasileiro uma das maiores produtoras de peixes cultivados do país, além de manter a piscosidade da bacia hidráulica de suas barragens e de preservar integralmente a biodiversidade aquática local.

Nos diversos Estados, o DNOCS possui 12 Estações de piscicultura e um Centro de pesquisas, que distribuíram de 21 de fevereiro de 2018 a 21 de fevereiro de 2019 um total de 14.635.692 (quatorze milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos noventa e dois) alevinos. Estas ações beneficiaram diretamente os pescadores, por meio do povoamento sistemático das 319 barragens pertencentes ao DNOCS em todo o semiárido nordestino, sendo que nestas barragens, nos estados do Piauí, Ceará, e Paraíba, foram produzidas aproximadamente 1.233,37 toneladas de peixes, oriundos da pesca extrativa. Admitindo-se que o consumo médio nacional de peixes de água doce (da pesca de captura continental e aquicultura de água doce) é de 3,95 Kg per capita (dados de 2013 segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO), esta produção é suficiente para alimentar 312.245 pessoas por ano. No entanto, além da produção de peixes desses três Estados estar subdimensionada, em função da carência de pessoal para a coleta desses dados, a falta de dados acerca da produção e tanques-rede, uma vez que os mesmos não estão nos sendo enviados. Outro dado importante que não nos está chegando é o da produção de peixes e camarões nos perímetros irrigados. Estima-se que só nos estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, dois milhões, trezentos e oitenta e seis mil novecentos e dez pessoas sejam beneficiadas pelo pescado produzido ou capturado nos açudes.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE PISCICULTURA E CENTRO DE PESQUISAS



CEARÁ

Pedro Azevedo (Icó)
Valdemar Carneiro de França (Maranguape)
Osmar Fontenele (Sobral)
Rui Simões de Menezes (Alto Santo)
Centro de Pesquisas em Aquicultura:
Rodolpho Von Ihering (Pentecoste)
Centro de Pesquisas em Carcinicultura
(Pentecoste)
Posto de Piscicultura (Tauá)

SERGIPE

Gracho Cardoso

RIO GRANDE DO NORTE

Estevão de Oliveira (Caicó)
Pau dos Ferros (Pau dos Ferros)

BAHIA

Oceano Atlântico Linhares (Itiúba)

PIAUI

Adhemar Braga (Piripiri)

PERNAMBUCO

Bastos Tigre (Ibimirim)

PARAÍBA

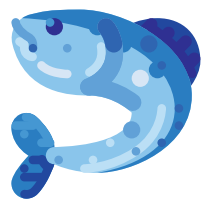
Joaquim Firmino Filho (São Gonçalo)

ALAGOAS

José Ailton Nogueira (Mota)



Centro de Pesquisa em Aquicultura: Rodolpho Von Ihering Pentecoste - CE

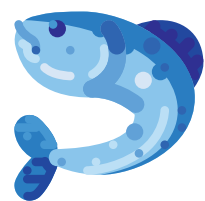


As arrecadações com as vendas de alevinos sofreram decréscimo com relação ao Projetado para 2018, da ordem de R\$ 29.978,50 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), devido à escassez hídrica. Uma vez que o volume dos açudes que abastecem nossas estações estavam extremamente baixos no início do ano de 2018 e continuaram sem significativos aportes hídricos durante todo o ano, situação que já perdura desde 2012. Ou seja, a venda de alevinos está intimamente atrelada à oferta hídrica, exemplificando o estado do Ceará que em 2013 ocupou a segunda colocação na produção de tilápias, com mais de 30 mil toneladas, passou em 2017 para a vigésima colocação com uma produção de aproximadamente 7 mil toneladas, , O setor já movimentou a economia regional, gerando milhares de empregos, em particular nos dois maiores polos, os açudes Castanhão e Orós. Hoje, o desafio é retomar a atividade a partir da utilização de novas tecnologias de reúso de água e de produção em tanques com o uso da tecnologia do bioflocos (BFT). Os dois maiores açudes do Estado do Ceará e principais polos de produção de tilápia, Castanhão e Orós, acumularam menos de 10% do volume máximo. A produção de tilápia estimada em 2013 foi de 30 toneladas/ano no Ceará. Em 2015, caiu para 19 mil t/ano. Em 2017, segundo dados da Associação dos Piscicultores do Ceará chegou a 7 mil t/ano, a expectativa era que em 2018 a produção girasse em torno de 3 mil/ton, sendo que nos dois principais açudes, a qualidade da água já estava classificada como eutrofizada, sendo registradas ocorrências de mortalidades tanto dos peixes confinados em tanques-rede, como até mesmo de peixes selvagens. Nos dois reservatórios, mais de 700 famílias foram afetadas.. Conforme citado as condições de escassez hídrica colaboraram de forma expressiva para a diminuição das receitas com a venda de alevinos.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALEVINOS, POR UNIDADES DE PISCICULTURA DO DNOCS, 22 DE FEV 2018 A 21 DE FEV 2019

UNIDADES DE PISCICULTURA / (U.F.)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN 2019	FEV 2019	TOTAL
Estação "Adhemar Braga" (PI)	489.500	570.500	453.000	358.000	350.500	252.000	386.000	287.500	218.000	280.000	463.500	0	0	4.108.500
Estação "Ruy Menezes" (Castanhão) (CE)	0	0	225.000	215.000	410.000	425.000	400.000	322.000	450.000	320.000	430.000	370.000	380.000	3.947.000
Centro Pesquisas em Aquicultura (CE)	48.000	26.000	110.000	44.406	61.500	27.227	53.050	63.596	162.400	21.100	24.500	34.500	0	676.279
Estação "Estevão de Oliveira" (RN)	12.200	8.160	0	401.000	387.000	268.000	525.003	267.000	100.000	694.000	800.100	38.000	0	3.500.463
Estação "Pau dos Ferros" (RN)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estação de Ibimirim (PE)	0	0	40.000	20.000	30.000	20.000	300.000	200.000	0	0	0	0	0	610.000
Estação "Oceano Atlântico" (BA)	82.000	200.000	150.000	0	40.000	85.200	73.000	3.000	350.000	270.000	216.000	0	0	1.469.200
Estação "Osmar Fontenele" (CE)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estação "Pedro de Azevedo" (CE)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estação "Valdemar C. de França" (CE)	0	0	0	0	0	0	5.050	20.000	22.000	30.000	25.200	0	0	102.250
Estação "Joaquim Firmino Filho" (PB)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estação "Gracho Cardoso" (SE)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estação "José Ailton N. Mota" (AL)	0	146.000	26.000	50.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	222.000
TOTAL	631.700	950.660	1.004.000	1.088.406	1.279.000	1.077.427	1.742.103	1.163.096	1.302.400	1.615.100	1.959.300	442.500	380.000	14.635.692

Obs: Dados enviados pelas Unidades de Piscicultura do DNOCS e digitalizados de acordo com os Comprovantes de Peixamentos, atualizados mensalmente.



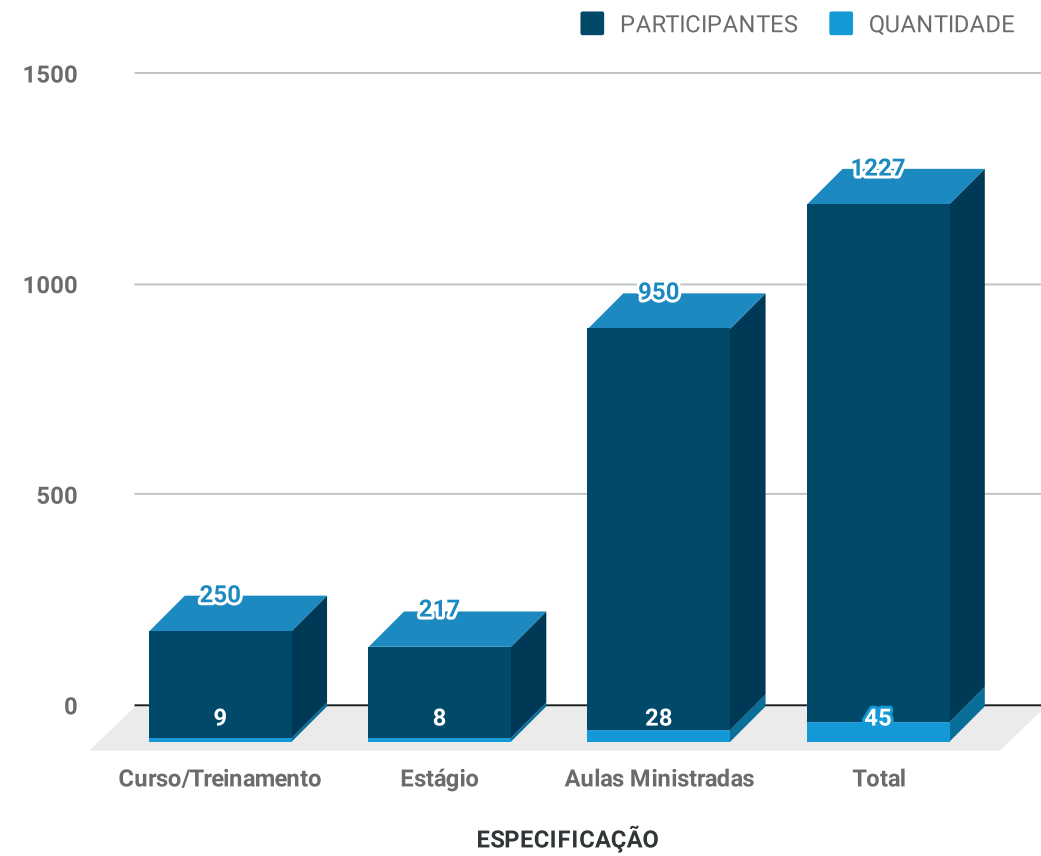
Piscicultura

Apesar das condições climáticas adversas observadas nos últimos seis anos e da redução de servidores técnicos e de apoio, que culminaram na redução na produção de alevinos, cerca de 15.000 pescadores e suas famílias foram diretamente beneficiados por estas ações, bem como mais de 500 aquicultores que adquirem alevinos de excelente padrão genético nas estações de piscicultura e no Centro de Pesquisas em Aquicultura.

Uma outra intervenção importante feita pelo DNOCS neste ambiente é a capacitação de pessoas para todas as atividades ligadas ao cultivo de peixes, desde a escolha da espécie, o controle de qualidade da água, a economicidade das unidades de cultivo, o controle de doenças, a tecnologia de aproveitamento do pescado etc. Isto tem possibilitado uma atuação competente destes atores econômicos, a criar um novo ramo do agronegócio, qual seja a aquicultura.

No ano de 2018 foram realizados 45 eventos de capacitação, que é uma meta institucional, tais como curso/treinamento, estágios e aula ministradas contando com um total de 1.227 participantes. O número de pessoas capacitadas poderia ser ainda maior se o nosso corpo técnico e de pessoal fosse em maior número.

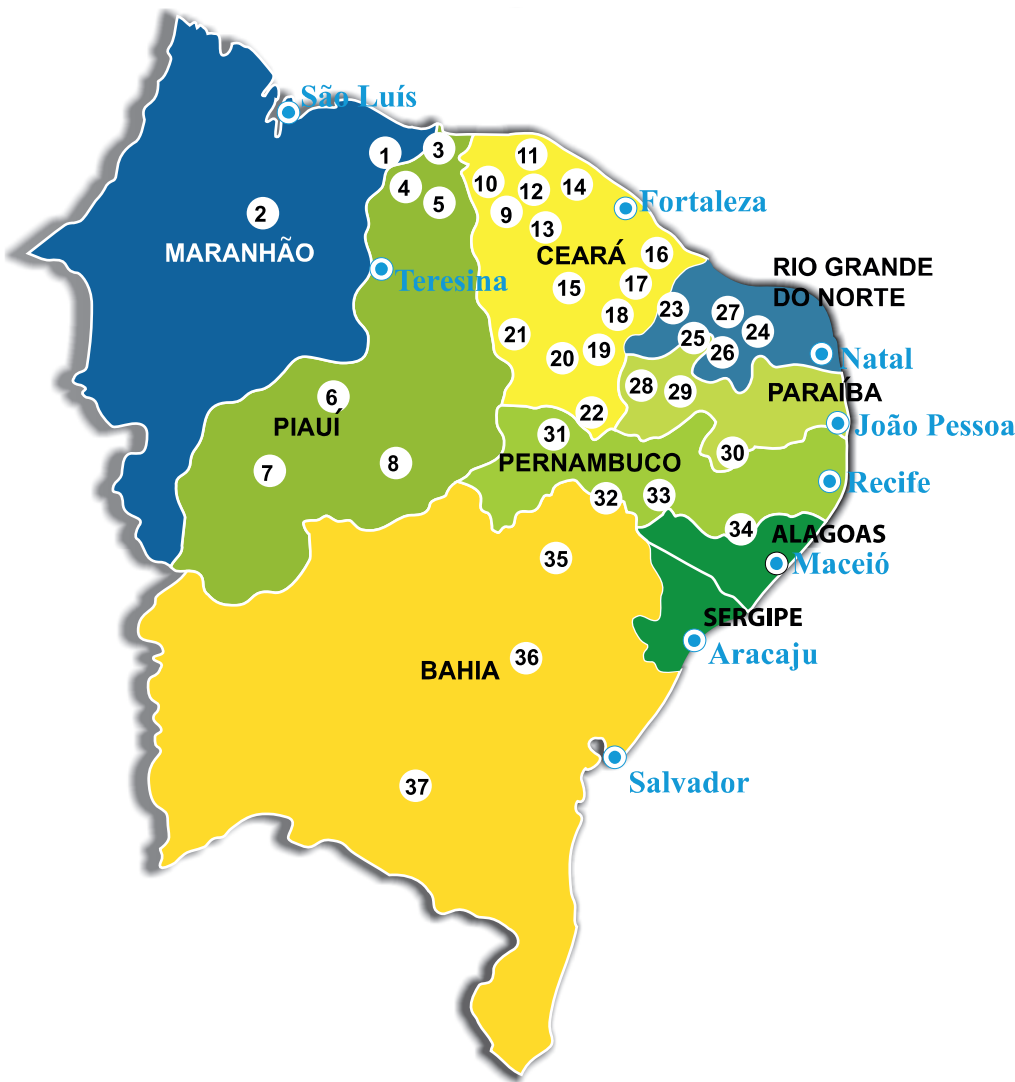
Quantidade e número de participantes do curso/treinamento, estágio e aulas ministradas.





Agricultura Irrigada

A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção, através de sua Divisão de Tecnologia e Operações Agrícolas (DP/DTO), é responsável pelas atividades de desenvolvimento hidroagrícola dos 37 Projetos Públicos de Irrigação sob a jurisdição do DNOCS, distribuídos em quase todos os Estados do Nordeste Brasileiro, representando uma área de aproximadamente 124 mil hectares para o desenvolvimento da atividade de agricultura irrigada.



- 1 - Tabuleiro de São Bernardo

2 - Várzea do Flores

3 - Tabuleiro Litorâneo do Piauí

4 - Lagoas do Piauí

5 - Caldeirão

6 - Platôs de Guadalupe

7 - Gurguéia

8 - Fidalgo

9 - Araras do Norte

10 - Ayres de Souza
- 11 - Baixo-Acaraú

12 - Forquilha

13 - Curu-Petencoste

14 - Curu-paraipaba

15 - Morada Nova

16 - Jaguaruana

17 - Tabuleiro de Russas

18 - Jaguaribe -Apodi

19 - Ema

20 - Icó-Lima Campos
- 21 - Várzea do Boi

22 - Quixabinha

23 - Pau dos Ferros

24 - Cruzeta

25 - Sabugi

26 - Itans

27 - Baixo Açú

28 - São Gonçalo

29 - Engenheiro Arcoverde

30 - Sumé
- 31 - Boa Vista

32 - Cachoeira II

33 - Custódia

34 - Moxotó

36 - Jacurici

37 - Brumado

Pelos dados estatísticos mais recentes, da área total irrigável, 72.410 hectares possuem infraestrutura de irrigação, tendo sido oficialmente entregues 66.281 hectares, beneficiando 8.004 agricultores irrigantes e seus familiares.

Outro dado relevante é o impacto econômico e social que os projetos públicos de irrigação promovem nas suas regiões em que estão inseridos, onde proporcionam um aumento considerável nos índices de desenvolvimento humano da maioria dos municípios sob suas áreas de abrangência.

Isso pode ser mensurado pelos 22 mil empregos diretos e aproximadamente 67.000 empregos indiretos, que são gerados por conta da atividade. Por exemplo, somente nos 3 projetos de maior produção agrícola, Baixo Acaraú, Tabuleiros de Russas e Jaguaribe Apodi, reporta-se a atuação de pelo menos 12 grandes empresas, sendo 3 delas exportadoras. Ressalte-se que somente uma empresa de envasilhamento de água de coco, localizado no Projeto Público de Irrigação de Paraipaba-CE, exporta 150 mil litros/mês do produto para a Europa e Estados Unidos.

A estimativa mais recente é de que aproximadamente 134 mil pessoas são beneficiadas com as atividades agrícolas desenvolvidas nos projetos sob a jurisdição do DNOCS.

Coordenadoria	Tipo de Irrigantes			Impacto Econômico		
	Agricultor Familiar	Profissional de Ciências Agrícolas	Empresarial	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	População Beneficiada
CEST - PI	1001	10	32	3776	7553	22658
CEST – CE	4199	51	90	11222	22444	67331
CEST – PE	684	-	31	86	173	518
CEST – BA	653	22	71	5547	11094	33281
CEST – RN	338	13	25	1660	3320	9960
CEST – PB	558	27	-	145	291	872
TOTAL	8004			67310		134620

Destaque-se ainda a diversificação de produtos que são produzidos no âmbito dos projetos de irrigação, onde se identifica a produção de mais de 72 espécies vegetais de importância alimentícia, que representa um valor bruto de produção em torno de 204 milhões de reais. Além disso, a atividade de exploração animal proporciona uma produção de aproximadamente 30 milhões de reais em produtos de origem animal, como, carne, leite, queijos e outros derivados

Quanto à gestão operacional da Diretoria de Produção, observou-se que durante o último ciclo de avaliação institucional, compreendido entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2019, a DP/DTO priorizou seus trabalhos de regularização fundiária, possibilitando que os irrigantes obtivessem o título público de seu lote; um documento indispensável para requisição de linhas de crédito bancário e outros benefícios sociais disponíveis aos pequenos produtores irrigantes.



Agricultura Irrigada

Nesse período, foram devidamente instruídos 150 processos, que resultaram na titulação de 114 lotes. Observa-se, no entanto, que houve pequena redução do número de lotes titulados quando comparado a anos anteriores. Isso ocorreu, principalmente, como consequência da deficiência hídrica que assola a maioria dos projetos irrigados do DNOCS nos últimos anos, acarretando em uma diminuição drástica da área plantada e, conseqüentemente, diminuindo também a renda do produtor irrigante, impossibilitando, assim, que ele possa assumir os custos necessários à titulação do seu lote agrícola, bem como o pagamento de suas prestações de financiamento das terras adquiridas junto ao Órgão.

Coordenadoria	Títulos Emitidos	
	Escritura Pública de Compra e Venda	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CEST-CE	76	23
CEST-PI	11	4

No tocante aos trabalhos de regularização ambiental, foram renovadas as licenças de instalação e operação dos Projetos de Irrigação de Jaguaribe-Apodi e Araras Norte, imprescindíveis para o pleno funcionamento desses projetos.

Também foram atualizados os Cadastros Ambientais Rurais dos Projetos de Irrigação Icó-Lima Campos e Tabuleiros de Russas, beneficiando diretamente 1.081 produtores irrigantes.

Cadastros Ambientais Rurais Atualizados	Irrigantes Beneficiados
Icó-Lima Campos	466
Tabuleiros de Russas	616
Total	1081

Por fim, destaca-se que nos últimos anos, mesmo diante do contingenciamento de recursos implementado pelo Governo Federal, ainda assim a Diretoria de Produção conseguiu disponibilizar um total de R\$ 2.363.000,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil reais), referentes à participação financeira do Governo nos custos de Administração, Operação, Conservação e Manutenção dos Projetos Públicos de Irrigação sob a jurisdição do DNOCS, conforme determina a Portaria Ministerial nº 1.529 de 02 de outubro de 2007, que foram repassados às Associações e/ou Distritos de Irrigação dos Projetos Araras Norte, Baixo Acaraú, Brumado, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas, únicos a conseguirem cumprir com todos os pré-requisitos estabelecidos pela referida Portaria para recebimento desses recursos. Esse auxílio permite a esses projetos de irrigação um suporte financeiro suplementar para o desenvolvimento de suas atividades fins, garantindo às comunidades de produtores irrigantes sustentabilidade e resultados econômicos e sociais positivos à toda a população de irrigantes inserida nesses projetos.

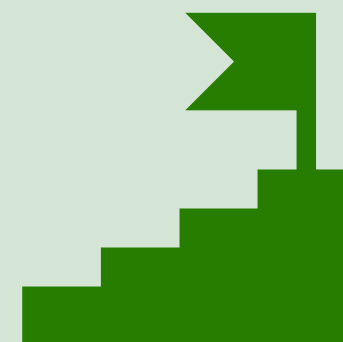
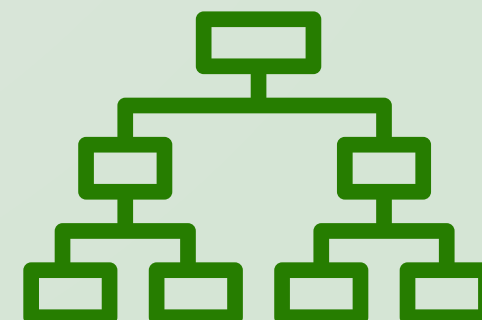
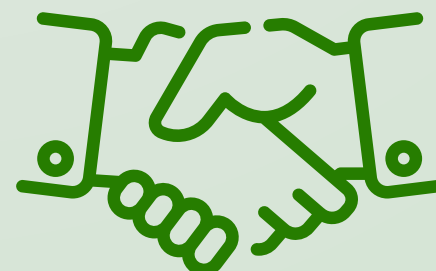
Planos Operativos Aprovados	Recursos Repassados
Araras Norte	R\$ 500.000,00
Baixo Acaraú	R\$ 1.000.000,00
Brumado	R\$ 100.000,00
Jaguaribe-Apodi	R\$ 482.000,00
Tabuleiros de Russas	R\$ 280.000,00





Capítulo
03

Eficiência da Gestão



Declaração do Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica



Declaração do Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica Nilo Alberto Lopes Barsi

À Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE é parte integrante da estrutura do Gabinete da Direção-Geral do DNOCS, com competências regimentais definidas pela Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2017 (Regimento Interno do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS).

Dentre as atribuições a ela devidas, destacam-se o planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas a organização e desenvolvimento institucional e de tecnologia da informação, inclusive planejamento estratégico e planejamento orçamentário desde a elaboração de proposta orçamentária (PLOA) ao acompanhamento de sua execução.

Para cumprir estas atribuições, conta com duas Divisões:

- À Divisão de Planejamento e Orçamento, a quem compete planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de programação e execução orçamentária, inclusive da elaboração da proposta dos Projetos de Lei Orçamentária Anual - PLOA e Projeto de Lei do Plano Plurianual - PLPPA no âmbito do DNOCS e seguindo as diretrizes dos órgãos centrais de Planejamento e Orçamento. Esta Divisão conta com dois serviços:

- Serviço de Planejamento Orçamentário a quem compete: colaborar nos trabalhos de elaboração preliminar e definitiva das propostas relacionadas ao Orçamento Anual-LOA e ao Plano Plurianual-PPA e suas revisões anuais, compatibilizando-a com os objetivos estratégicos, do Ministério Setorial e do DNOCS

- Serviço de Gestão Orçamentária que avalia e descentraliza os créditos constantes da Lei Orçamentária Anual, acompanhando sua execução e procedendo os ajustes do orçamento através de solicitações de alterações orçamentárias (remanejamentos e créditos adicionais).

- À Divisão de Planejamento e Orçamento, a quem compete planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de programação e execução orçamentária, inclusive da elaboração da proposta dos Projetos de Lei Orçamentária Anual - PLOA e Projeto de Lei do Plano Plurianual - PLPPA no âmbito do DNOCS e seguindo as diretrizes dos órgãos centrais de Planejamento e Orçamento. Esta Divisão conta com dois serviços:

- Serviço de Gestão e Desenvolvimento Institucional o qual compete coordenar, acompanhar e consolidar a elaboração das ações de planejamento estratégico da autarquia, monitorando-o a fim de propor ajustes conforme o advento de novos cenários político-institucionais, dentre outras atribuições e

- Serviço de Tecnologia da Informação a quem compete: planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à gestão e governança dos recursos de informação e de informática.

Alinhado ao Planejamento Estratégico do Departamento, a CPGE, no Objetivo Estratégico Implementar mecanismos de participação e de controle social, teve como meta a elaboração de um Plano de Dados Aberto e a apresentação da utilização dos recursos públicos de forma simplificada, visando construir canais de comunicação acessível entre a sociedade civil e o DNOCS, visando à transparência das ações realizadas pela autarquia. Já no objetivo Implementar um modelo de excelência de gestão a meta foi promover reuniões de monitoramento da execução do plano estratégico e a atualização do PDTI junto ao Comitê de TI, objetivando Implementar a gestão estratégica de forma sistêmica, bem como sua execução. Como meta de desempenho institucional a CPGE contribuiu com a execução de 20% (vinte por cento) das ações do PDTI.

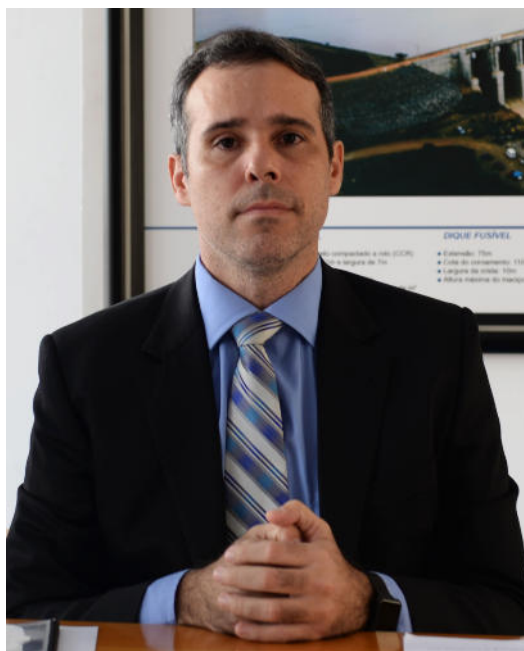
Com o objetivo de melhorar a sua gestão e governança e atender a exigências dos órgãos de controle, a CPGE tem:

Implantação do SEI (Comitê Técnico para implantação do Sistema Eletrônico de Informações - CTSE)

Comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações - CTS

Gestão de Riscos

Diretrizes para acompanhamento de ações orçamentárias



Diretor Administrativo Gustavo Henrique De Medeiros Paiva

A Diretoria Administrativa é unidade integrante do DNOCS, com competências regimentais definidas pela Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2017 (Regimento Interno do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS).

Dentre as atribuições a ela devidas, destacam-se planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Administração Financeira, de Contabilidade, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Gestão de Documentos de Arquivo e de Serviços Gerais; formular e articular pautas

para deliberação pela Diretoria Colegiada; coordenar o Núcleo de Arrecadação; coordenar a Biblioteca da autarquia, sediada na sede do Departamento.

Para cumprir suas atribuições de suporte ao funcionamento da autarquia, a Diretoria conta com quatro Divisões:

À Divisão de Gestão de Pessoas, a quem compete gerir a execução das atividades de administração e de desenvolvimento de gestão de pessoas, em consonância com as diretrizes e normas emanadas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal -SIPEC; articular com os Órgãos Central e Setorial do Sistema de Pessoal Civil-SIPEC, com vistas ao aprimoramento da atuação da Divisão de Gestão de Pessoas do DNOCS, mediante o intercâmbio de experiências e informações; prestar orientação técnica e normativa às Coordenadorias Estaduais; atender as demandas pertinentes dos órgãos de controle interno e externo; controlar o processo de avaliação de desempenho individual dos Serviço de Administração de Pessoal a quem compete: coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relacionadas aos registros de frequência, lotação, movimentação, concessão de servidores. Esta Divisão conta com dois serviços:

À Divisão de Recursos Logísticos a execução das atividades relacionadas à administração de material, patrimônio, transporte, emissão de passagens aéreas, comunicação e administração de edifício, bem como arquivo e documentação . Conta com dois serviços:

Serviço de Atividades Gerais a quem compete orientar e controlar a execução das atividades identificadas e definidas de Administração Geral, Transporte, Protocolo e Arquivo e Documentação.

À Divisão de Recursos Financeiros compete promover e coordenar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira e de contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Conta com dois serviços:

Serviço de Execução Orçamentária e Financeira.

Serviço de Contabilidade, sob o enfoque do controle contábil são realizadas as ações de acompanhamento do registro dos atos e fatos contábeis da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; controle e acompanhamento dos balanços e demonstrativos contábeis da autarquia, conformidade contábil, solução de equações contábeis geradas no SIAFI, cumprimento de obrigações tributárias acessórias da DITR e da DIRF, e fornece orientação sobre o plano de contas aplicado ao setor público; análise de prestações de contas de Transferências Voluntárias - Convênios, Termos de Compromisso e Instrumentos Congêneres para emissão de pareceres, sob a ótica da legalidade e formalidade dos processos e documentos. Promove a instauração de Tomada de Contas Especiais e analisa a prestação de conta de Suprimento de Fundos no âmbito da Administração Central, procedendo os devidos registros contábeis.

Visando a melhoria da gestão e organização administrativa da autarquia, bem como atender exigências dos órgãos de controle interno e externos, a Diretoria Administrativa materializou no Exercício de 2018:

Confecção de Manual de Execução Orçamentária e Financeira de uso interno, para fins de orientar e padronizar as rotinas financeiras das unidades administrativas do DNOCS. Realização de Programa de Qualidade de Vida com ênfase no desenvolvimento de habilidades que auxiliam os servidores no processo de transição para aposentadoria. No âmbito de contratações e licitações foi realizado múltiplos processos de apoio de projetos de desenvolvimento sustentável, apoio à produção aquícola sustentável quanto ao funcionamento de unidade de produção, construção, implantação e recuperação de infraestruturas hídricas; de regularização ambiental e fundiária, reabilitação e transferência de gestão de projetos públicos de irrigação.



Execução Orçamentária

No ano de 2018, a Lei Orçamentária Anual – LOA determinou ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS o valor de R\$ 1.376.998.553,00 de dotação. Entretanto, após cancelamentos e alterações orçamentárias ocorridos no período, esse valor resultou em um orçamento atualizado de R\$ 1.153.317.844, o que representa um decréscimo de 16%.

Este relatório contempla o orçamento da Administração Central, bem como das nove Coordenadorias Estaduais distribuídas entre Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Bahia, Alagoas e Minas Gerais.



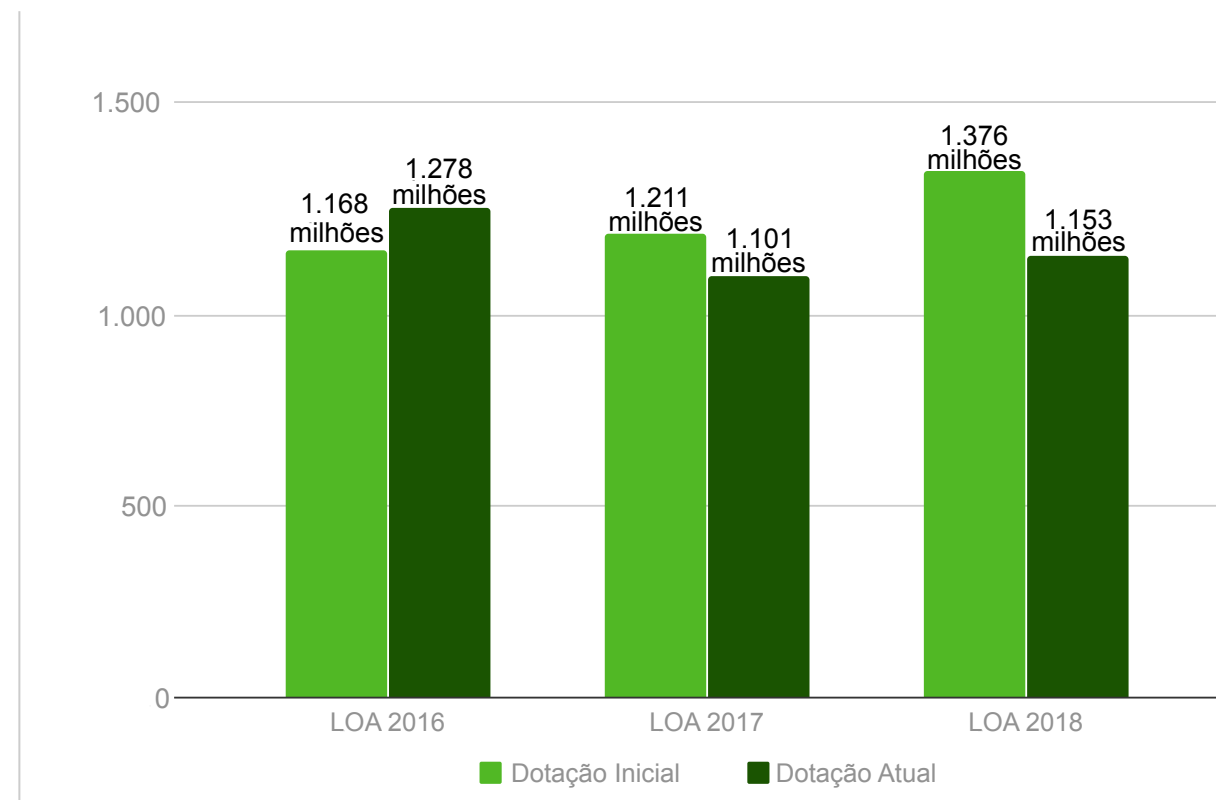
Fonte: Tesouro Gerencial

Da dotação total atualizada de 2018, foram empenhadas despesas no valor de R\$ 1.106.176.716,00 liquidadas R\$814.780.951,00 e pagas no montante de R\$ 758.884.012,00 o que corresponde a 65% do autorizado em LOA/2018.

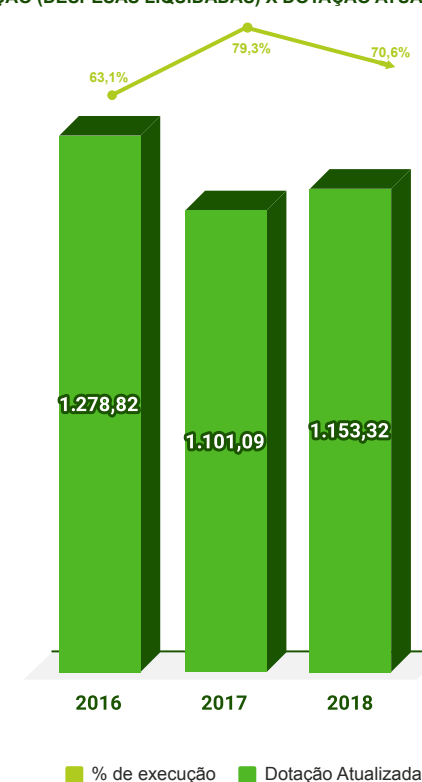


Fonte: Tesouro Gerencial

Evolução LOA



% EXECUÇÃO (DESPESAS LIQUIDADAS) X DOTAÇÃO ATUALIZADA



Cerca de 95,9% da dotação atualizada e disponível ao órgão foi empenhada, ou seja, teve o seu recurso reservado para atender compromissos assumidos com terceiros. Quando analisamos a liquidação, que é a confirmação da execução do serviço em si, o percentual reduz para 70,6%. Apesar de estar menor que o resultado de 2017, ainda está bem acima do resultado de 2016.

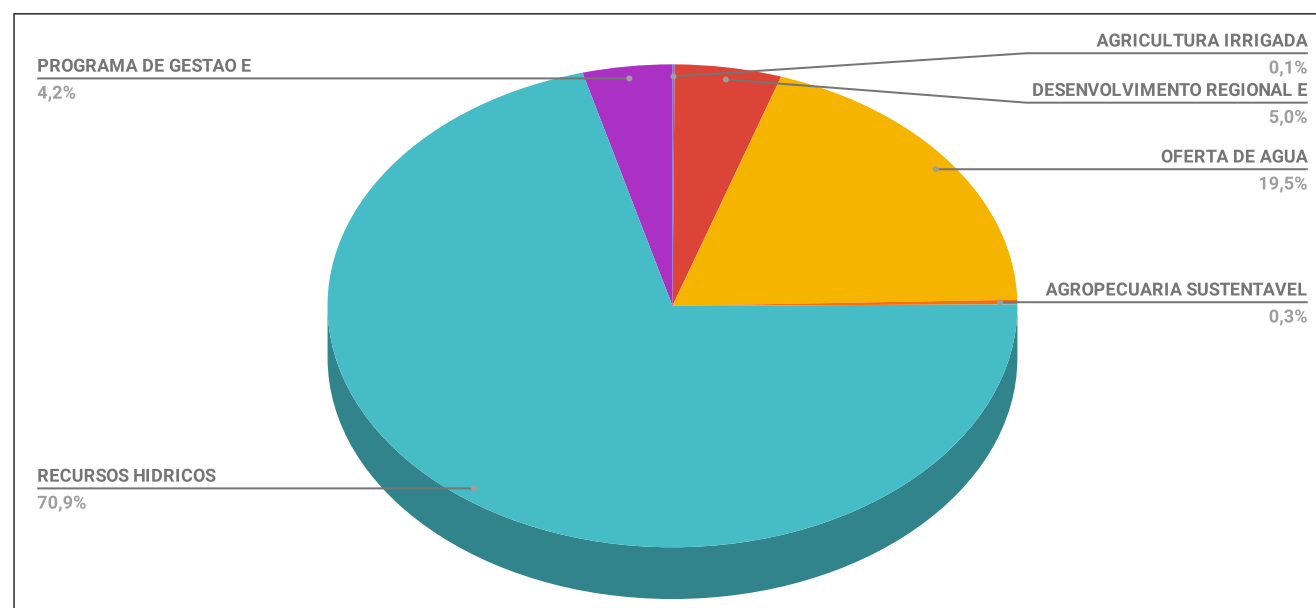
O valor total pago do orçamento de 2018 foi de R\$ 758,88 milhões, dos quais a maior parte foi utilizada para o pagamento de pessoal e encargos sociais (86,8%). Por se tratar de um órgão centenário, o DNOCS possui uma enorme base de aposentados e pensionistas na sua folha de pagamento, que correspondem a mais de 80% da mesma.



Gestão Orçamentária e Financeira

Ao considerarmos o pagamento de restos a pagar, que são obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores, o valor desembolsado pelo órgão sobe de R\$ 758,88 milhões para R\$ 867,20 milhões (acréscimo de R\$ 108,32 milhões). Dentre as ações atendidas com esses pagamentos, as principais são as construções, recuperações e manutenções de barragens e infraestruturas hídricas, correspondentes ao Programa 2084 (Recursos Hídricos), que representam 70,9% do valor acrescido.

Restos a pagar Pago em 2018 por Programa



O Departamento Nacional de Obras contra as Secas realiza suas atividades dentro do contexto do Plano Plurianual – PPA por meio de Programas e Ações que contribuem para o desenvolvimento regional pelas quais é responsável.

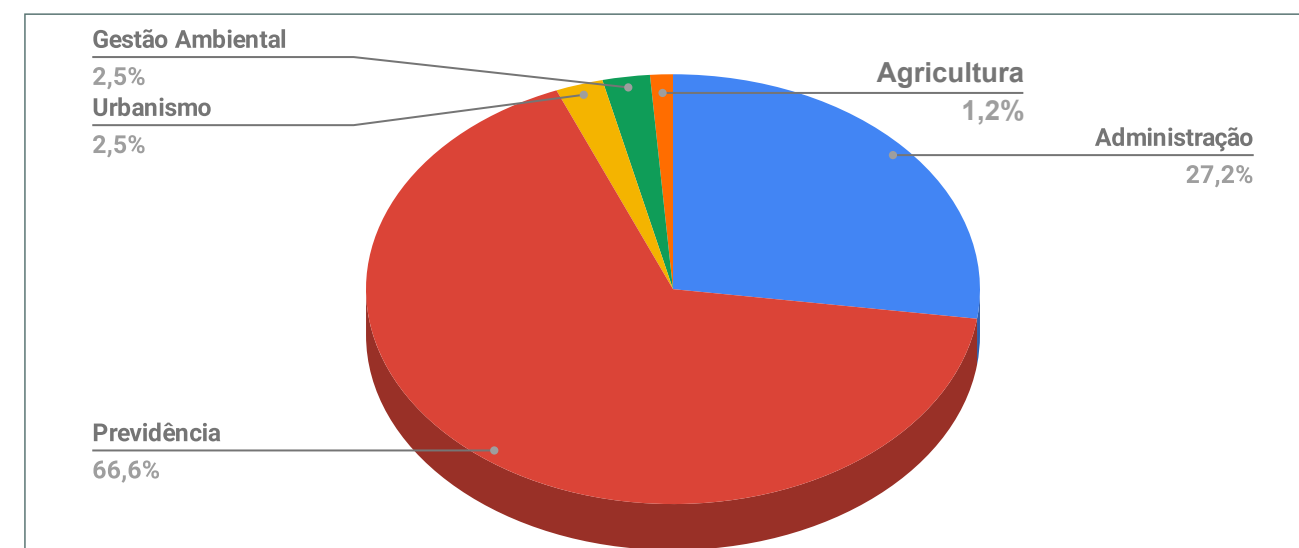
Atuando dentro de diversos Programas do PPA, embora a maior parte das despesas concentrem-se nos programas 0089 – Pensionistas e Inativos da União e 2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional, dentro da área finalística está o Programa 2084 – Recursos Hídricos que apresenta a maior representatividade em termos de execução orçamentária com 24,7% onde temos atividades de construção, recuperação e readequação de barragens, implantação de adutoras, perfuração de poços, dentre outros

Além disso, o Departamento tem sua atuação finalística prioritariamente em funções relacionadas à gestão ambiental, irrigação e agricultura, de forma a beneficiar a população de regiões com baixa disponibilidade hídrica.

Execução da Despesa por Função					
Função	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
04 - Administração	251.273.604	240.903.385	227.793.840	222.171.503	207.014.391
09 - Previdência Social	541.755.344	546.858.103	545.684.000	545.683.714	505.343.208
15 - Urbanismo	35.366.171	51.896.503	42.791.345	18.664.089	18.658.599
18 - Gestão Ambiental	515.748.037	285.897.453	279.523.014	19.693.381	19.395.598
20 - Agricultura	15.725.915	11.103.887	10.368.773	8.552.521	8.457.785
28 - Encargos Especiais	17.129.482	16.658.513	15.744	15.744	14.432
Total	1.376.998.553	1.153.317.844	1.106.176.716	814.780.951	758.884.012

Fonte: Tesouro Gerencial

Função Governamental Dotação Paga



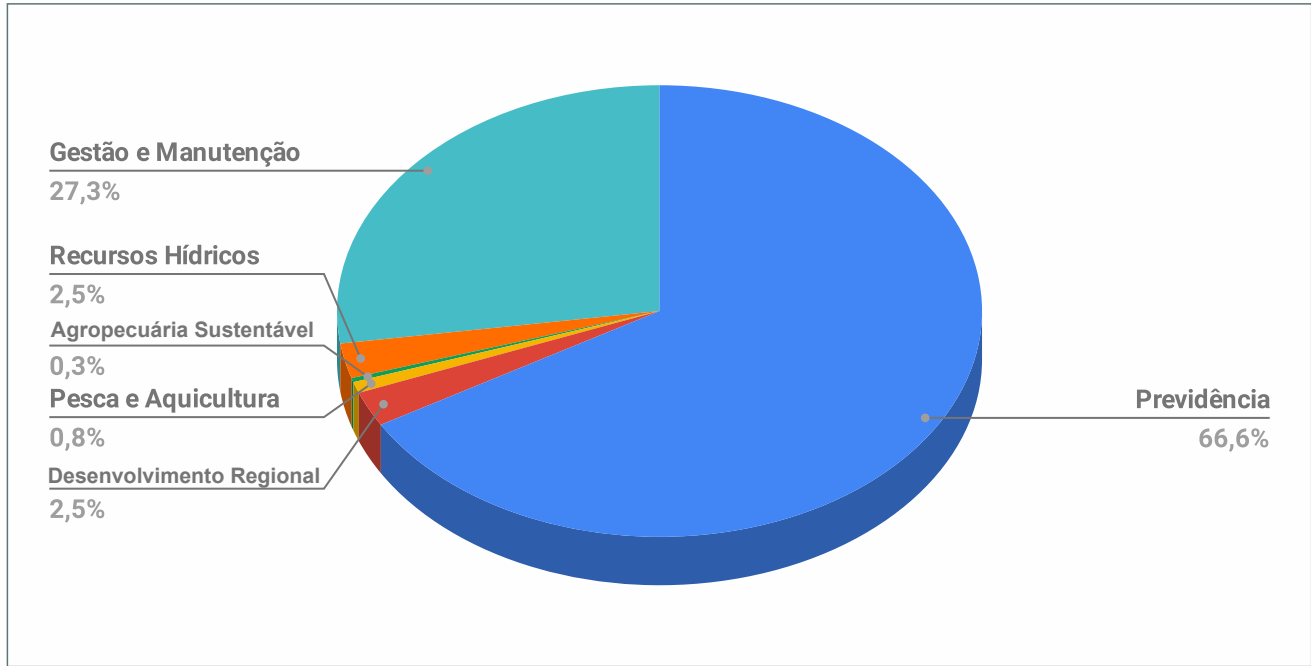


Execução da Despesa por Programa					
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	541.755.344	546.858.103	545.684.000	545.683.714	505.343.208
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	17.086.567	16.640.375	0	0	0
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	16.188	18.138	15.744	15.744	14.432
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	26.727	0	0	0	0
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	35.366.171	51.896.503	42.791.345	18.664.089	18.658.599
2052 - Pesca e Aquicultura	7.189.933	7.167.905	6.772.415	6.432.046	6.430.643
2077 - Agropecuária Sustentável	8.981.432	4.281.432	3.916.981	2.441.098	2.347.411
2084 - Recursos Hídricos	515.302.587	285.552.003	279.202.391	19.372.758	19.075.328
2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	251.273.604	240.903.385	227.793.840	222.171.503	207.014.391
TOTAL	1.376.998.553	1.153.317.844	1.106.176.716	814.780.951	758.884.012

Fonte: Tesouro Gerencial

Programa

Dotação Atualizada



Despesa por Grupo de Natureza

Pessoal e Encargos: aqui estão representados os gastos com ativos, inativos e pensionistas, os quais representam maior volume pelo acúmulo de aposentadorias e pensões nos mais de cem anos de existência do órgão.

Outras Despesas Correntes: aquelas relacionadas ao custeio administrativo, manutenção e funcionamento, bem como gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral).

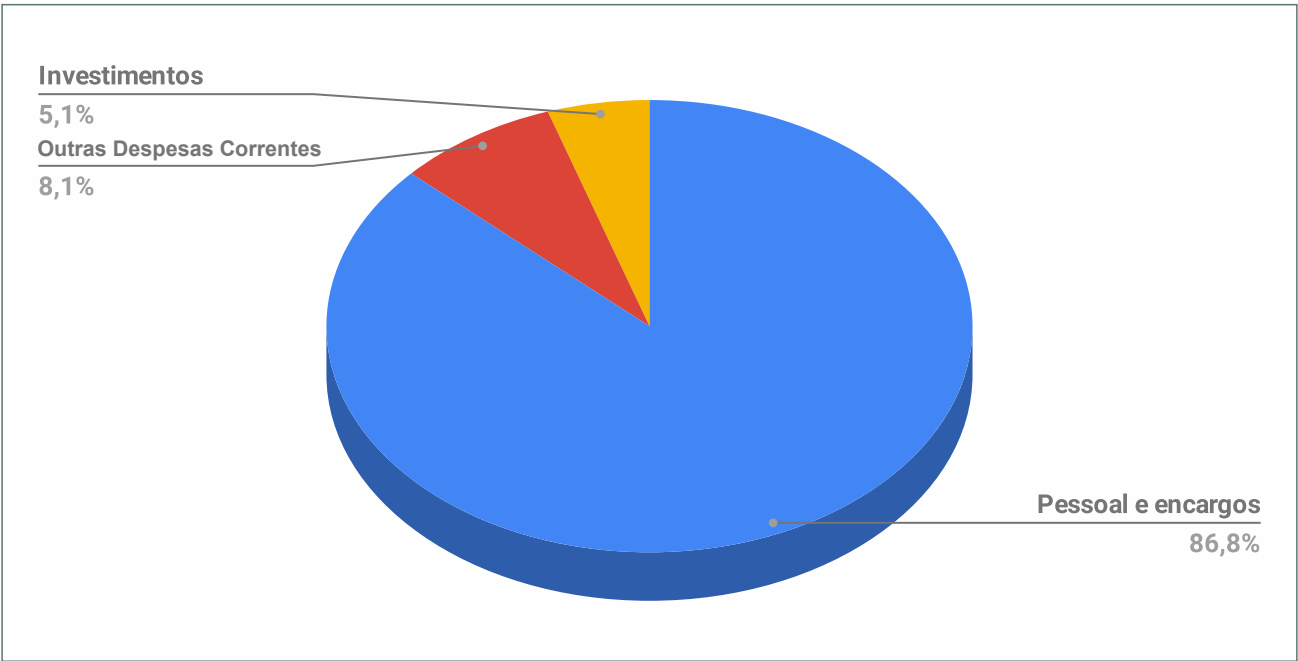
Investimentos: despesas em obras e serviços de engenharia, infraestrutura hídrica, desenvolvimento da área de tecnologia da informação, etc.

Execução por Grupo de Natureza de Despesa					
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
1 - Pessoal e Encargos Sociais	745.912.255	736.235.382	711.834.118	711.833.431	658.443.906
3 - Outras Despesas Correntes	72.865.990	76.363.511	70.367.841	63.939.514	61.735.419
4 - Investimentos	556.845.055	339.378.599	323.974.757	39.007.606	38.704.687
5 - Inversões financeiras	1.375.253	1.340.352	0	0	0
Total	1.376.998.553	1.153.317.844	1.106.176.716	814.780.951	758.884.012

Fonte: Tesouro Gerencial

Natureza de Despesa

Dotação Atualizada





Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de Despesa	Valor pago (R\$ milhões)
01- Aposentadorias	223,56
03 - Pensões	258,78
11 - Vencimentos e vantagens de ativos	108,42
Outros Elementos	67,66
Total	658,44

Fonte: Tesouro Gerencial

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

Elemento de Despesa	Valor pago (R\$ milhões)
37 - Locação de mão de obra	24,47
39 - Serviços Terceiros	9,40
92 - Despesas de Exercícios	7,07
Outros Elementos	20,77
Total	61,73

Fonte: Tesouro Gerencial

Grupo 4 - Investimentos

Elemento de Despesa	Valor pago (R\$ milhões)
30 - Material de consumo	5,86
51 - obras e instalações	15,64
52 - Equipamentos e material permanente	11,65
Outros Elementos	5,54
Total	38,70

Fonte: Tesouro Gerencial

CONVÊNIOS

RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

Com recursos provenientes de emendas parlamentares (orçamento impositivo – resultado primário 6 e 7), o DNOCS executou:

RP	CRÉDITO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR
6*	44.301.044	42.855.455	19.959.380	19.953.485	22.795.745
7**	80.319.741	80.319.741	0	0	80.319.741
TOTAIS	125.770.785	123.175.196	19.959.380	19.953.485	103.115.486

* RP 6 - Primária, decorrente de programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e de execução obrigatória nos termos do art. 166, § 9º e § 11, da Constituição Federal

** RP 7 - Primária, decorrente de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual e de execução obrigatória nos termos do art. 68

Em termos de execução orçamentária, estes recursos tratam do cumprimento de orçamento impositivo. Com eles, são executadas obras e serviços de engenharia por administração diretamente pelo Departamento ou utilizando a descentralização de recursos a Estados ou Municípios por meio de transferências realizadas via convênio e por termo de compromisso.

No exercício de 2018, foram firmados cinco convênios com Prefeituras:

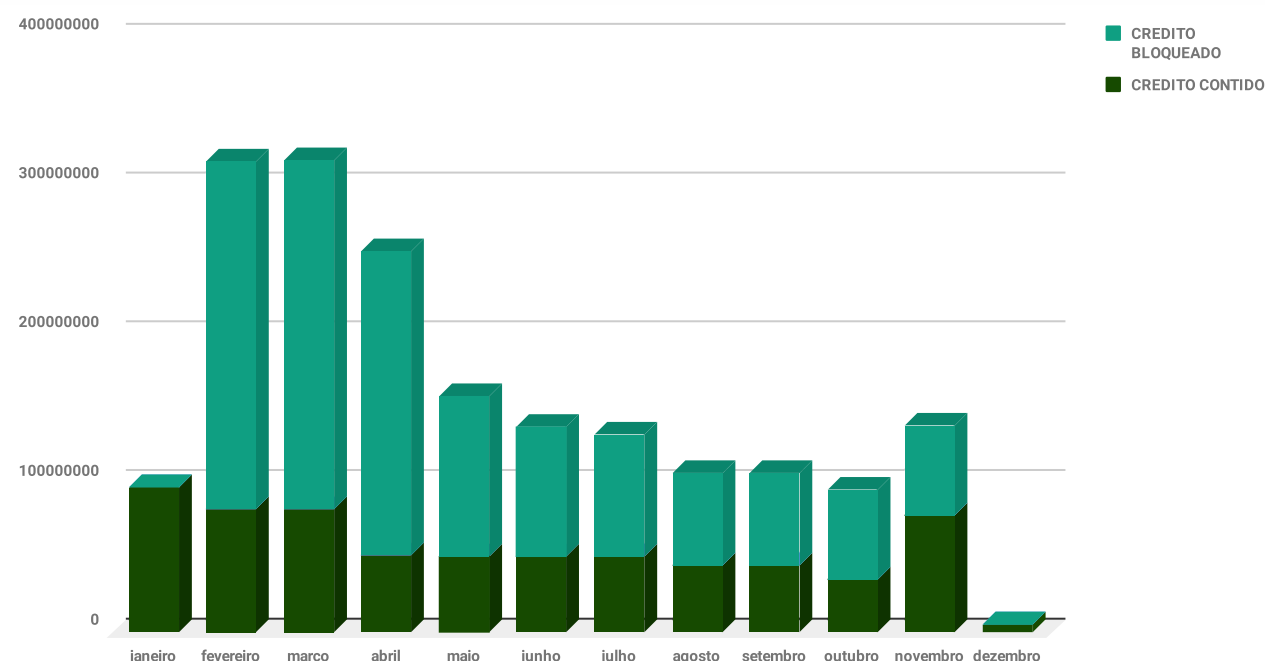
CONVENENTE	OBJETO	VALOR
São José de Caiana/PB	Perfuração e instalação de poços	250.000
Catarina/CE	Sistema de Abastecimento de Água	1.000.000
Catarina/CE	Construção de Açude	1.000.000
Várzea Alegre/CE	Construção de Açude	500.000
Várzea Alegre/CE	Construção de Açude	1.672.271
TOTAL		4.422.271

Estes instrumentos ocorrem diretamente no Siconv, sistema que permite melhor controle na aplicação de recursos públicos e possibilita o acompanhamento dos convênios de interesse do município, auxiliando na cobrança junto aos responsáveis pelo correto andamento do processo.

O termo de compromisso executado no exercício tem recursos oriundos de emenda da Bancada do Rio Grande do Norte e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Trata da continuação da Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte mediante repasse de recursos, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas com o Governo do Rio Grande do Norte.



Contingenciamento Exercício 2018



Desafios e Incertezas

O ano de 2018 foi marcado por restrições orçamentárias e financeiras decorrentes do cenário econômico do país. Ressalte-se que dentre os fatores limitantes (riscos), a insuficiência de recursos, os bloqueios e contingenciamentos ocorridos no exercício, notadamente em despesas de capital (investimentos), acarretaram retardamento ou impedimentos na execução de parte das despesas, inviabilizando assim atingimento de meta das ações sob responsabilidade do órgão. Além de levar ao atraso na conclusão de empreendimentos, redução de investimentos em infraestrutura hídrica, degradação e prejuízos em empreendimentos já iniciados.

Algumas dessas dificuldades justificam a baixa execução de ações e/ou programas. Dentre elas, a liberação mensal de créditos orçamentários, que obedece ao cronograma de desembolso divulgado pelo Diário Oficial da União – DOU pela Secretaria do Tesouro Nacional com Descentralização pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (Ministério da Integração Nacional em 2018).

Estas liberações não correspondem ao planejamento do Departamento, culminando na exigência de sucessivas reprogramações orçamentárias, ao longo do ano, dificultando as contratações e a continuidade de serviços essenciais. Acrescente-se o fato de grande parte dos limites orçamentários serem liberados ao final do exercício, produzindo entraves no cumprimento das metas e prazos, gerando obrigações em exercícios futuros, além de comprometer a execução de Programas.

AÇÕES ATRAVÉS DE TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Existem ações não previstas na Lei Orçamentária Anual do exercício que são executadas através de Termos de Execução Descentralizadas – TED, por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho. Embora esses recursos não conste na LOA, a Autarquia desempenha ações, inclusive emergenciais, através desses TED's.

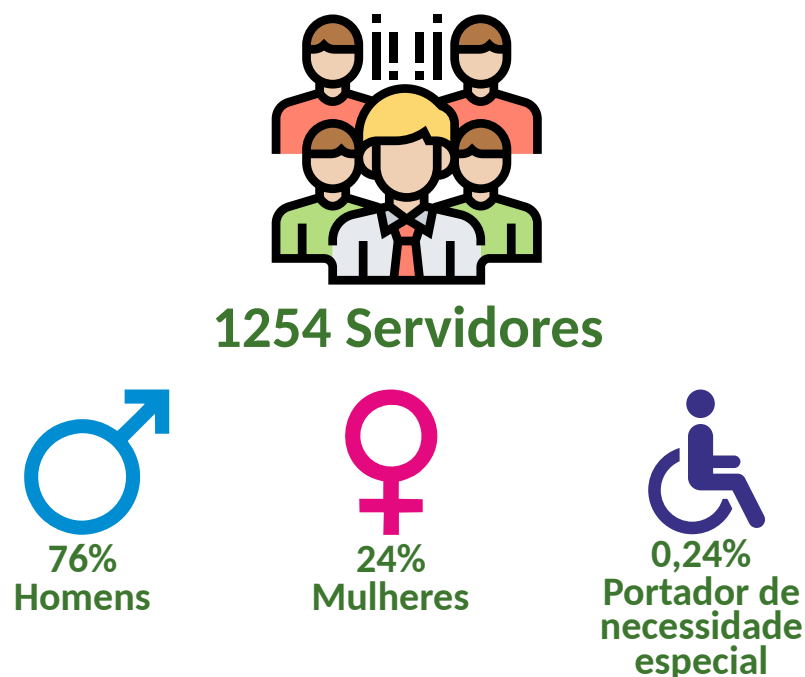
TED	Descentralizadora	Objeto	Valor
02/2018	SEDEC	Adutora Emergencial para restabelecer o fornecimento de água potável da cidade de BOA VIAGEM/CE	17.686.524,00
06/2018	SDR	Perfuração e instalação de sistemas de abastecimento a comunidades rurais e urbanas no Estado da Paraíba	4.977.000,00
08/2018	SDR	Aquisição de equipamentos para 500 poços de sistema de abastecimento de água no Piauí	7.760.863,00
12/2018	ANA	Recuperação e obras mecânicas do açude Bocaina - PI	1.052.324,00
18/2018	SDR	Instalação e perfuração de 105 poços profundos para abastecimento de água dos municípios do Estado da Paraíba	4.974.000,00
10/2017	ANA	Recuperação e obras mecânicas dos açudes Cocorobó, Mendubim e Sabugi	908.472,00
15/2017	ANA	Recuperação e obras mecânicas do açude Truvisco - BA	174.016,00
02/2016	SIH	Recuperação e modernização de reservatórios do DNOCS que integrarão o PISF (Engenheiro Ávidos, Poções, São Gonçalo, Mãe D'água, Curema e Camalú)	5.622.961,00
03/2016	SIH	Recuperação e modernização de reservatórios do DNOCS que integrarão o PISF (Castanhão, Barra do Juá, Epitácio Pessoa, Armando Ribeiro e Poço da Cruz)	2.989.908,00
10/2016	SEDEC	Construção dos Sistemas Adutores Emergenciais para abastecimento em Municípios no Estado do Ceará	5.409.707,00
Total			51.555.775,00



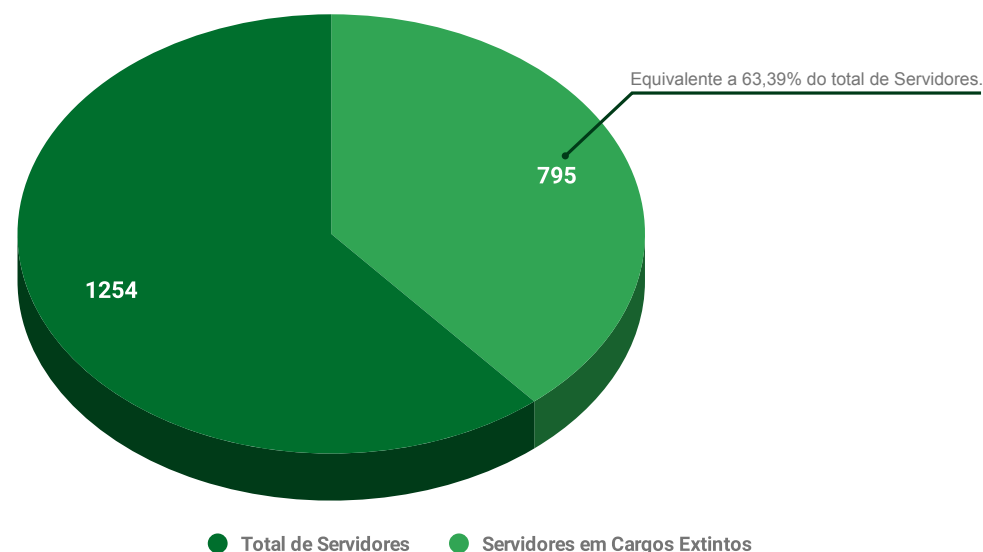
Conformidade Legal

A força de trabalho do DNOCS é constituída basicamente de servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, instituído pela Lei nº 11.357/06, regidos pela Lei nº 8112/90 e pelos disciplinamentos oriundos do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC.

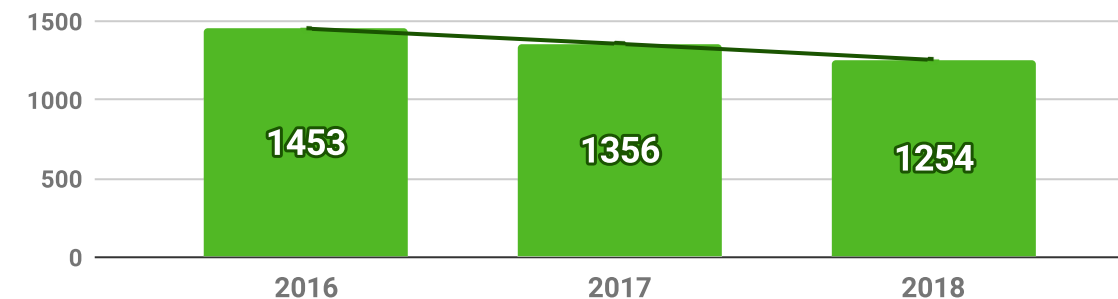
Avaliação da força de trabalho



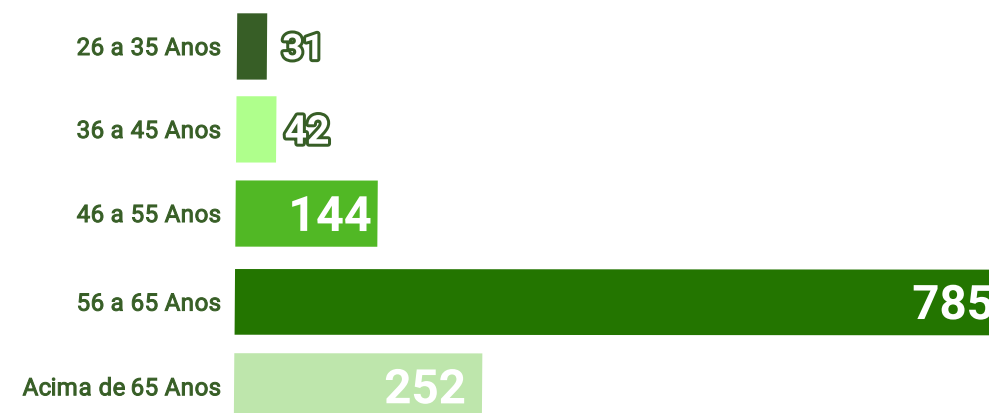
Distribuída entre Administração Central e nove Coordenadorias Estaduais, a força de trabalho diverge em grande parte das reais necessidades, em razão de ser composta, na sua maioria, de servidores ocupantes de cargos já considerados extintos (Lei nº 9632/99 e Decreto nº 9262/18). Vale salientar que 78% já preencheram os requisitos exigidos para a aposentadoria.



Evolução no quadro de pessoal nos últimos anos



Distribuição de servidores por faixa etária

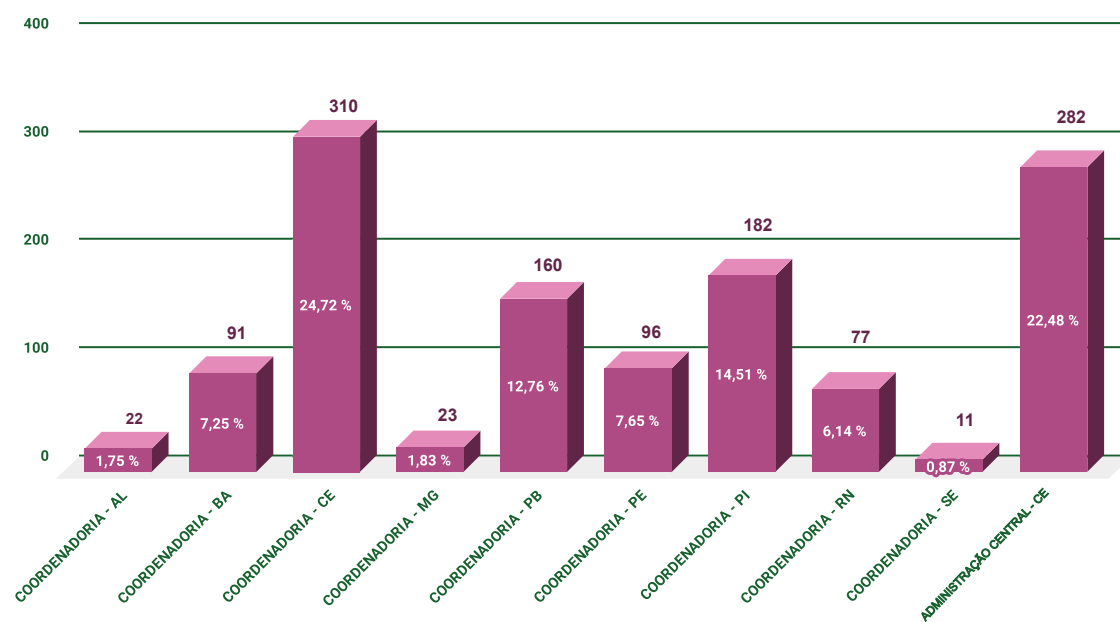


Composição da Força de Trabalho Distribuição por Situação Funcional

Ativos	Exercício Provisório	Exercício Descent.	Requi-sitados	Sem Vínculo	Anistiados	Movimen-tados Port 193
96,33%	0,16%	1,52%	0,32%	1,28%	0,24%	0,16%
1208	2	19	4	16	3	2



Distribuição da força de trabalho por unidade de exercício



Justifica-se a maior concentração de servidores no Ceará em razão da existência de duas Unidades distintas: Uma Coordenadoria Estadual, com a maior quantidade de Unidades de Campo, de Estações de Piscicultura, de Açudes Públicos, Centro de Pesquisas em Aquicultura e a Administração Central da Autarquia, onde se localiza a Direção-Geral, as três Diretorias e toda a área administrativa, diferenciando-se, portanto, dos demais Estados no que se refere a distribuição da força de trabalho.

Há uma grande dificuldade quanto ao perfil da força de trabalho necessária ao fiel cumprimento de suas atribuições regimentais, visto que sua composição atual é, em grande parte, de servidores remanescentes das antigas Tabelas Especial e Emergencial, contratados no início da década de 1980 para o atendimento de demandas específicas daquela época, como por exemplo, para a execução direta de obras de infraestrutura hídrica e de irrigação, e que já não espelham a real necessidade de mão de obra da Autarquia frente à evolução tecnológica e à incorporação de novas atribuições que foram cometidas ao DNOCS.

O quadro de pessoal ativo em dezembro de 2018 era de 1254 servidores, sendo que, desse total, 934, ou seja, 78%, já preencheram os requisitos exigidos para a aposentadoria e outros 209, até o final de 2019 também terão preenchidas as condições para a inativação, o que significa dizer que em 2019 o DNOCS poderá ter o seu quadro de pessoal reduzido em até 94% em relação aos dias de hoje.

De se considerar, ainda, como preocupante, o fato de que, dos atuais servidores, aproximadamente 50% ocupam cargos em extinção e que, portanto, não poderão mais ser preenchidos.

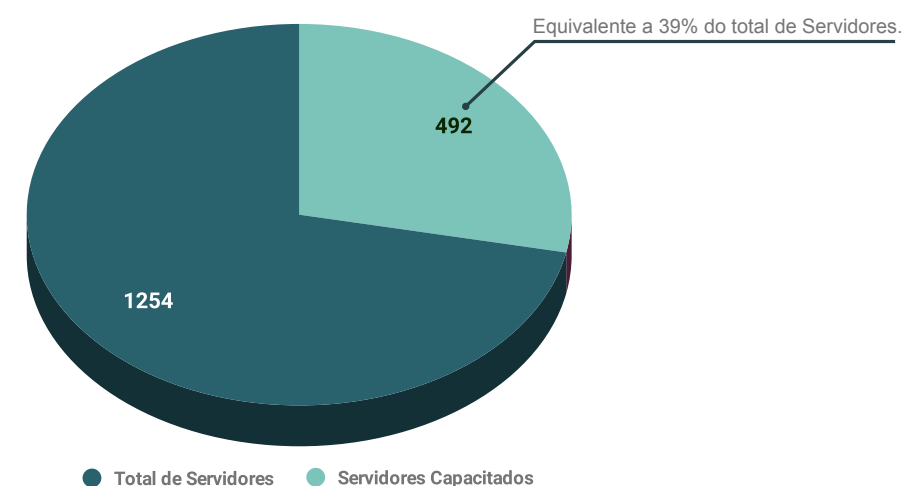
Outro fator que tem dificultado a obtenção de melhores resultados é o baixo nível de escolaridade dos servidores, ainda que ações de capacitação tenham sido implementadas visando a qualificação para as atividades desempenhadas. Hoje, 68% possui nível de escolaridade até o ensino médio e apenas 32% tem formação superior, nestes últimos incluídos os servidores ocupantes de cargos efetivos de nível médio, possuindo formação superior. Efetivamente ocupando cargos de nível superior, são apenas 132 servidores, o que representa 11% do total em atividade, sendo 61 em atividades-meio e apenas 71 nas atividades finalísticas da Instituição.

A questão mais aguda, por todo o exposto, não se coloca exclusivamente na expressão numérica, mas no perfil desse contingente, o que evidencia a acentuada carência de pessoal qualificado no quadro da Instituição, dificultando o cumprimento de sua missão institucional de executor das políticas governamentais que fomentem o desenvolvimento do semiárido brasileiro.

Os dados apresentados apontam para a necessidade premente de fortalecimento da capacidade institucional da Autarquia, com ênfase no redimensionamento da sua estrutura funcional, extremamente prejudicada com a edição dos Decretos n°s 8.684/2016 e 8.895/2016, como também na recomposição de sua força de trabalho, cuja redução tem se acentuado nos últimos anos com o elevado número de aposentadorias, pondo em risco o cumprimento da sua missão institucional, situação apontada pelo próprio Tribunal de Contas da União.

Capacitação

No exercício 2018 foram realizados 26 eventos de capacitação, contemplando 492 servidores, representando 39% do total da força de trabalho com investimento de R\$ 92.759,43.



Vale destacar a realização de Eventos na área de Governança e Gestão de Riscos, contemplando os três níveis: estratégico, tático e operacional, com participação inclusive da alta gestão. Além disso, foram realizadas ações estimulando a participação de servidores nos eventos de educação à distância.



Detalhamento da despesa de pessoal

A despesa com a folha de pagamento no exercício 2018 foi de R\$ 753.500.000,00, contemplando servidores ativos, aposentados e pensionistas.

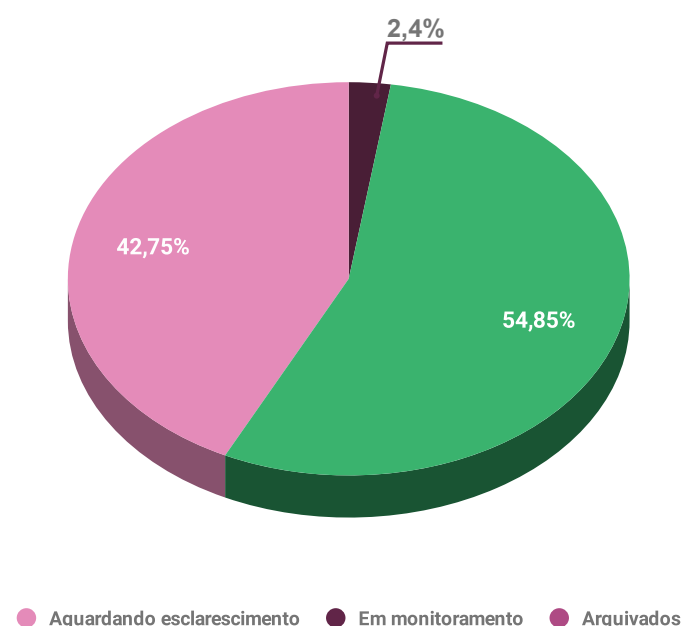


O último reajuste ocorreu em janeiro de 2017, sem a incidência de outros acréscimos significativos na folha da Autarquia.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Decorrente da Nota de Auditoria nº 2018/00799/01-CGU/Regional/CE, iniciou-se em 2018 o processo de revisão da VPNI prevista no art. 14 da Lei nº 12716/12, para adequação de valores à última decisão emitida sobre as Ações Judiciais de cinco processos específicos, cujos efeitos de redução na folha de pagamento se darão a partir do mês de março de 2019.

Por meio dos apontamentos registrados no módulo indícios do TCU, foram tratados 124 casos de supostas acumulações irregulares de cargos, conforme demonstrado abaixo:



Principais desafios e ações futuras

Os dados apresentados apontam para a necessidade premente de fortalecimento da capacidade institucional da Autarquia, com ênfase no redimensionamento da sua estrutura funcional, extremamente prejudicada com a edição dos Decretos nºs 8684/2016 e 8895/2016, como também na recomposição de sua força de trabalho, cuja redução tem se acentuado nos últimos anos com o elevado número de aposentadorias, pondo em risco o cumprimento da sua missão institucional, situação apontada pelo próprio Tribunal de Contas da União.

A Lei nº 10.204/2001, que introduziu um conjunto de alterações na Lei Orgânica da Autarquia, apesar dos avanços registrados, não cuidou de incorporar à sua missão, atribuições e competências de questões fundamentais tais como, os novos paradigmas estabelecidos mais recentemente para as políticas de corte regional, a visão da convivência com o semiárido como base para a formulação das políticas públicas para essa região, a necessidade da articulação intersetorial com vistas à integração das ações no espaço do território e a compreensão do papel do local e sua relação com o regional dentro de uma perspectiva de integração nacional. Sem contar que a perspectiva do aquecimento global e o acelerado processo de desertificação atingirão com mais violência às regiões semiáridas e, dentro delas as maiores vítimas serão os pobres, o que exigirá uma forte intervenção do Estado no enfrentamento destas questões. Nesse contexto, o DNOCS é a Instituição que mais se identifica com a problemática do Semiárido, pela sua capilaridade, seu acervo técnico e seus bens patrimoniais. Por esses motivos, faz-se imprescindível a sua reestruturação.

Nesse sentido é necessária uma revisão dos Projetos e Atividades executados pelo DNOCS de forma a enfatizar a sustentabilidade do seu patrimônio hídrico notadamente no que diz respeito a recuperação, manutenção e recuperação do seu potencial hídrico. Garantir recursos para fazer face a tais despesas é o grande desafio para fortalecer a instituição mais antiga do semiárido nordestino.

Assim, cada vez mais, se confirma a necessidade de uma ampla reestruturação do DNOCS, que organizado técnica, gerencial, jurídica, organizacional, tecnológica e orçamentariamente, é plenamente capaz de cumprir a missão de ser um dos agentes públicos que contribuirão na superação das desigualdades regionais e no pleno desenvolvimento das regiões regularmente castigadas pela estiagem, principalmente se considerada a sua experiência acumulada em sua atuação até hoje no semiárido, o seu acervo técnico e de pesquisa, o conhecimento da problemática deste território, a sua capilaridade e a capacidade operacional que ainda detém e precisa ser ampliada, considerando as perspectivas de sua atuação em âmbito nacional.

A reestruturação do DNOCS deve ser acompanhada pelo respectivo Plano de Carreira, Concurso Público e um Programa de Formação e Capacitação Continuada, tendo em vista que grande parte de seus servidores se encontram com condições de aposentadoria e que, de modo geral, sem o Concurso Público, parte da memória técnica e administrativa da Instituição se perderá.



RELATÓRIO DE GESTÃO DE LICITAÇÕES Ano 2019 Exercício 2018

Modalidade	Quantidade
Concorrência	03
Convite	03
Dispensa de Licitação	87
Inexigibilidade de Licitação	30
Pregão	39
Pregão - Registro de Preço	11
Tomada de Preços	09
Total	183

Fonte: portaltransparencia/licitacoes/consulta

Contratações mais relevantes:

As contratações mais relevantes do DNOCS estão concentradas na área de Infraestrutura Hídrica, abaixo listadas:

Regime Diferenciado de Contratações
Contratação de empresa para execução das obras e serviços de recuperação e adequação da barragem jucazinho, no estado de Pernambuco
Contratação de empresa para execução dos serviços e obras de recuperação em diversas barragens no estado do Ceará
Execução das obras de recuperação e modernização de barragens do pisf açude público engenheiro francisco saboya (poço da cruz), no estado de Pernambuco
Concorrência Pública
Contratação de empresa especializada na execução das obras e serviços de implantação da barragem barbosa, no município de Lavras da Mangabeira no estado do Ceará
Tomada de Preços
Contratação de empresa de consultoria especializada para a elaboração do projeto Executivo do reassentamento da população das áreas afetadas pela construção da barragem Fronteiras, no município de Crateús, no estado do Ceará

Pregões e Cotações Eletrônicas - Justificativas:

Destacam-se também as contratações relativas ao funcionamento administrativo do DNOCS, especialmente serviços de vigilância, limpeza, apoio administrativo e manutenção predial, bem como aquisições rotineiras de materiais essenciais ao adequado funcionamento das atividades administrativas.

Contratações Diretas – Justificativas:

Entre as contratações diretas, destacam-se as aquisições de pequeno valor, especialmente para atender as necessidades relativas à atividade-meio do DNOCS, bem como as dispensas de licitação emergenciais, respaldadas nas hipóteses legalmente previstas na Lei de Licitações. No que se refere às Inexigibilidades de Licitação, a quase totalidade das demandas dizem respeito à participação de servidores em eventos de capacitação, seja em curso ou em congressos. A inexigibilidade que demandou mais recursos orçamentários trata de contratação de contratação de 05 (cinco) Consultores para serviço Técnico Especializado em tecnologia do Concreto, Geotecnia, Hidráulica, Hidrologia e em Geologia/Engenharia Geológica, para composição do Painel de Inspeção e Segurança de Barragens do DNOCS.

Conformidade legal:

O DNOCS conta com assessoria jurídica das seccionais da Advocacia Geral da União, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP). Desta forma, todos os ordenadores de despesa se encontram juridicamente amparados pela consulta prévia aos pareceristas, a fim de conformar os atos administrativos aos ditames legais.

Objetivos Estratégicos:

As contratações mais relevantes do DNOCS estão alinhadas com os grandes resultados formalizados no Mapa Estratégico do DNOCS, link:

<https://www2.dnocs.gov.br/phocadownload/userupload/pei/planejamento-final-red.pdf>

- Apoiar Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado nas Coordenações Estaduais
- Apoiar a produção aquícola sustentável quanto ao funcionamento de unidade de produção
- Construir e Implantar obras de infraestruturas hídricas
- Manter e Recuperar Infraestruturas Hídricas
- Efetivar a Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação
- Administrar e Reabilitar Projetos Públicos de Irrigação
- Transferir a gestão de Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações

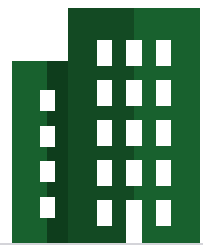
Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos:

As particularidades e necessidades específicas de cada setor do DNOCS é o principal desafio da gestão de licitações e contratos.

Entende-se que a integração de compras entre os setores resultaria em consideráveis ganhos de eficiência.

A restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros.

A falta de pessoal qualificado para atuar na área, o elevado número de servidores aptos a aposentar, instabilidades nos sistemas governamentais e recorrentes mudanças da legislação também foram detectadas como dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos.



Gestão Patrimonial, Infraestrutura e Sustentabilidade

Conformidade Legal

Todas as unidades de gestão estão alinhadas com os termos dos artigos 37 e 70 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/200, Lei 8.429/92, Lei 13.240/2015, Portaria nº 541 do Ministério da Integração Nacional, bem como as instruções internas do DNOCS (Resolução DC/DNOCS nº 02/2010 e o Manual de Procedimentos de Material e Patrimônio) e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Resultados

Entre os RESULTADOS decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar: A Melhoria das condições de trabalho para os servidores em razão dos equipamentos adquiridos. Maior número de imóveis com valores atualizados no Sistema de Patrimônio da União.

Investimentos em Infraestrutura e Equipamentos

Objetivando dar melhores condições laborais para servidores, colaboradores terceirizados e estagiários, em 2018 foram adquiridas 299 cadeiras de escritório totalizando um investimento de R\$ 175.341,54. Esta ação se encontra em sua 3ª (terceira) fase e visa a substituição dos bens mais antigos que possuíam em torno de 10 anos de utilização. Informamos que os bens acima fazem parte de planejamentos setoriais realizados, nos anos de 2015 a 2018, para substituição de todas as cadeiras da Unidade Gerencial 193.002 – Administração Central. Ressaltamos que os bens adquiridos obedeceram os critérios e ditames legais de Sustentabilidade Ambiental conforme discriminados no Termo de Referência e Edital no Processo Administrativo SEI nº 59400.001282/2018-66. Por fim, os bens substituídos e em condições de utilização serão destinados às unidades administrativas que necessitarem, os inservíveis serão encaminhadas para alienação.

Foram adquiridos no ano de 2018 R\$ 77.475,72 de materiais de consumo (principalmente de material de elétrico e hidráulico) e de R\$ 197.176,16 em material permanente.

Desfazimentos de Ativos

No decorrer do exercício de 2018 foram adotadas políticas de desfazimentos na qual os bens inservíveis estão sendo agrupados pelas Unidades Gerenciais visando futuras alienações regionalizadas através de leilões.

RIPS Avaliados

RIPS Cadastrados (em 01/01/2018): 312

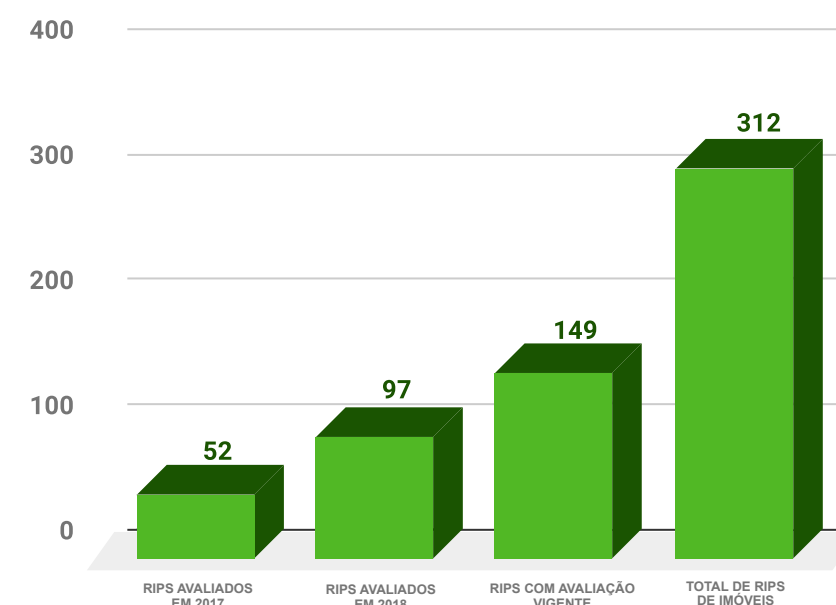
2017	2018	Total
52	97	149
16,67%	31,09%	47,76%

RIPS com Avaliações Vigentes:

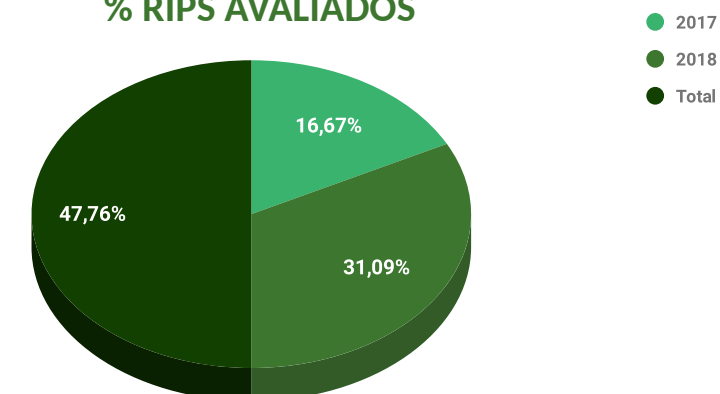
RIPS Cadastrados (em 01/01/2018): 312

2018	% do Total
149	47,76

Controle de Avaliação de RIPS - Registro Imobiliário Patrimonial DNOCS seção de patrimonio

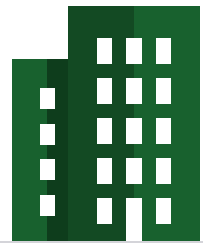


% RIPS AVALIADOS

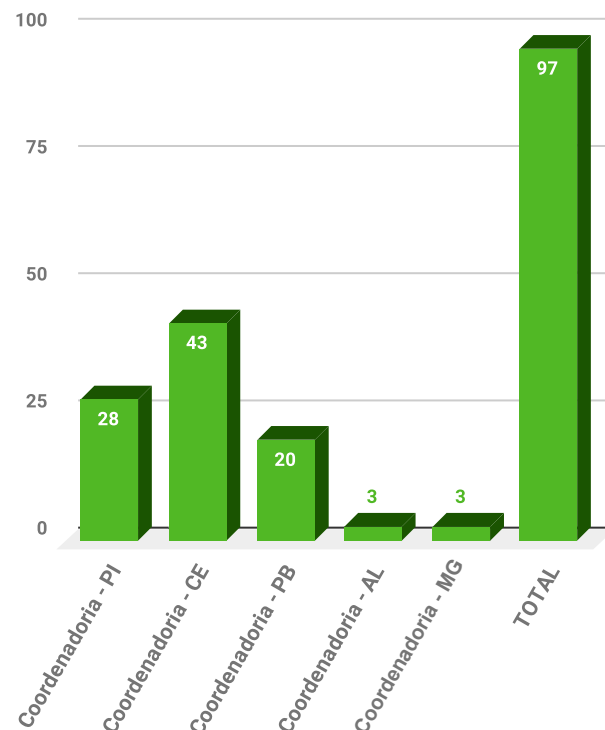


RIPS Avaliados por Unidade Gerencial em 2018

Unidade Gerencial	Coordenadoria	Qde. RIPS Avaliados em 2018
193001	CEST/PI	28
193003	CEST/CE	43
193005	CEST/PB	20
193007	CEST/AL	3
193010	CEST/MG	3
Total de RIPS Avaliados		97



Gestão Patrimonial, Infraestrutura e Sustentabilidade



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – EXERCÍCIO 2018

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições:

Nas aquisições de materiais pelo Serviço de Material e Patrimônio são observados os seguintes critérios de Sustentabilidade:

- Solicitação de papel A4 com certificação CERFLOR
- Exigência de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) para garantir eficiência energética

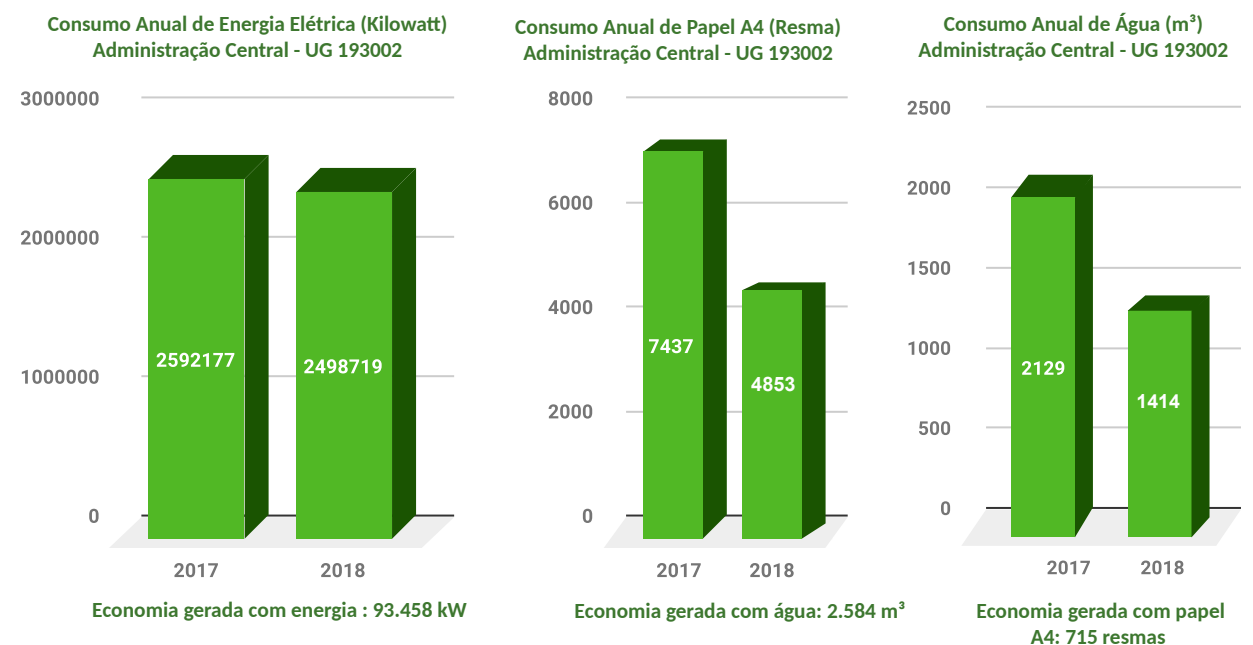
- Descrições com a exigência de produtos compostos por materiais recicláveis

- Envelopes confeccionado em papel reciclado

Ações para redução do consumo de recursos naturais

- Implantação do Sistema SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- Desligamento dos aparelhos de ar condicionados a partir das 16:30h
- Maioria do Papel A4 utilizado na Administração Central ser do tipo reciclado
- Acompanhamento do Serviço de Atividades Gerais para verificar necessidade de manutenção hidráulica visando evitar desperdício

Acompanhamento de consumo – Comparativo 2017 e 2018



Redução e reaproveitamento de resíduos

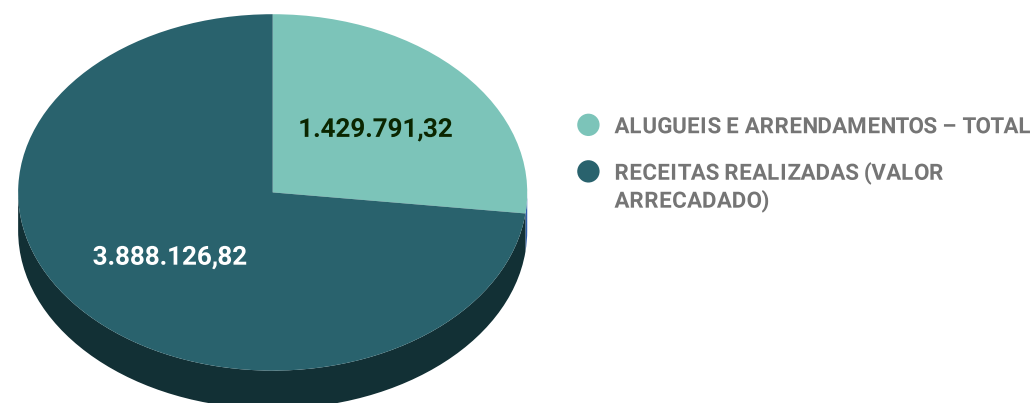
- Embalagens de materiais de consumo e permanente recebidos destinados para reciclagem
- Lixeiras seletivas nos andares da Administração Central do DNOCS

ACOMPANHAMENTO DE RECEITAS DE ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS

Ano	Alugueis e Arrendamentos – Principal	Alugueis e Arrendamentos – Multa e Juros	Alugueis e Arrendamentos – Total
2018	1.426.545,45	3.245,87	1.429.791,32

ANO	Alugueise Arrendamentos – Total	Receitas Realizadas (valor Arrecadado)	%
2018	1.429.791,32	3.888.126,82	36,77%

ACOMPANHAMENTO DE RECEITAS DE ALUGUÉIS E ARREDAMENTOS



Informamos que foram arrecadadas em receitas de aluguéis e arrendamentos no exercício de 2018 o valor de R\$ 1.429.791,32 que representa o percentual de 36,77% do total arrecadado de R\$ 3.888.126,82. Os gerenciamentos dessas arrecadações de aluguéis e arrendamentos e seus controles são realizados pelas Coordenadorias Estaduais e Diretoria de Produção (em imóveis localizados no Centro de Pesquisa em Aquicultura em Pentecostes/CE).



Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com o vasto e complexo arcabouço legal de Tecnologia da Informação (Instrução Normativa 04/2014 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Normas Complementares do Gabinete de Segurança Institucional, Guias, Manuais, Orientações Gerais do SISP) e demais normas aplicáveis à Gestão de Tecnologia da Informação, o DNOCS observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A Portaria nº46 DG, de 30 de janeiro de 2018, instituiu a denominada “Política de Governança de Tecnologia da Informação do DNOCS”. A referida Política tem como objetivos específicos:

- I – contribuir para a sustentabilidade, o cumprimento da missão e a melhoria dos resultados institucionais, em benefício da sociedade brasileira;*
- II – integrar as práticas de governança, gestão e de uso da TI às estratégias e planos do DNOCS;*
- III – prover instrumentos de transparência e controle da governança e da gestão de TI;*
- IV – estabelecer diretrizes para a gestão de TI, bem como para as atividades relacionadas ao provimento de serviços e soluções de TI ;*
- V – definir os papéis e as responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TI no âmbito do DNOCS;*

As estruturas organizacionais que integram o Sistema de Governança de TI do DNOCS:

- I – Comitê de Governança, Riscos e Controles;
- II – Comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações – CTS;
- III – Serviço de Tecnologia da Informação – STI; e
- IV – Serviço de Gestão e Desenvolvimento Institucional – GDI.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles, dentro do contexto do modelo de Governança de TI do DNOCS, tem caráter estratégico e está voltado para a analisar as propostas de políticas, diretrizes, objetivos de TI, aprovar planos, alocação de recursos e demandas para provimento centralizado, bem como acompanhar, periodicamente, a execução dos planos estratégicos e táticos de TI.

Para obedecer aos princípios e cumprir as diretrizes gerais da política, bem como contribuir para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, são formulados os seguintes planos, que norteiam os programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TI:

- I – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), de caráter plurianual, harmonizado com o Plano Estratégico Institucional do DNOCS e compatível com o Plano Plurianual e a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal;*
- II – Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), de caráter plurianual, harmonizado com o Plano Estratégico de TI;*
- III – Catálogo de Programas e Projetos de TI; e*
- IV – Catálogo de Serviços de TI.*

Montante de recursos aplicados em TI

Para o exercício de 2018, foram previstos R\$ 2.783.742,00 (dotação inicial) para desempenho da ação 1M49 – Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, utilizados, na maior parte, para os contratos continuados de suporte à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações, conforme demonstrado na tabela de contratações mais relevantes de recursos de TI. Embora todo o valor empenhado de R\$ 2.764.316,00 não tenha sido desembolsado em 2018, gerando RAP de R\$ 769.859,00, espera-se a utilização de tais recursos no pagamento dos serviços dos contratos continuados no início de 2019.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedor	CNPJ	Custo
11/2017	Prestação de serviço de transmissão de dados, voz e imagem, através de uma rede de comunicação de dados corporativa, por meio de tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), através do Protocolo TCP/IP e com características de disponibilidade e qualidade de serviços,(QoS), interligando as redes locais (LAN) das unidades do DNOCS através de 09 (nov) circuitos de dados IP/MPLS. Também 12(doze) circuitos dedados para acessar a rede mundial de computadores	10/10/2019	TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA - TELEBRAS.	00.336.701/0001-04	R\$1.198.581,12
15/2017	Execução de serviços técnicos especializados para dar sustentação e realizar o suporte da infraestrutura de Redes do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), de forma continuada e presencial	15/12/2019	Amazon Informática Ltda	00.734.255/0001-88	R\$ 1.261.197,64
11/2018	Contratação de suporte, atualização e expansão da solução de segurança de redes e internet – Firewall, contemplando entrega, instalação, configuração, otimização de desempenho, consultoria técnica, repasse de conhecimento, suporte técnico e garantia,	18/04/2019	NTSEC SOLUCUÇÕES EM TELEINFORMÁTICA LTDA, inscrita no	09.137.728/0001-34	R\$ 737.000,00

Principais iniciativas – sistemas e projetos – e resultados na área de TI por cadeia de valor

Destacam-se no exercício de 2018 a implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e o desenvolvimento do sistema de apoio à decisão denominado Painel.

O SEI é um sistema disponibilizado no formato de Software do Governo via Acordo de Cooperação Técnica com o extinto Ministério do Planejamento, como parte da iniciativa do Processo Eletrônico Nacional – PEN, com a finalidade de gerir processos e documentos eletronicamente, promovendo, assim, maior agilidade e economia. A obrigação na adoção do meio eletrônico para a realização do processo administrativo foi realizada via Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. A Divisão de Gestão Estratégica – DGE, em conjunto com o Serviço de Tecnologia da Informação – STI, empenharam-se nas atividades de implantação, em apoio à gestão da implantação pelo Gabinete – GAB e à estrutura de implantação, esta criada para digitalização prévia, capacitação e multiplicação do conhecimento. Após o planejamento e a criação da estrutura de implantação, a inserção em si foi realizada em duas fases: a primeira de 02 de janeiro a 01 de abril de 2018, como transição para a implantação definitiva, onde a tramitação de processos via meio físico ainda era permitida; e a segunda, de 02 de abril de 2018 até a entrega da gestão do SEI à Diretoria Administrativa.



Gestão da Tecnologia da Informação

Já o Painel é um projeto de extensão de funcionalidades do sistema Sala de Situação, este adquirido via Contrato nº 12/2013 e que necessitava de melhorias visando a centralização das informações do DNOCS aos gestores e aos diversos setores da autarquia. O Painel conta com duas áreas: a superior, com exibição de grandes números com informações exibidas em mapa; e a inferior, para o cruzamento de informações entre os diversos sistemas para criação de tabelas e gráficos personalizados. Planeja-se realizar a oficialização do Painel em 2019.

Segurança da Informação

No que tange à área de Segurança da Informação, é relevante relacionar as seguintes estruturas e normas: Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC e a Norma Complementar 01 referente.

O Comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações – CTS é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, com responsabilidades de cunho executivo, ao qual compete, para efeito do disposto nesta Política:

- I – coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;
- II – coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;
- III – consolidar custos, agregar e propor a alocação dos recursos orçamentários destinados à TI, bem como alterações que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;
- IV – analisar, manifestar-se a respeito e encaminhar ao Comitê de Governança, Riscos e Controles para aprovação e priorização as demandas que tratem do provimento centralizado e descentralizado de novas soluções de TI de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI;
- V – submeter periodicamente ao Comitê de Governança, Riscos e Controles, com as propostas de melhorias e ajustes julgados necessários, informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso de TI no DNOCS, em especial sobre:
 - a) a execução dos planos e das ações corporativas relativos a TI;
 - b) a evolução dos indicadores de desempenho de TI;
 - c) o tratamento de riscos relacionados a TI;
 - d) a capacidade e a disponibilidade de recursos de TI; e
 - e) resultados de auditorias de TI a que se submeterem as unidades do DNOCS;
- VI – promover a adequada publicidade e transparência das informações a que se refere o inciso anterior;
- VII – fazer a gestão e o monitoramento do Catálogo de Programas e Projetos de TI.

Principais desafios e ações futuras

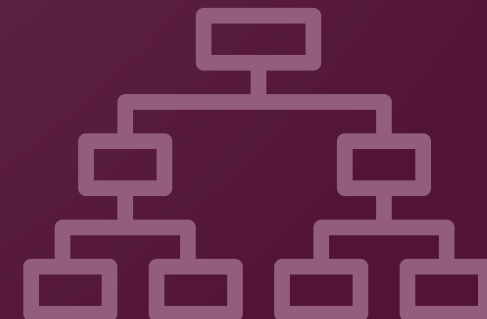
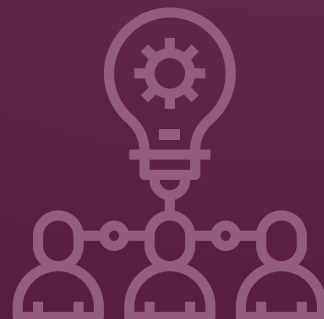
- Implantação de um sistema de gerenciamento corporativo capaz de integrar os diversos processos de negócio da Autarquia num ambiente congregado e com base de dados unificada;
- Modernização da infraestrutura do Datacenter do DNOCS com aquisição de sala-segura capaz de fornecer segurança e disponibilidade para a melhor continuidade e garantia do negócio da Autarquia;
- Contratação de serviços de hospedagem, armazenamento e segurança em nuvem, de modo a estruturar mais camada de segurança capaz de disponibilizar os serviços de TI com a máxima garantia.





Capítulo
04

Demonstrações Contábeis





Declaração do Contador Vicente Saboia

O Serviço de Contabilidade – DA/DRF/CO, de acordo com a PORTARIA Nº 43/2017/DG/GAB, 31 de janeiro de 2017, compõe a estrutura da Divisão de Recursos Financeiros – DA/DRF, da Diretoria Administrativa do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, que conforme o inciso II, do art. 39, exerce a competência de controle contábil do DNOCS

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas das Unidades Gestoras - UG do DNOCS, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

•Administração Central do DNOCS - UG 193002 (compreendendo sua UG financeira 113802)

- Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST/CE – UG 193003
- Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte – CEST/RN – UG 193004
- Coordenadoria Estadual no Piauí – CEST/PI – UG 193001
- Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST/PE – UG 113801
- Coordenadoria Estadual na Bahia – CEST/BA – UG 193009
- Coordenadoria Estadual em Sergipe – CEST/SE – UG 193008
- Coordenadoria Estadual em Alagoas – CEST/AL – UG 193007
- Coordenadoria Estadual na Paraíba – CEST/PB – UG 193005
- Coordenadoria Estadual em Minas Gerais – CEST/MG – UG 193010

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pelo DA/DRF/CO, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do DNOCS são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do DNOCS
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do DNOCS no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Ressalvas

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho do DNOCS, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

•As participações permanentes do DNOCS nas empresas e fundos, que foram migradas automaticamente para contas de avaliação pelo método de equivalência patrimonial - MEP por ocasião da mudança do Plano de Contas em 2015 do Governo Federal em 2015, após análise realizada em 2018 pela qual se constatou que nenhum dos investimentos devem ser avaliados pelo MEP, mas pelo método de custo, permaneceram até o encerramento no Exercício sob essa classificação, sendo transferida para as contas correspondentes no ano de 2019.

•As entradas de recebimentos de parcelas decorrentes de alienação de lotes de perímetros públicos de irrigação tem sido reconhecidas em conta de Variação Patrimonial Aumentativa a Regularizar (491010106), o que gera distorção:

◦No resultado patrimonial com o acréscimo de receita que já foi auferida na alienação porém sendo reconhecida impropriamente pelo regime de caixa, sendo no momento apenas o recebimento das parcelas;

No Ativo Circulante e Não Circulante pela ausência dos valores a Receber de curto e longo prazo;

◦No Ativo Imobilizado pela permanência de saldo de lotes alienados e não baixados

•Há saldos significativos alongados nos registros contábeis de Bens Imóveis em Andamento (123210600) de obras já concluídas e gastos que por sua natureza não devem ser incorporados ao Ativo Imobilizado porém, por ausência de comunicação formal da área técnica e da área de gestão de patrimônio do DNOCS tem permanecido indevidamente em andamento.

•Em consulta ao SPIUNET se verificou que a grande maioria dos imóveis do DNOCS estão com suas reavaliações em atraso, ultrapassando 2 anos, limite estabelecido por meio do §1º, do art. 31, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, de 2 de maio de 2017.

•Há saldos de bens móveis que divergem dos saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Bens – RMB.

•Os atos potenciais referentes aos registros de contratos de serviços a executar e de garantias contratuais possuem saldos alongados que possivelmente estão concluídos, cujos pagamentos ignoraram os saldos contratuais.



Declaração do Contador

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do DNOCS, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Fortaleza-CE, 14 de março de 2019.

Vicente de Paulo Cavalcante Saboia

CRC: CE-009823/O-4

Contador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas



Balanco Orçamentário

VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3,21	3,21	1,94	-1,27
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1,91	1,91	1,43	-0,48
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1,91	1,91	1,43	-0,48
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	0,10	0,10	0,06	-0,04
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1,19	1,19	0,26	-0,93
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1,19	1,19	0,26	-0,93
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	0,01	0,01	0,19	0,18
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,01	0,01	0,01	0,01
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,01	0,01	0,18	0,17
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	2,59	2,59	1,95	-0,64
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	2,59	2,59	1,95	-0,64
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,52	0,52	-	-0,52
Operações de Crédito - Mercado Externo	2,06	2,06	1,95	-0,11
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5,80	5,80	3,89	-1,91
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO SUBTOTAL	5,80	5,80	3,89	-1,91
DEFICIT	-	-	1. 157,43	1. 157,43
TOTAL	5,80	5,80	1. 161,31	1. 155,52
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	818,78	812,60	787,80	779,07	723,42	24,80
Pessoal e Encargos Sociais	745,91	736,24	711,83	711,83	658,44	24,40
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	72,87	76,36	75,97	67,23	64,97	0,39
DESPESAS DE CAPITAL	558,22	340,72	373,51	61,31	60,67	-32,79
Investimentos	556,85	339,38	373,51	61,31	60,67	-34,13
Inversões Financeiras	1,38	1,34	-	-	-	1,34
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1. 377,00	1. 153,32	1. 161,31	840,38	784,09	-8,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1. 377,00	1. 153,32	1. 161,31	840,38	784,09	-8,00
TOTAL	1. 377,00	1. 153,32	1. 161,31	840,38	784,09	-8,00

ANEXO 1 - DEMOSTRATIVO DE EXECUSÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	PAGOS
DESPESAS CORRENTES	1,18	6,14	6,16	6,15	0,32	0,85
Pessoal e Encargos	0,07	0,02	0,02	0,02	0,07	-
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	1,11	6,12	6,14	6,13	0,25	0,85
DESPESAS DE CAPITAL	130,13	312,63	206,97	202,50	38,49	201,77
Investimentos	130,13	312,63	206,97	202,50	38,49	201,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	131,31	318,77	213,13	208,66	38,81	202,62

ANEXO 2 - DEMOSTRATIVO DE EXECUSÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOS	PAGOS	CANCELADOS	PAGOS
DESPESAS CORRENTES	0,01	0,10	0,10	-	0,01
Pessoal e Encargos	-	0,06	0,06	-	-
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-
Outras Despesas	0,01	0,05	0,04	-	0,01
DESPESAS DE CAPITAL	2,63	0,65	0,51	1,12	1,64
Investimentos	2,63	0,65	0,51	1,12	1,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2,64	0,75	0,61	1,12	1,65



Balanço Patrimonial

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	81,77	60,48	PASSIVO CIRCULANTE	103,22	36,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	71,81	20,13	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	61,20	31,50
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	9,01	39,40	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6,51	1,76
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	0,94	0,94	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	0,01	0,01	Demais Obrigações a Curto Prazo	35,51	3,22
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.699,20	4.386,73	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,15	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	23,60	23,60	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	0,15	-
Créditos a Longo Prazo	23,60	23,60	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	23,60	23,60	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,01	0,01	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	1,15	1,15	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	1,15	1,15	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência	1,15	1,15	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	103,37	36,49
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			Patrimônio Social e Capital Social		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			Reservas de Capital		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS			Reservas de Lucros		
Demais Investimentos Permanentes			Demais Reservas		
Demais Investimentos Permanentes			Resultados Acumulados		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.			Resultado do Exercício		
Imobilizado			Resultados de Exercícios Anteriores		
Bens Móveis			Ajustes de Exercícios Anteriores		
Bens Móveis			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis					
Bens Imóveis					
Bens Imóveis					
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível					
Softwares					
Softwares					
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	71,81	20,13	PASSIVO FINANCEIRO	583,00	454,82
ATIVO PERMANENTE	4.709,16	4.427,08	PASSIVO PERMANENTE	39,38	31,75
			SALDO PATRIMONIAL	4.158,59	3.960,64

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS	387,14	468,37	SALDO DOS ATOS	1.126,65	965,22
Execução dos Atos	387,14	468,37	Execução dos Atos	1.126,65	965,22
Garantias e	26,22	26,26	Garantias e Contragarantias	-	-
Direitos Conveniados e	360,33	441,53	Obrigações Conveniadas e	76,50	103,41
Direitos Contratuais a	0,58	0,58	Obrigações Contratuais a	1.050,15	861,81
Outros Atos Potenciais	-	-	Outros Atos Potenciais	-	-
TOTAL	387,14	468,37	TOTAL	1.126,65	965,22

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-470,50
Recursos Vinculados	-40,69
Previdência Social (RPPS)	-0,30
Recursos de Receitas Financeiras	-31,13
Operação de Crédito	-12,13
Alienação de Bens e Direitos	2,55
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	0,32
TOTAL	-511,19



Demonstração das Variações Patrimoniais

VALORES EM MILHÕES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.223,37	2.249,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1,75	3,67
Venda de Mercadorias	0,06	0,71
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1,69	2,95
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	0,28
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	0,28
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.090,45	2.192,93
Transferências Intragovernamentais	2.090,24	2.191,90
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,21	1,02

	Continuação	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	129,59	52,00
Reavaliação de Ativos	113,45	49,69
Ganhos com Alienação	0,94	1,89
Ganhos com Incorporação de Ativos	14,27	0,42
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,93	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1,57	1,03
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,90	-
Resultado Positivo de Participações	-	0,04
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,67	0,99
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.952,93	2.005,04
Pessoal e Encargos	184,48	198,25
Remuneração a Pessoal	143,15	153,56
Encargos Patronais	26,86	29,32
Benefícios a Pessoal	14,25	15,20
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,22	0,17
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	556,00	541,45
Aposentadorias e Reformas	266,11	260,57
Pensões	288,86	279,68
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1,02	1,21
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	90,15	63,62
Uso de Material de Consumo	1,12	2,67
Serviços	77,94	40,89
Depreciação, Amortização e Exaustão	11,10	20,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-

	Continuação	
Transferências e Delegações Concedidas	1.084,60	1.191,54
Transferências Intragovernamentais	1.049,61	1.100,38
Transferências Intergovernamentais	34,78	89,90
Transferências a Instituições Privadas	-	0,24
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,21	1,02
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	37,64	10,06
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	35,58	8,74
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	0,05	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	2,01	1,31
Tributárias	0,02	0,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	0,02	0,03
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,03	0,10
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,03	0,10
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	270,44	244,86



Demonstração do Fluxo de Caixa

VALORES EM MILHÕES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	278,53	207,68
INGRESSOS	2.093,82	2.196,30
Receitas Derivadas e Originárias	1,94	3,55
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1,43	1,90
Receita Agropecuária	0,06	0,08
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	0,26	1,06
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,19	0,51
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.091,88	2.192,75
Ingressos Extraorçamentários	1,27	0,85
Transferências Financeiras Recebidas	2.090,24	2.191,90
Arrecadação de Outra Unidade	0,37	-
DESEMBOLSOS	-1.815,29	-1.988,61
Pessoal e Demais Despesas	-702,51	-757,97
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-184,95	-210,91
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-505,34	-541,25
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-0,04	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-3,41	-3,89
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-8,75	-1,93
Organização Agrária	-	-
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-0,01	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,00	0,01

Continuação

Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-62,06	-129,65
Intergovernamentais	-34,90	-100,07
A Estados e/ou Distrito Federal	-32,76	-95,16
A Municípios	-2,14	-4,90
Intragovernamentais	-27,16	-29,59
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.050,72	-1.100,99
Dispêndios Extraorçamentários	-1,12	-0,61
Transferências Financeiras Concedidas	-1.049,61	-1.100,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-226,84	-203,57
INGRESSOS	1,95	2,87
Alienação de Bens	1,95	2,87
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-228,79	-206,43
Aquisição de Ativo Não Circulante	-209,84	-195,43
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-18,95	-11,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	51,68	4,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	20,13	16,01
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	71,81	20,13



Balanço Financeiro

VALORES EM MILHÕES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	3,89	6,41	Despesas Orçamentárias	1.161,31	1.207,05
Ordinárias	-	1,41	Ordinárias	1.018,03	640,27
Vinculadas	3,89	5,71	Vinculadas	143,28	566,79
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	541,23
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	61,89	-
Alienação de Bens e Direitos	1,94	2,85	Recursos de Receitas Financeiras	42,43	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1,95	2,86	Operação de Crédito	30,57	20,09
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	-0,71	Alienação de Bens e Direitos	2,04	1,44
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6,35	4,03
Transferências Financeiras Recebidas	2.090,24	2.191,90	Transferências Financeiras Concedidas	1.049,61	1.100,38
Resultantes da Execução Orçamentária	1.678,33	1.782,17	Resultantes da Execução Orçamentária	840,53	892,64
Repasse Recebido	839,55	889,52	Repasse Concedido	0,20	-
Sub-repasse Recebido	837,21	891,37	Sub-repasse Concedido	837,21	891,37
Sub-repasse Devolvido	1,56	1,27	Repasse Devolvido	1,56	-
Independentes da Execução Orçamentária	411,91	409,74	Sub-repasse Devolvido	1,56	1,27
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	411,87	409,00	Independentes da Execução Orçamentária	209,08	207,73
Movimentação de Saldos Patrimoniais	0,05	0,74	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	208,70	204,66
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	1,65
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	0,38	1,43
			Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	378,86	320,00	Despesas Extraorçamentárias	210,39	206,77
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	56,29	0,37	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	0,61	14,86
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	320,93	318,77	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	208,66	191,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1,27	0,85	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1,12	0,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,37	0,01	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	0,01			
Arrecadação de Outra Unidade	0,37	-			
Saldo do Exercício Anterior	20,13	16,01	Saldo para o Exercício Seguinte	71,81	20,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	20,13	16,01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71,81	20,13
TOTAL	2.493,12	2.534,32	TOTAL	2.493,12	2.534,32

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	4.410,72	-	-	4.410,72
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-3,55	-	-	-3,55
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	270,44	-	-	270,44
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	4.677,60	-	-	4.677,60

Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido

VALORES EM MILHÕES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	4.593,10	-	-	4.593,10
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-427,24	-	-	-427,24
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	244,86	-	-	244,86
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de R	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	4.410,72	-	-	4.410,72



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

• Nota 1 - Informações Gerais

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS é uma entidade centenária estabelecida sob a égide da Lei nº 4229, de 1º de junho de 1963 como uma autarquia federal com sede provisória em Fortaleza, no estado do Ceará e atua nas atividades de piscicultura, infraestrutura hídrica e agricultura irrigada na região do semiárido brasileiro, predominantemente na região nordeste, mas também abrangendo parte do Estado de Minas Gerais

As demonstrações contábeis, especificamente as de 2018, resultam de razoável conformidade, e não obstante as ressalvas já estabelecidas na Declaração do Contador, estão parcialmente harmonizadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC TSP e outros documentos normativos.

• Nota 2 - Políticas Contábeis Significativas

As políticas contábeis significativas, são os princípios, as bases de mensuração, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis, como estimativas, convenções, regimes e registros.

O regime de reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, assim como em qualquer entidade contábil, é o da competência, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio são reconhecidos quando ocorrem, independentemente de recebimentos e pagamentos, salvo ressalvas já explicitadas.

A mensuração e a avaliação das disponibilidades é pelo o valor original.

O almoxarifado, adota o preço médio ponderado das compras no custeamento dos estoques, conforme preceitua a Lei n.º 4.320/64.

As provisões são constituídas com base em estimativas conhecidas.

Os estoques são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, no valor de produção ou de construção. Caso o valor de aquisição, de produção ou de construção seja superior ao valor de mercado, adota-se o valor de mercado.

O ativo imobilizado é mensurado e avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando o elemento tem vida útil econômica limitada, fica sujeito à depreciação mensal nos termos da Macrofunção – STN n.º 020330, que orienta todos os procedimentos, inclusive, estima a vida útil dos ativos de acordo com a classificação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

A metodologia do cálculo da depreciação é o método das quotas constantes e as taxas utilizadas são aquelas decorrentes dessa metodologia, conforme fórmula abaixo.

$$\text{Valor Depreciável Anualmente} = \frac{(\text{valor do bem} - \text{valor residual})}{\text{vida útil}}$$

Periodicamente são realizadas reavaliações, embora o número insuficiente de servidores para compor as comissões de pessoal técnico especializado e dos recursos financeiros e orçamentários também reduzidos para contratar soluções de mercado, são questões que causam dificuldades.

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição.

Os registros dos atos e fatos administrativos são realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, disponível a todos os órgãos que participam do Orçamento Fiscal.

A gestão interna conta com um sistema informatizado denominado de APOENA que fornece informações para diversos registros contábeis, como depreciações mensais e relatórios como o RMA – Relatórios de movimentações de Almoxarifado e RMB – Relatórios de movimentações de bens móveis e imóveis.

• Nota 3 - Execução das Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias do DNOCS são provenientes de arrecadações de recursos próprios e transferências intragovernamentais, entretanto essas últimas não estão evidenciadas no Balanço Orçamentário, uma vez que houve alteração em 2018 para que a realização das receitas do tesouro, as chamadas Fontes 00 fossem contabilizadas apenas em nível de Coordenação Financeira-COFIN da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e evidenciadas no Balanço Geral da União – BGU.

Por conseguinte, o BO demonstrou o confronto apenas das receitas próprias previstas e executadas, sem considerar as transferências intragovernamentais.

No quadro a seguir é apresentada a execução das receitas próprias.

Detalhamento da execução das Receitas Próprias

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	1.899.790,00	1.899.790,00	1.426.545,45
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	4.015,00	4.015,00	3.245,87
OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS-PRINCIPAL	1.399,00	1.399,00	
RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	101.324,00	101.324,00	58.028,50
RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	1.372,00	1.372,00	2.529,90
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	1.187.251,00	1.187.251,00	259.950,17
SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	1.164,00	1.164,00	50,00
MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	6.048,00	6.048,00	11.062,51
OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL			431,20
OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	7.982,00	7.982,00	158.200,95
OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL			20.418,97
ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	523.438,00	523.438,00	
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-PRINCIPAL	2.062.282,00	2.062.282,00	1.852.857,28
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-MULTAS			6.162,50
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-JUROS			88.643,52
	5.796.065,00	5.796.065,00	3.888.126,82

Fonte: SIAFI



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Cabe ainda ressaltar que em decorrência da reclassificação que retirou as informações sobre as transferências intragovernamentais dos subgrupos de contas do PCASP 5211 – Previsão Inicial da Receita e 6211 – Receita a realizar, referente aos recursos do tesouro, análises tradicionais de desempenho do BO tais como economia ou excesso de despesa, desequilíbrio positivo ou negativo e deficit ou superavit orçamentários restaram prejudicadas em nível de órgão, podendo entretanto ainda ser realizadas no âmbito do BGU.

● Nota 4-Execução das Despesas Orçamentárias

O quadro abaixo apresenta as despesas executadas por créditos adicionais especiais. Não houve execução de créditos extraordinários, ocorrendo a abertura de créditos suplementares e especiais a partir do remanejamento de outras rubricas.

Detalhamento dos créditos adicionais especiais por remanejamento

Tipo Crédito	PROGRAMA DE GOVERNO	DOT INICIAL	DOT ATUA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
ESPECIAL	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	0,00	20.000.000,00	14.999.954,70	7.872.747,72	7.872.459,79
		0,00	20.000.000,00	14.999.954,70	7.872.747,72	7.872.459,79
	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL	0,00	900.000,00	865.537,00		
		0,00	900.000,00	865.537,00		
		0,00	20.900.000,00	15.865.491,70	7.872.747,72	7.872.459,79

Fonte: Tesouro Gerencial

O quadro abaixo apresenta o detalhamento da execução dos créditos iniciais.

Tipo Crédito	Programa Governo	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
INICIAL (LOA)	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	541.755.344,00	546.858.103,00	545.684.000,34	545.683.713,94	505.343.208,13
		541.755.344,00	546.858.103,00	545.684.000,34	545.683.713,94	505.343.208,13
	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	17.086.567,00	16.640.375,00			
		17.086.567,00	16.640.375,00			
	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	16.188,00	18.138,00	15.743,76	15.743,76	14.431,78
		16.188,00	18.138,00	15.743,76	15.743,76	14.431,78
	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	26.727,00	0,00			
		26.727,00	0,00			
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	35.366.171,00	31.896.503,00	27.791.390,42	10.791.341,32	10.786.138,95
		35.366.171,00	31.896.503,00	27.791.390,42	10.791.341,32	10.786.138,95
	PESCA E AQUICULTURA	7.189.933,00	7.167.905,00	6.772.414,90	6.432.046,06	6.430.643,35
		7.189.933,00	7.167.905,00	6.772.414,90	6.432.046,06	6.430.643,35
	AGROPECUARIA SUSTENTAVEL	3.139.098,00	2.739.098,00	2.700.436,01	2.090.089,40	1.996.756,06
		445.450,00	345.450,00	320.623,12	320.623,12	320.269,81
		5.396.884,00	296.884,00	30.385,14	30.385,14	30.385,14
		8.981.432,00	3.381.432,00	3.051.444,27	2.441.097,66	2.347.411,01

Tipo Crédito		DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
INICIAL (LOA)	RECURSOS HIDRICOS	150.000.000,00	63.000.000,00	63.000.000,00		
		57.873.247,00	57.873.247,00	57.873.247,00		
		1.369.080,00	515.284,00			
		14.526.397,00	57.526.397,00	57.525.405,84	2.064.432,45	2.064.432,45
		40.663.536,00	4.912.322,00	4.338.096,73	1.680.708,62	1.450.500,03
		12.800.000,00	3.457.334,00	3.427.502,42	1.871.615,50	1.865.835,50
		60.000.000,00	39.065.015,00	35.555.997,67	3.107.165,73	3.047.478,89
		23.446.494,00	23.446.494,00	23.446.494,00		
		150.223.833,00	17.044.541,00	15.893.733,49	10.073.438,71	10.072.746,31
		1.000.000,00	16.000.000,00	15.730.083,18	178.351,18	178.351,18
	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	3.400.000,00	2.711.369,00	2.411.830,50	397.045,67	395.983,67
		515.302.587,00	285.552.003,00	279.202.390,83	19.372.757,86	19.075.328,03
		34.188.524,00	34.188.524,00	26.529.738,66	26.529.738,66	26.529.738,66
		2.783.742,00	2.783.742,00	2.764.316,18	2.222.576,86	2.181.843,48
		38.844.713,00	42.868.546,00	42.348.780,75	38.193.468,50	37.273.358,66
		6.394.632,00	6.184.682,00	5.822.631,41	5.822.631,41	5.353.330,89
		157.214.401,00	142.769.718,00	139.620.379,24	139.620.379,24	126.570.959,98
		10.435.968,00	10.235.968,00	9.352.657,06	9.352.657,06	8.675.107,95
		53.454,00	53.454,00	53.454,00	53.454,00	53.454,00
		1.358.170,00	1.818.751,00	1.301.882,52	376.597,09	376.597,09
		251.273.604,00	240.903.385,00	227.793.839,82	222.171.502,82	207.014.390,71

● Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixas são recursos à disposição da entidade para a realização de suas atividades. Os saldos finais tiveram um aumento em relação ao ano anterior de 256%, passando de R\$ 20 milhões para R\$ 71 milhões, conforme quadro abaixo.

R\$ Milhões

Descrição	2018	2017	AH%
Caixa e Equivalentes de Caixa	71,81	20,13	256,73%

É importante esclarecer que essa grande variação de 256% decorreu de mudanças no procedimento de movimentação dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro Nacional pela Macrofunção-STN n.º 020305, que com base na IN STN nº 04/2004, criou mais uma etapa no processo de geração de Ordens Bancárias-OB, denominada de Ordem de Pagamento – OP.

Nessa nova configuração, após a geração da OP, os recursos são transferidos para uma conta transitória de Limite de Saque, onde permanecem aguardando as autorizações dos gestores, ocasião em que há a efetivação das transferências e pagamentos.



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

O quadro abaixo detalha o saldo de R\$ 71,8 milhões.

R\$ Reais			
Contas de Limite de Saques	2018	2017	AH%
Limite de Saque Com Vinculacao de Pagamento	17.835.389,06	20.125.823,60	-11,38%
Lim de Saque C/Vinc.Pagto- Ordem Pagamento	53.974.764,55	0,00	
	71.810.153,61	20.125.823,60	

A maior parte dos recursos transferidos para a nova conta destinaram-se ao pagamento da Folha de Salários, aposentadorias e pensões, dessa forma, desconsiderando-se o saldo da nova conta, posto que é transitória, revela-se, na verdade, uma variação negativa de 11,38%.

•Nota 6 - Créditos e valores a curto prazo

Sinteticamente, os créditos a receber sofreram uma redução de 77,13%, conforme apresentado a seguir:

R\$ Milhões			
Descrição	2018	2017	AH
Créditos e Valores a Curto Prazo	9,01	39,40	-77,13%

Analisando-se a composição dos Créditos de curto prazo, percebe-se que a variação negativa ocorreu principalmente por causa dos adiantamentos de 13º Salário que foram completamente baixados e também em decorrência dos registros de adiantamentos de férias, que variaram negativamente na ordem de 43,44%

Essa redução decorreu de uma nova rotina de apropriação e reconhecimento Férias e 13º salário, que foi efetivada por força do Acórdão-TCU n.º 1322/2018, que recomendou a conciliação, o inventário e a evidenciação do saldo das férias recebidas e ainda não gozadas.

Em atendimento a esse acórdão e conforme atualização da Macrofunção-STN n.º 021142 – Folha de Pagamento, os Adiantamentos de Férias e 13º Salário passaram a ser confrontados mensalmente com suas correlatas provisões mensais.

Os créditos a receber por Cessão de Pessoal representam apenas 0,95% do grupo de contas e se devem a pagamentos efetuados por esta administração a servidor cedido com ônus à Prefeitura Municipal de Pacatuba e que ainda não foram ressarcidos, mas que já estão em processo de cobrança administrativa.

R\$ Reais			
Contas de Créditos de curto prazo	2018	2017	AH%
Adiantamento de 13º Salário	0,00	25.175.065,60	-
Adiantamento de Férias	7.389.542,36	13.064.054,59	-43,44%
Pagamento antecipado de Salários	1.411.516,91	1.119.168,90	26,12%
Adiantamento de Suprimento de Fundos	4.245,46	1.000,00	-
Créditos a Rec. por Cessão de Pessoal	85.830,34	41.761,82	105,52%
Outros	120.745,10	0,00	-
	9.011.880,17	39.401.050,91	

• Nota 7 - Imobilizado

Dado que a atividade preponderante do DNOCS é Infraestrutura hídrica, com a construção e gestão de grandes barragens, perímetros irrigados e outras obras de grande porte, bem como, sua centenária trajetória, o item de maior peso no Balanço Patrimonial é o Imobilizado, no Ativo Não Circulante, correspondendo a 97% do Ativo Bruto.

O Ativo Imobilizado é composto basicamente por Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, sendo que os imóveis respondem por 98% do Imobilizado em valores contábeis (montante já descontado as depreciações acumuladas).

R\$ Milhões				
Descrição	2018	AV%	2017	AV%
Bens Móveis	90,24	1,93%	67,01	1,54%
Bens Imóveis	4.580,58	97,99%	4.291,34	98,38%
Intangível	3,64	0,08%	3,64	0,08%
Totais	4.674,46	100,00%	4.361,99	100,00%

Conforme apresentado no demonstrativo abaixo, os Bens Móveis encontram-se 25,53% depreciados, enquanto os bens imóveis estão apenas 0,64% depreciados.

R\$ Milhões						
Descrição	2018	Vr Contábil	% Depreciado	2017	Valor Contábil	% Depreciado
Bens Móveis	121,17	90,24	25,53%	93,31	67,01	28,19%
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis	-30,93			-26,30		
Bens Imóveis	4.610,27	4.580,58	0,64%	4.314,55	4.291,34	0,54%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-29,69			-23,21		
	4.670,82	4.670,82		4.358,35	4.358,35	



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Em análise temporal, os Bens móveis tiveram um aumento de 29,86% e os Bens imóveis, de 6,85%.

R\$ Milhões			
Descrição	2018	2017	AH%
Bens Móveis	121,17	93,31	29,86%
Bens Imóveis	4.610,27	4.314,55	6,85%
	4.731,44	4.407,86	

Outro ponto que cabe ser detalhado é a composição da conta de Bens Imóveis. 70% do valor está registrado em duas subcontas, “Obras em andamento” e “Bens Imóveis a registrar”. São contas transitórias e grande parte desses valores se encontram em processo de reclassificação, ocorrendo atualmente a produção e análise dos documentos que irão fundamentar as destinações futuras.

R\$ Reais				
Descrição	2018	AV%	2017	AV%
Imoveis Residenciais / Comerciais	220.916.891,33	4,79%	222.634.161,05	5,16%
Edifícios	226.074.054,17	4,90%	200.161.075,82	4,64%
Terrenos/Glebas	215.408.580,47	4,67%	149.379.613,27	3,46%
Armazens/Galpoes	14.318.513,69	0,31%	14.615.014,91	0,34%
Aeroportos/Estacoes/Aerodromos	6.036.555,63	0,13%	8.470.949,22	0,20%
Imoveis de Uso Educacional	45.522,00	0,00%	45.522,00	0,00%
Represas/Acudes	55.699.324,86	1,21%	59.109.497,98	1,37%
Fazendas, Parques e Reservas	13.355.466,18	0,29%	9.208.858,35	0,21%
Museus/Palacios	3.400.402,03	0,07%	3.400.402,03	0,08%
Laboratorios/Observatorios	44.875,85	0,00%	44.875,85	0,00%
Estacionamentos e Garagens	393.458,00	0,01%	393.458,00	0,01%
Autarquias/Fundacoes	13.278.125,17	0,29%	11.538.922,91	0,27%
Outros Bens Imoveis Registrados No	354.241,16	0,01%	182.526,28	0,00%
Imoveis Residenciais / Comerciais	1.639.412,37	0,04%	1.639.412,37	0,04%
Edifícios	62.726.058,89	1,36%	62.726.058,89	1,45%
Terrenos/Glebas	164.098.031,60	3,56%	164.098.031,60	3,80%
Armazens/Galpoes/Silos	3.397.862,16	0,07%	3.397.862,16	0,08%
Represas/Acudes	3.366.475,60	0,07%	3.366.475,60	0,08%
Fazendas, Parques e Reservas	7.250,00	0,00%	7.250,00	0,00%
Salas e Escritorios	1.419,30	0,00%	1.419,30	0,00%
Outros Bens Imoveis Nao Registrado	383.016,98	0,01%	383.016,98	0,01%
Terrenos	20.803,57	0,00%	20.803,57	0,00%
Lotes	13.213,95	0,00%	13.213,95	0,00%
Obras em Andamento	2.390.168.789,45	51,84%	2.235.875.646,21	51,82%
Obras em Andamento – Convênios	99.430,00	0,00%		
Adiantamentos Para Inversões Em Be	47.702,11	0,00%	47.702,11	0,00%
Estudos e Projetos	53.207.214,47	1,15%	53.207.214,47	1,23%
Almoxarifado de Inversões Fixas	7.732,41	0,00%	7.732,41	0,00%
Instalações	260.209.739,16	5,64%	209.025.108,14	4,84%
Benfeitorias em Propriedade de Ter	2.781.526,38	0,06%	2.781.526,38	0,06%
Imoveis em Poder de Terceiros	71.222,85	0,00%	71.222,85	0,00%
Bens Imoveis a Classificar/ A Registrar	897.398.446,71	19,47%	897.398.446,71	20,80%
Outros Bens Imoveis	1.295.669,80	0,03%	1.295.669,80	0,03%
Total	4.610.267.028,30	100,00%	4.314.548.691,17	100,00%

● Nota 8 - Provisões de Curto Prazo e Demais Obrigações

A expressiva variação observada no grupo de Obrigações trabalhistas, de 94,29% pode ser melhor compreendida pelo detalhamento da conta.

R\$ Milhões			
Descrição	2018	2017	AH%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	61,20	31,50	94,29%
Demais Obrigações a Curto Prazo	35,51	3,22	1002,80%

Analisando-se o grupo, percebe-se que os grandes responsáveis pela variação de 94,29% foram Salário e Precatórios, respectivamente. O saldo elevado na conta de Salários a pagar deveu-se à mudanças na rotina de emissão de Ordem Bancárias, conforme já foi explicado na Nota Explicativa n.º 5 – Caixa e Equivalentes de caixa.

0	2018	2017
Salários, Remunerações e Beneficio	47.113.815,09	57.384,64
Decimo Terceiro Salario a Pagar	0,00	27.329.232,78
Ferias a Pagar	0,00	4.108.334,13
Precatorios de Pessoal	14.073.656,62	0,00
Beneficios Previdenciarios	7.058,96	4.429,34
Encargos Sociais a Pagar	2.008,25	1.811,64
	61.196.538,92	31.501.192,53

As mesmas explicações quanto ao grupo de “Obrigações Trabalhistas” também podem ser aplicadas às variações do grupo de “Demais Obrigações”, ou seja, as mudanças nas rotinas de emissão de OB e o reconhecimento e provisões de precatórios, conforme detalhado no quadro a seguir.



Descrição	R\$ Reais	
	2018	2017
Retenção Previdenciária - Frgps	65.713,45	2.084,02
Irrf Devido Ao Tesouro Nacional	899.506,59	0,00
Impostos E Contrib Diversos	57.999,81	2.415,11
Iss	76.890,42	182.161,77
Pensão Alimentícia	793.494,80	0,00
Retenções - Empréstimos	3.183.691,84	0,00
Previdência Complementar Servidor	196,61	0,00
Depósitos Retidos De Fornecedores	181.831,89	127.638,83
Outros Consignatários	2.667.110,44	0,00
Depósitos Recebidos	1.424.547,56	1.276.463,71
Depósitos E Cauções Recebidos	67.854,55	67.854,55
Indenizações, Restituições	120.934,42	120.934,42
Diárias A Pagar	23.536,47	1.795,88
Convênios E Instrumentos Congenere	1.317.750,00	1.432.500,00
Fatura - Cartão De Pagamento	0,00	5.819,21
Precatórios De Terceiros	24.623.375,03	0,00
Fatura - Cartão De Pagamento	5.653,99	0,00
Total	35.510.087,87	3.219.667,50

• Nota 9 - Variação Patrimonial Aumentativa

A Receita reconhecida no Exercício Financeiro de 2018 atingiu um montante total de R\$ 2,2 Bilhões conforme o quadro abaixo:

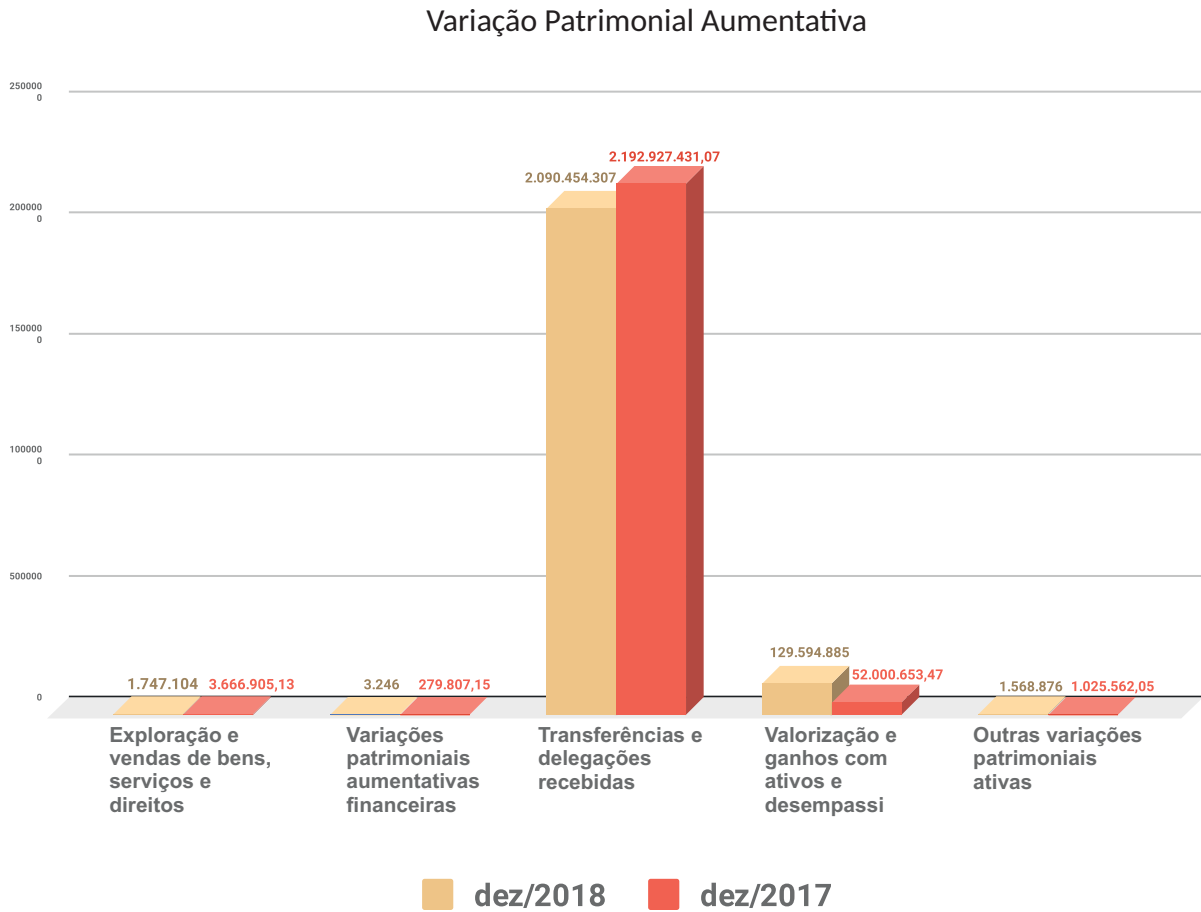
Variações Patrimoniais Aumentativas	DEZ/2018	DEZ/2017	AH%	AV%
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT	1.747.104,02	3.666.905,13	-52,35%	0,08%
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIR	3.245,87	279.807,15	-98,84%	0,00%
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	2.090.454.306,71	2.192.927.431,07	-4,67%	94,02%
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI	129.594.884,85	52.000.653,47	149,22%	5,83%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.568.876,22	1.025.562,05	52,98%	0,07%
Total	2.223.368.417,67	2.249.900.358,87	-1,18%	

Observa-se que ocorreu uma pequena diminuição da receita total em comparação com o ano anterior (-1,18%). Em sua composição, 94% se originam de transferências intragovernamentais. As quais são fruto da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar e variam de um ano para outro de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira. Da parte das movimentações de saldos e variações patrimoniais tratam de rotinas transversais no SIAFI de transferências de valores entre unidades que compõem administração pública federal.

Do valor de R\$ 2,09 Bilhões recebido por transferências intragovernamentais, R\$ 411 Milhões se destinaram ao pagamento de Restos a Pagar e R\$ 1,68 Bilhões empregados na execução do Orçamento de 2018.

Ressalte-se que, na composição do saldo de R\$ 2,09 Bilhões, R\$ 214 Mil se deveu à dinâmica de registro de transferência de bens móveis entre Unidades Gestoras, por meio da qual se efetua uma receita na UG recebedora e uma despesa na UG fornecedora, o que confere um efeito nulo no resultado do Órgão.

No que se refere ao saldo de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos de R\$ 129 Milhões, R\$ 113 Milhões advém de reavaliações de bens imóveis, R\$ 942 Mil dizem respeito a ganho de capital por alienação de bens e R\$ 14 Milhões decorrem de novas incorporações





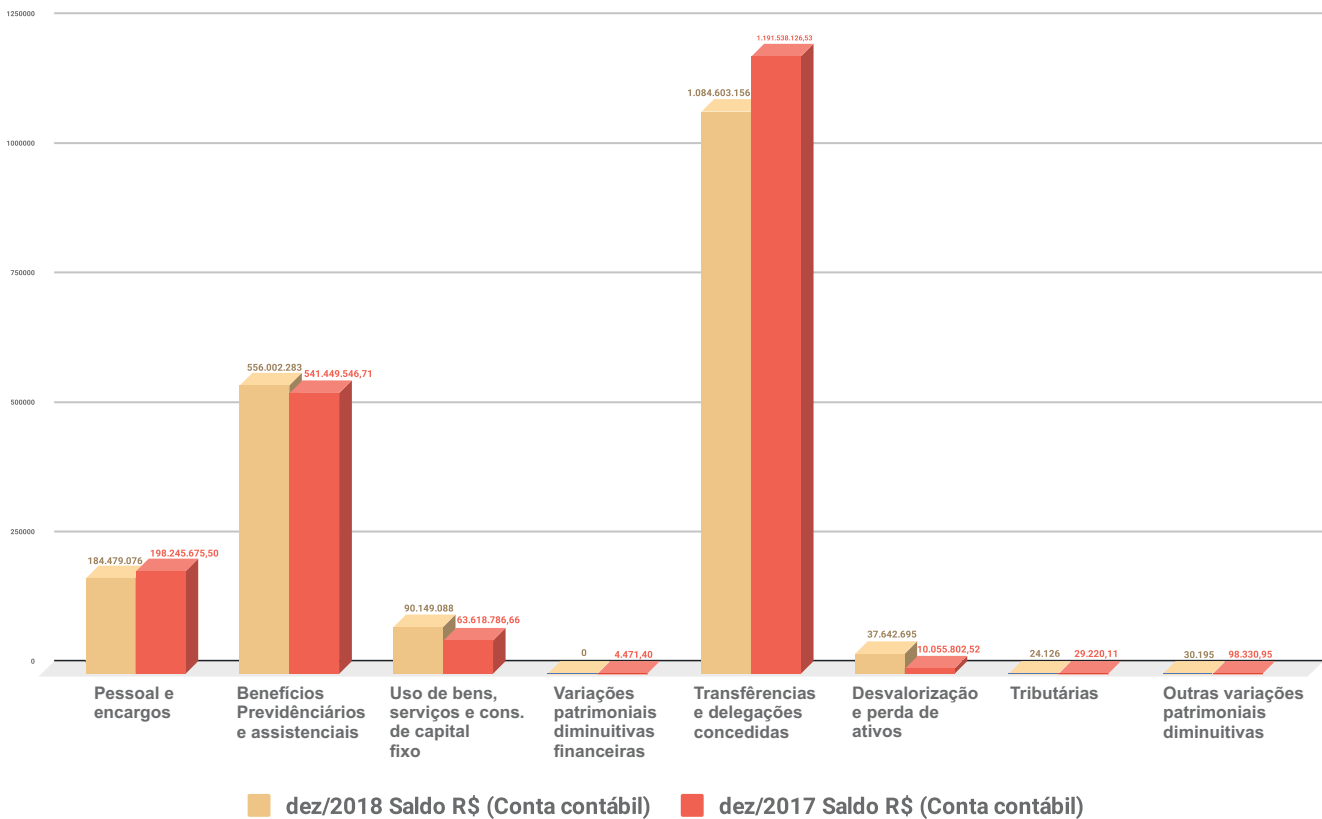
• Nota 10 - Variação Patrimonial Diminutiva

As Variações Patrimoniais Diminutivas reconhecidas no ano de 2018 perfizeram o total de R\$ 1.952,93 Milhões, apresentando uma redução de 2,60% em relação ao ano anterior.

Variação Patrimonial Diminutiva	DEZ/2018	DEZ/2017	AH%
PESSOAL E ENCARGOS	184.479.075,65	198.245.675,50	-6,94%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	556.002.283,35	541.449.546,71	2,69%
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	90.149.088,08	63.618.786,66	41,70%
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	-	4.471,40	-100,00%
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	1.084.603.156,01	1.191.538.126,53	-8,97%
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	37.642.695,30	10.055.802,52	274,34%
TRIBUTARIAS	24.125,58	29.220,11	-17,44%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	30.194,50	98.330,95	-69,29%
Total	1.952.930.618,47	2.005.039.960,38	-2,60%

• Nota 11 - Pessoal e Benefícios Previdenciários

Variação patrimonial diminutiva



Em 2018, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de Pessoal e Benefícios Previdenciários apresentaram saldos totais de R\$ 184,48 milhões e R\$ 556,45 milhões, respectivamente. Essas VPDs apresentaram em 2017 os seguintes saldos totais: R\$ 198,24 milhões para VPD de Pessoal; R\$ 541,45 milhões para VPD de Benefícios Previdenciários. Em percentuais, houve a redução de 6,94% para VPDs de Pessoal e o aumento de 2,69% para VPDs de Benefícios Previdenciários.

• Nota 12 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste item consta as despesas com consumo de materiais de almoxarifado pelas unidades, as diárias e passagens, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, depreciação e amortização, conforme detalhamento na tabela abaixo.

	DEZ/18	DEZ/17	AH%
CONSUMO DE MATERIAIS	1.115.360,05	2.668.183,87	-58,20%
DIÁRIAS	1.971.739,63	1.836.046,01	7,39%
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	25.987.293,21	1.316.260,95	1874,33%
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	49.976.171,36	37.735.806,65	32,44%
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	11.098.523,83	20.062.489,18	-44,68%
TOTAIS	90.149.088,08	63.618.786,66	41,70%

A despesa com material de consumo teve uma significativa economia de 58%. A despesa com diárias manteve-se no patamar com pequena variação de 7%.

Com relação a despesa com serviço de terceiros pessoa física, ocorreu uma significativa elevação de R\$ 1,3 Milhões em 2017 para R\$ 26 Milhões em 2018, em razão do registro de R\$ 24.623.375,03 a título de precatórios a serem pagos em 2019.

O registro de depreciação demonstra uma redução significativa no ano de 2018 em 44,68%, devendo-se principalmente aos registros de despesa com depreciação de bens imóveis. Referido registro é operacionalizado no âmbito da Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999).

DESPESA COM DEPRECIAÇÃO	2018	2017	AH%
Bens Móveis	4.626.020,62	5.566.503,98	-16,90%
Bens Imóveis	6.472.503,21	14.495.985,20	-55,35%
TOTAL	11.098.523,83	20.062.489,18	-44,68%

• Nota 13 - Reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes para perdas

Ocorreu um significativo aumento na perda por reavaliação de bens imóveis do DNOCS.

	2018	2017	AH%
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	2.014.739,19	1.311.815,55	53,58%
PERDAS INVOLUNTARIAS	50.626,00	-	-
REAVAL., RED.A VALOR RECUPE AJUSTE P/ PERDAS	35.577.330,11	8.743.986,97	306,88%
TOTAL	37.642.695,30	10.055.802,52	274,34%

• Nota 14-Resultado Patrimonial

Resultado Patrimonial é confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2018 o resultado foi um superavit patrimonial de R\$ 270 milhões uma melhora em torno de 10% em relação ao resultado de 2017 que tinha sido um superavit de R\$ 244 milhões.



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Resultado Patrimonial

I - Variações Patrimoniais Aumentativas	DEZ/2018	DEZ/2017	AH%
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT	1.747.104,02	3.666.905,13	-52,35%
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIR	3.245,87	279.807,15	-98,84%
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	2.090.454.306,71	2.192.927.431,07	-4,67%
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI	129.594.884,85	52.000.653,47	149,22%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.568.876,22	1.025.562,05	52,98%
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	667.011,12	989.851,09	-32,62%
Total VPA	2.223.368.417,67	2.249.900.358,87	-1,18%

I - Variações Patrimoniais Diminutivas	DEZ/2018	DEZ/2017	AH%
PESSOAL E ENCARGOS	184.479.075,65	198.245.675,50	-6,94%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	556.002.283,35	541.449.546,71	2,69%
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	90.149.088,08	63.618.786,66	41,70%
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	-	4.471,40	-100,00%
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	1.084.603.156,01	1.191.538.126,53	-8,97%
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	37.642.695,30	10.055.802,52	274,34%
TRIBUTARIAS	24.125,58	29.220,11	-17,44%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	30.194,50	98.330,95	-69,29%
Total VPD	1.952.930.618,47	2.005.039.960,38	-2,60%

(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO III = I - II	270.437.799,20	244.860.398,49	10%
---	----------------	----------------	-----

• Nota 15 - Reconhecimento de Inconformidades

O processo de verificação da conformidade contábil é realizado no Serviço de Contabilidade – DRF/CO, o qual pertence a estrutura da Divisão de Recursos Financeiros – DRF, sendo esta subordinada à Diretoria Administrativa – DA.

Os servidores, lotados nas unidades gestoras executoras do SIAFI, responsáveis pela Conformidade de Registro de Gestão são designados e habilitados no SIAFI por meio da transação CONUG, sendo estes dissociados dos servidores executores dos registros de documentos e operações. Cada unidade gestora possui dois servidores designados para efetuar a conformidade de registro de gestão, sendo um responsável e outro seu substituto.

A conformidade contábil, por ser executada de forma centralizada na DRF/CO, é efetuada por servidor que não executa registros de documentos e operações no SIAFI e não efetua conformidade de registro de gestão. Assim é preservada a segregação de função no processo de registro da conformidade contábil.

Durante o Exercício Financeiro de 2018 foram registradas as restrições contábeis que se seguem:

Relação de inconformidades registradas em 2018

RESTRIÇÕES DURANTE O ANO DE 2018	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS POR UG											TOTAL
	113801	113802	193001	193002	193003	193004	193005	193007	193008	193009	193010	
315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3	0	1	1	1	1	4				2	13
603 SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA			1	0	0			1	1	1		4
656 CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA				10								10
657 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA		10		12								22
659 CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS				1								1
674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE				3	1							4
675 OUTROS - PASSIVO CIRCULANTE				0								0
677 FALTA/ATRASSO RETENCAO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS	11			8	7	2	1				1	30
697 SALDO INVERTIDO - CLASSE 6		0										0
707 SALDO INVERTIDO - CLASSE 8		1		2		1						4
713 SLDOS ALONG./INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS				5	0							5
772 DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	1											1
TOTAL	15	11	2	42	9	4	5	1	1	1	3	94

Fonte: SIAFI

Cumpramos ressaltar, diante de um cenário de profundas mudanças nas políticas contábeis advindas da implantação do PCASP, com as respectivas atualizações do MCASP e das normas editadas pelo CFC.

Com relação às restrições 656, 657 e 659, esta Autarquia possui uma reduzida equipe de servidores e empenha esforços para dar agilidade às demandas em relação aos convênios. Todavia, a equipe de servidores que atuam no acompanhamento da execução e prestação de contas de transferências voluntárias ainda é insuficiente para atender ao volume de

• Nota 16 - Erros de períodos anteriores

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nos períodos com os quais se relacionam, eventualmente entretanto, ocorrem erros de períodos anteriores.

Esses erros são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso ou uso incorreto de informações confiáveis, que estavam disponíveis quando da publicação, que pudessem ter sido obtidas com relativa facilidade. Informações que impactaram tanto a elaboração como a apresentação desses relatórios, inclusive decorrentes de mudanças de critérios contábeis.



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Uma vez percebidos esses erros deve-se reconhecê-los extemporaneamente à conta do Patrimônio Líquido(PL) e evidenciados em Notas Explicativas. Vale esclarecer que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP possui uma conta específica para as pessoas jurídicas do setor público de direito público (23.711.0300) e outra para as de direito privado (23.721.0300).

Compete ainda esclarecer que esses ajustes de exercícios anteriores nem sempre coincidem com a despesa orçamentária classificada como Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

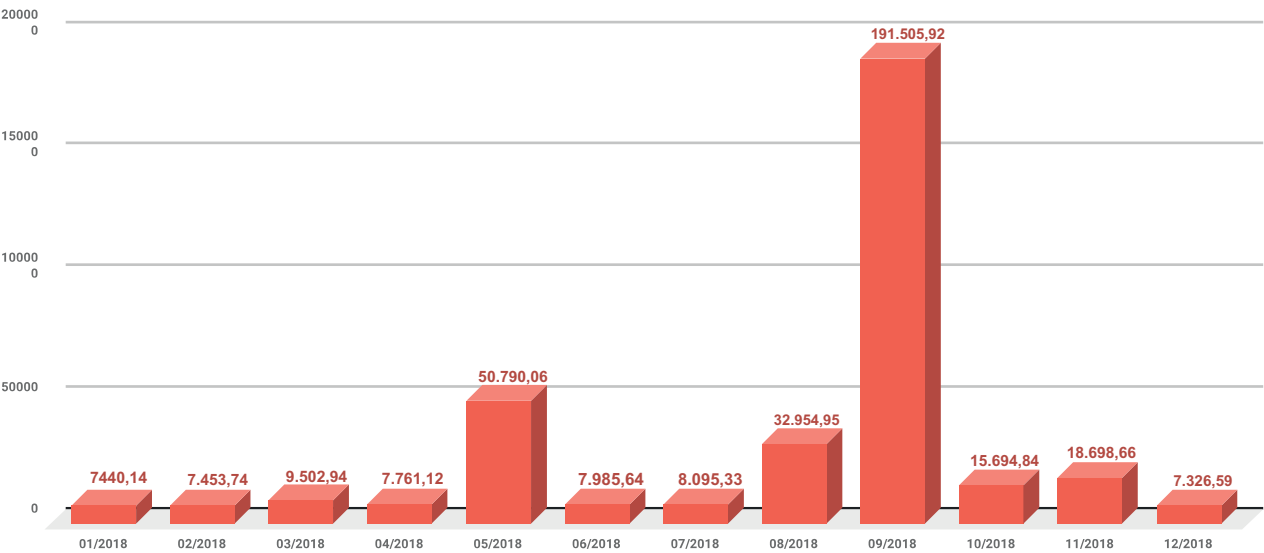
Ajustes de exercícios anteriores

	R\$ Milhares		
	dez/18	dez/17	AH(%)
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.549,37	427.241,18	-99,17%

Na ocasião da análise de prestações de contas de convênios os analistas podem detectar execuções financeiras em desacordo com a legislação de convênios (Ex. Não aplicação da contrapartida, serviço não executado), o que gera diligências para a devolução dos recursos que deveriam ser aplicados no objeto do convênio, ou seja, sendo considerado potencialmente dano ao erário. Segue abaixo a evolução dos recursos arrecadados em 2018 a título de Devolução de Convênios:

• Nota 17-Créditos a Receber de convênios

Na ocasião da análise de prestações de contas de convênios os analistas podem detectar execuções financeiras em desacordo com a legislação de convênios (Ex. Não aplicação da contrapartida, serviço não executado), o que gera diligências para a devolução dos recursos que deveriam ser aplicados no objeto do convênio, ou seja, sendo considerado potencialmente dano ao erário. Segue abaixo a evolução dos recursos arrecadados em 2018 a título de Devolução de Convênios:





Outras Informações Relevantes:

O papel histórico do DNOCS notabilizou-se pela ampliação da oferta de recursos hídricos para o nordeste semiárido, uma questão fundamental com vistas ao desenvolvimento sustentável na região.

Neste contexto, o DNOCS tem atuado no equacionamento de três pressupostos básicos para as soluções hídricas no semi-árido:

- O aumento quantitativo das obras hidráulicas, através da construção de novas obras de acumulação, a implantação de adutoras, a integração de bacias hidrográficas;
- A melhoria da oferta de água pelas obras hidráulicas já existentes;
- A democratização do acesso à água pela população do semi-árido por meio da participação na sua gestão.

Os pressupostos em questão são fundamentais tanto para a sustentabilidade da ocupação do território, como para a modernização da economia regional com base na garantia de água para o consumo urbano industrial, para a produção agrícola e para a moderna aquicultura.

A implementação dessas ações de forma planejada requer, no entanto, a adequada instrumentalização da instituição em bases modernas, eficientes e eficazes envolvendo tanto a modernização da gestão, como a recomposição da sua força de trabalho seja pelo viés da aquisição de novos quadros, seja pelo viés da qualificação e requalificação dos atuais servidores para a assunção dessas tarefas em sintonia com as novas perspectivas de desenvolvimento sustentável, nos campos econômico, social e mercadológico. Isso significa dotar a autarquia das ferramentas gerenciais e equipes de trabalhos preparadas para cumprir o papel e a missão dos novos tempos.

A reformulação estrutural do DNOCS contribuirá para a ampliação da oferta de recursos hídricos, a promoção de segurança alimentar com o crescimento da produção de alimentos na região do semiárido, bem como a oportunidade de ocupação e renda.

Hoje, o quadro de servidores do DNOCS em atividade possui cerca de 1.200 servidores, sendo que a questão mais aguda não se coloca na expressão numérica, mas do perfil desse contingente (com grande número de servidores com cargos extintos) se considerarmos a diversidade das ações demandadas, e a sua área de atuação com nove (9) Coordenações Estaduais e uma Unidade de Representação em Brasília – DF.

Assim, cada vez mais, se confirma a necessidade de uma ampla reestruturação do DNOCS, que organizado técnica, gerencial, jurídica, tecnológica e orçamentariamente, é plenamente capaz de cumprir a missão de ser um dos agentes públicos que contribuirão na superação das desigualdades regionais e no pleno desenvolvimento das regiões regularmente castigadas pela estiagem, principalmente considerada a sua experiência acumulada em sua atuação no semiárido, o seu acervo técnico e de pesquisa, o conhecimento da problemática, a sua capilaridade e a capacidade operacional que ainda detém e precisa ser ampliada.

Quanto ao tratamento de determinações e recomendações do TCU, estão a cargo da Auditoria Interna, que se encarrega da distribuição entre os setores devidos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
Diretoria Geral
Diretoria Colegiada

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111
Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

DECLARAÇÃO

Processo nº 59400.002268/2019-34

Interessado: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU

Em atendimento ao item 1.20 da Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC, que estabelece a necessidade de emissão de declaração de integridade do Relato Integrado, os responsáveis pela governança, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, reconhecem que o Relatório de Gestão, competência 2018, deste Departamento, aplicou o pensamento coletivo na elaboração do mesmo;

Tal reconhecimento comprova-se através de reuniões realizadas com as unidades envolvidas, bem como do empenho dessa alta gestão em proporcionar as ferramentas e o apoio necessários à execução deste trabalho.

Assim, os responsáveis pela governança, declaram suas responsabilidades, quanto às informações contidas neste relatório, e asseguram a integridade do mesmo.

Vale ressaltar que este trabalho foi um desafio para o DNOCS, tendo em vista, a total mudança na modelagem do relatório, devendo a partir de então ser apresentado como um Relato Integrado, onde o DNOCS não possuía qualquer experiência anterior na elaboração desse tipo de documento. Ainda, e bem mais desafiador, estes gestores reconhecem que, apesar do resultado satisfatório, o DNOCS, dispõe de estrutura aquém da sua real necessidade, principalmente, em relação à sua força de trabalho. Sendo, dessa forma, importante registrar a urgente necessidade de estruturar esse Órgão.

(assinado eletronicamente)

Angelo José de Negreiros Guerra
Diretor Geral do DNOCS

(assinado eletronicamente)

Roberto Otto Penna Massler
Diretor de Infraestrutura Hídrica do DNOCS

(assinado eletronicamente)

Felipe Holanda Belchior

Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção do DNOCS

(assinado eletronicamente)

Gustavo Henrique de Medeiros Paiva

Diretor Administrativo do DNOCS



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique de Medeiros Paiva, Diretor Administrativo**, em 16/04/2019, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Otto Penna Massler, Diretor de Infraestrutura Hídrica**, em 16/04/2019, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Holanda Belchior, Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção**, em 17/04/2019, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelo José de Negreiros Guerra, Presidente da Diretoria Colegiada**, em 17/04/2019, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0287622** e o código CRC **D91C660E**.

Referência: Processo nº 59400.002268/2019-34

SEI nº 0287622

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Av. Duque de caxias. 1700 - Centro
Fortaleza - CE. CEP - 60.035-111
Site: www.dnocs.gov.br
(085) 3391-5100



**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

